



Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

**DANIELLA DE ALMEIDA MOURA**

**A REPÚBLICA PARAENSE EM FESTA (1890-1911)**

Belém – Pará

2008

**DANIELLA DE ALMEIDA MOURA**

**A REPÚBLICA PARAENSE EM FESTA (1890-1911)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Professor Dr. William Gaia Farias (UFPA/ PPHIST)

Belém – Pará

2008

**DANIELLA DE ALMEIDA MOURA**

**A REPÚBLICA PARAENSE EM FESTA (1890-1911)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Professor Dr. William Gaia Farias (UFPA/ PPHIST)

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. William Gaia Farias  
Universidade Federal do Pará (UFPA/ PPHIST)

---

Prof. Dr. Geraldo Mártires Coelho  
Universidade Federal do Pará (UFPA/ PPHIST)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Maria Lippi Oliveira  
Fundação Getúlio Vargas (FGV/ CPDOC)

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Maria de Nazaré Sarges  
Universidade Federal do Pará (Suplente/UFPA/ PPHIST)

*À minha mãe, Marina, que me conforta com seu amor e sempre me incentiva a lutar pelos meus objetivos.*

## AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa que chega ao seu final, para que outra se inicie, e a gente ali, sempre em busca de mais, à procura de uma outra conquista, com uma sede insaciável de ir além. No decorrer desses caminhos, muitas são as histórias, engraçadas ou não, que vivenciamos cotidianamente durante a pesquisa. E assim, inúmeras são as pessoas que se envolvem, de alguma forma, na construção desse trabalho, compartilhando emoções e ajudando-nos para que o tempo da vitória se aproxime.

Dentre essas pessoas, começo a agradecer aos professores do Programa em História Social da Amazônia, que ministraram disciplinas para a turma de 2006, Magda Ricci, Pere Petit e Otaviano, por terem tido como foco a problematização dos nossos projetos, fazendo-nos refletir sobre nossas argumentações e fontes, a pensar numa outra possibilidade, auxiliando desse modo no desenvolvimento das nossas pesquisas.

Gostaria de agradecer ao pessoal do setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Vianna, Simone, Antônio, Marcos e Marceli, sempre amigos, agradáveis e dispostos a colaborar; a equipe do setor de Obras Raras, entre eles, Carmem, Edilza, Bruno e Leila; a turma do Arquivo Público, em especial, a Gorete e a Jesus, atenciosas e solícitas; e a Ana Alice, secretária do PPHIST.

Não posso esquecer de mencionar figuras marcantes em minha trajetória no Curso de História, a professora Maria de Nazaré Sarges, com quem comecei a descobrir os espaços da pesquisa e a professora Rosa Cláudia, que me acompanhou desde meu estágio na época da graduação até aqui, sempre confiando no meu trabalho e incentivando meu crescimento e aprimoramento profissional.

Ao meu orientador, Professor William Gaia, agradeço por ter me incentivado a participar da seleção do mestrado em História, pelo acompanhamento durante a pesquisa ao recomendar leituras, fazer críticas, e principalmente, pela confiança e apoio tanto no campo acadêmico quanto profissional.

Posso até ser redundante, mas aos amigos, em especial, Roberto, Sinei, Sandra, Suely, Karla, Gleberon agradeço simplesmente a amizade, sentimento este que, às vezes, apesar da distância, devemos sempre saber cultivar, valorizando quando podemos compartilhar juntos de momentos de descontração, de bate-papos sobre História ou não.

Ao meu querido Rodrigo, agradeço por nossos diálogos sobre História, por ouvir meus intermináveis comentários sobre as festas da República, pela leitura de partes dessa pesquisa, e principalmente, pelo amor e atenção.

Agradeço à minha família, em especial, a minha mãe e ao Célio, que aturam meus papéis e livros espalhados, as longas horas no computador, que me incentivam seja me presenteando com um livro ou com gestos e palavras de estímulo e afeto, sempre torcendo por minhas vitórias e pela nossa felicidade.

Á minha irmã, Carla, mesmo à distância, sou grata pelo exemplo de vida, de luta e pelo carinho.

A Deus, agradeço pela vida, pela família, pelos amigos e pela oportunidade que me ofereceu de estimular meu crescimento humano e profissional.

*É mais fácil formular perguntas que respostas (...). E, no entanto, pode ser que fazer perguntas, principalmente sobre experiências que tendemos a tomar como dadas, não seja uma ocupação sem valor. Nadamos no passado como o peixe na água, e não podemos fugir disso. Mas nossas maneiras de viver e de nos mover nesse meio requerem análise e discussão. Meu objetivo foi o de estimular ambas.*

(Eric Hobsbawm)

## RESUMO

A proposta desta dissertação é discutir a formação do poder simbólico da República Paraense nos seus primeiros anos (1890-1911), observando eventos como a mudança dos nomes de algumas ruas em homenagem ao novo regime, assim como a formulação do calendário republicano, com destaque para os festejos republicanos de 15 e 16 de novembro, datas da Proclamação da República e sua Aclamação no Pará, com o objetivo de analisar seus significados, organização e, principalmente, o entendimento da idéia de fortalecer as práticas do novo governo perante a sociedade. Além dessas festas, destacam-se nessa abordagem os banquetes, reuniões políticas promovidas pela elite da época. Essa pesquisa apresentou-se como possibilidade a ser trabalhada, uma vez que partindo de outro enfoque, serão discutidas as idéias, os personagens, os discursos, as intrigas e as alianças que estiveram presentes nesse período político marcante da história regional e nacional a partir dessas comemorações.

**Palavras-Chave:** República, calendário, ruas, comemorações, festejos, banquetes e imprensa.

## **ABSTRACT**

This paper is intended to discuss the establishment of a symbolic power by the Republic in the state of Pará in its early years (1890-1911), focusing events such as change of some street names to honor new administration members and the creation of a new calendar to mark Republican special dates like November 15<sup>th</sup>, when the Republic was nationally proclaimed and November 16<sup>th</sup>, when it was acclaimed in Pará. The main purpose here is to study the meaning of those changes, the organization and, above all, to understand how they were used to strengthen the new regime at the heart of local society. The present study examines not only those commemorative dates, but also the frequent political gatherings, called banquets, held by elite citizens. This research was judged worth taking, because it allows a new approach to discuss the ideas, characters, speeches, plots, and alliances performed in this decisive political period of local and national history.

**Keywords:** Republic, calendar, streets, commemorations, festivities, banquets, press.

## LISTA DE FIGURAS

### Capítulo 1

Figura 1- Rua 15 de Novembro	24
Figura 2 – Avenida 16 de Novembro	24
Figura 3- Praça da República	25

### Capítulo 2

Figura 4 – Anúncio de venda de enfeites para o 15 e 16 de novembro	53
Figura 5 - Festas da República proximidades do Parque Affonso Pena	56
Figura 6 - A Festa Republicana (1905)	62
Figura 7 - Festas republicanas: O Legislativo da Comuna (1908)	69
Figura 8 – Festival Patriótico - Grande Regata	73

### Capítulo 3

Figura 9 – O contra-almirante Huet de Bacellar e sua oficialidade são recebidos pelo Intendente de Belém, Antônio Lemos, que lhes ofereceu um banquete no bosque Rodrigues Alves.	78
Figura 10 - Os Banquetes dos Intendentes (1903)	89
Figura 11 – Capa da publicação do discurso de Antônio Lemos	96
Figura 12 - Capa da publicação do discurso de José Paes de Carvalho	96

Figura 13 – Capa da publicação da mensagem dirigida aos srs. Antônio Lemos e Augusto Montenegro	97
Figura 14 – Maestro Enrico Bernardi	102
Figura 15 -Maestro José Cândido da Gama Malcher (1853-1921).	104

## SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO .....13

### **CAPÍTULO 1**

**ENTRE DATAS, RUAS E COMEMORAÇÕES: A FORMAÇÃO DO PODER SIMBÓLICO DA REPÚBLICA PARAENSE** .....17

1.1- A REPÚBLICA NOS NOMES DAS RUAS E NO CALENDÁRIO OFICIAL.....22

1.2- SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA COMEMORAÇÃO DO 15 DE NOVEMBRO.....30

### **CAPÍTULO 2**

**OS FESTEJOS REPUBLICANOS PARAENSES DE 15 E 16 DE NOVEMBRO**.....45

2.1- COMEMORAÇÕES OU FUNERAIS, EIS A QUESTÃO!..... 60

2.2- OUTRAS MANIFESTAÇÕES A PARTIR DOS FESTEJOS.....69

### **CAPÍTULO 3**

**UM BRINDE À REPÚBLICA: O PODER DOS BANQUETES**.....76

3.1- RELAÇÕES DE PODER ENTRE “COMES E BEBES” .....77

3.2- A FESTA COMO SÍMBOLO DA SEGREGAÇÃO E HIERARQUIA DO PODER .....85

3.3- ERGAM AS TAÇAS E VIVA A REPÚBLICA!..... 94

3.4- OS BASTIDORES DO BANQUETE..... 100

3.5- OS BANQUETES GERANDO COMÉRCIO.....107

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 110

**REFERÊNCIAS** .....114

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que resultou na monografia *Banquetes Paraenses: Representações de uma República em Construção (1889-1903)*<sup>1</sup>, certamente foi gratificante como experiência de tal modo que despertou a ansiedade de continuar o estudo da temática, mas com um recorte temporal mais abrangente, haja vista a possibilidade de ampliação de debates não só restrito ao campo dos banquetes mais atingindo as festas organizadas no Pará nos anos iniciais da República, que tinham como objetivo destacar a importância e o significado do novo regime. Assim, além dos banquetes, outros meios de demonstração de poder podem ser observados nos festejos republicanos paraenses dos dias 15 e 16 de novembro, respectivamente, data da Proclamação da República no Brasil e sua Aclamação no Pará, e ainda na mudança imediata do nome de algumas ruas, praças e prédios públicos em homenagem à República, assim como o debate em torno da escolha das datas do calendário republicano.

O conteúdo dos discursos proferidos nesses eventos expressa um patriotismo intenso através da exaltação de suas simbologias, além de uma intenção de apresentar a República como um regime polissêmico de valores, significados, representações e mecanismos que fazem dela um regime que transmite um sentimento que valoriza o progresso, a liberdade e a união, a fraternidade, noções constantes do discurso positivista. Sendo todos esses elementos centralizados e trabalhados em um só corpo político, em uma estrutura pragmática principal, o Partido Republicano do Pará (PRP), que exerce a função de consolidar a República, exaltando-a de forma múltipla, seja nos discursos públicos, simbologias, nas matérias jornalísticas, em festas destinadas a um público em geral e banquetes organizados para a elite.

O período proposto, 1890-1911, leva em consideração o processo de construção<sup>2</sup> da República no Pará, os seus mecanismos de sustentação — como o trabalho da imprensa na propagação e divulgação da ideologia do novo regime, as comemorações cívicas e o uso intenso de simbologias, que ligadas ao exercício do poder, indica haver fortes razões para se fazer o uso delas, sempre que a doutrinação está em questão. Outro momento deste contexto é

---

<sup>1</sup> MOURA, Daniella de Almeida. **Banquetes paraenses: Representações de uma República em construção (1889-1903)**. Laboratório de História / UFPA: 2005.

<sup>2</sup> A palavra construção é utilizada “partindo da concepção de que o regime inaugurado em 1889, enquanto tal, estabeleceu-se a partir de um processo marcado por propagandas políticas, discursos, acordos, conflitos, tensões sociais e outras experiências fundamentais para a sua própria consolidação”, ou seja, representa a “(...) interação entre sociedade política e sociedade civil operando em torno da mudança de regime político e da concorrência acerca do controle da República pelos grupos que disputaram o poder no período que foi de 1886 a 1897”. FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Niterói. Tese (Doutorado em História Social). Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, 2005.

a *Belle Epoque*, que surgiu a partir da economia da borracha, que se revela como um dos principais responsáveis pelas transformações urbana e comportamental da sociedade, que primava pela importância da influência européia nos trópicos. As notícias dos jornais da época apresentam-se como ricas fontes de informações, das quais serão analisadas tanto a divulgação como as notas excessivamente descritivas da estrutura e do desenvolvimento dessas festas republicanas, bem como os sentimentos e as formas de participação da sociedade.

Desse modo, os jornais são fontes imprescindíveis, uma vez que reproduzem temas contidos no imaginário social, que se expressa não apenas por ideologias e utopias, mas por símbolos, alegorias e rituais, ou seja, o discurso escrito acerca da República é uma atividade constante, mas, logo isso não é o suficiente, então, canta-se o hino, penduram-se bandeiras nacionais, do Pará e da República, iluminam e enfeitam as ruas e prédios públicos e organizam-se festejos cívicos e banquetes, (os quais representam a reunião de toda essa simbologia), não só na capital, como também nos municípios paraenses, visando a interiorização do novo regime e marcando definitivamente o dia da transformação, por meio das comemorações, uma maneira mais sutil de chegar à maioria da sociedade.

Marialva Barbosa pontua que essa simbologia projeta interesses e aspirações coletivas e à medida em que atinge o imaginário, molda as visões de mundo e a própria conduta na sociedade<sup>3</sup>. Nesse mesmo viés, José Murilo de Carvalho<sup>4</sup> destaca a difícil luta pela construção e divulgação de simbologias e heróis republicanos, como mecanismos de fortalecer o novo regime. Como exemplo, a escolha de Tiradentes como representação republicana, mesmo sendo anterior ao tempo dessa proclamação.

Nessa perspectiva, este estudo tem como ponto de partida a análise do cenário e dos acontecimentos que se sucederam com a Proclamação da República no Pará, como a preocupação imediata com as mudanças dos nomes de algumas ruas, praças, escolas e prédios públicos, para nomenclaturas que homenageassem acontecimentos ou sujeitos que prestigiassem o novo regime, deixando para trás as lembranças da Monarquia; a discussão sobre a importância e a escolha das datas mais importantes do calendário das festas republicanas, estabelecido a partir do decreto 155-B do Governo Provisório de 14/01/1890, visando criar tradições e rituais para envolver a sociedade na construção desse ideal; a

---

<sup>3</sup> BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público (1880-1920)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. p.113.

<sup>4</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

disseminação do uso e divulgação de símbolos e alegorias, e em torno disso, o debate sobre a importância da ideia das comemorações, em especial o 15 de Novembro, visando congregar novos simpatizantes e fortalecer a incipiente República.

Dessa maneira, percebe-se que o primeiro passo dos republicanos foi eliminar os resquícios monárquicos, partindo de tarefas mais fáceis como o esquecimento de datas que lembrassem o tempo imperial através do destaque de datas significantes para a República; até as mais difíceis, como garantir que o novo regime chegasse e tivesse sentido a uma ampla parte da sociedade.

O segundo capítulo intitulado *Os festejos republicanos paraenses de 15 e 16 de novembro (1890-1911)* privilegia uma abordagem que tenta identificar os personagens envolvidos nessas procissões cívicas, suas atuações, tendo como objetivo estudar a importância e os significados dos festejos republicanos dos dias 15 e 16 de novembro, desde seu primeiro aniversário até 1911; verificar quem foram os membros das comissões organizadoras dos festejos cívicos; averiguar de forma detalhada a composição do programa das festas cívicas; atentar para a forma como participou a população que não compunha diretamente o grupo dos dirigentes; perceber as finalidades dos eventos esportivos e recreativos preparados para ocorrer nessas datas; identificando, principalmente, o choque de ideias e posicionamentos entre os discursos dos jornais da época. Além desses, outra fonte muito utilizada neste capítulo foram as documentações do governo (minutas, portarias, relatórios, etc.) a disposição no Acervo do Arquivo Público do Estado do Pará, nas quais se observou a movimentação do governo através da circulação intensa de documentos oficiais, no intuito de expandir o ideário republicano na capital e no interior do estado.

O último capítulo *Um brinde à República: o poder dos banquetes* propõe-se a estudar os motivos que impulsionam os banquetes paraenses a partir do final do séc. XIX e as funções que estes exercem na sociedade, de acordo com o interesse de quem os proporciona. É entender, sob um outro olhar, peculiaridades da República, buscando analisar de que forma os banquetes promovidos pelo núcleo do poder, a elite, foram utilizados para enfatizar a República, já que dentre as razões que os estimulam estão o lançamento e apoio a um candidato, a exaltação de um chefe político (ou do próprio regime), comemoração de datas significativas, fortalecimento da união entre os partidários ou criando novas alianças. Outro elemento apontado nessa discussão é a análise da hierarquia do poder à mesa, percebida, à primeira vista, nos posicionamentos pré-estabelecidos, tentando compreender também o ocultamento, nas notícias da imprensa da época, de alguns personagens fundamentais na

composição desses almoços e jantares como os cozinheiros, como uma maneira de apresentar sua origem, importância e influência no sucesso desses eventos.

Tanto o segundo como o terceiro capítulo apresentam como fontes básicas os jornais que compreendem o período de 1890 a 1911 com destaque para *A República*, *O Democrata*, *O Pará*, *A Folha do Norte*, *A Província do Pará*. e as Obras Raras, respectivamente, pertencentes ao acervo do Setor de Microfilmagem e das Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Viana. Essas documentações, associadas às leituras de obras como as de Pierre Bourdieu, José Murilo de Carvalho, André Burguière, Eric Hobsbawm, Luís Câmara Cascudo, Marialva Barbosa, Roy Strong e Mona Ozouf são fundamentais para esta abordagem, por discutirem o poder simbólico presentes nessas comemorações republicanas, que contribuem para assegurar a força de um grupo sobre o outro e a partir disso, perceber a relação do governo com seus subordinados, na medida em que propiciará um debate sobre o contexto político-econômico paraense do final do século XIX e início do XX.

## **CAPITULO 1**

### **ENTRE DATAS, RUAS E COMEMORAÇÕES: A FORMAÇÃO DO PODER SIMBÓLICO DA REPÚBLICA PARAENSE**

## CAPITULO 1:

### ENTRE DATAS, RUAS E COMEMORAÇÕES: A FORMAÇÃO DO PODER SIMBÓLICO DA REPÚBLICA PARAENSE.

Momento importante da história brasileira, a República, desde o seu início, levantou uma série de controvérsias e discussões. A começar pelo seu surgimento. Será que foi um golpe de Estado, implantação ou transição? Assim como o debate em torno de quem e como participou ou se essa participação foi importante e decisiva, no caso dos militares, políticos civis e o povo. A procura de um herói para o feito. O papel da imprensa nesse momento. Quais os significados das simbologias republicanas, recurso estratégico de manipulação do poder. Quais datas festejar e como organizar os grandes festejos cívicos. Dentre esses questionamentos, a preocupação em primeiro plano está voltada aos pontos referentes às festas republicanas. As demais questões também serão abordadas nesta pesquisa.

A historiografia brasileira que trata das festas promovidas pelo novo regime ainda está incipiente. No que se refere a trabalhos dedicados a essa temática, podemos destacar:

Lúcia Lippi de Oliveira, que, inicialmente, faz um debate historiográfico, reportando-se de forma constante a alguns momentos e significados da Revolução Francesa, na intenção de explicar que “as revoluções têm que lidar ao mesmo tempo com a organização de uma nova vida social e política e com a construção de um imaginário capaz de recuperar um equilíbrio perdido ao longo do tempo”<sup>5</sup>. Diante dessa argumentação, entram em cena as festas cívicas. Nesse sentido, destaca o calendário republicano das datas nacionais oficiais, mas se dedica a falar em especial do dia 15 de novembro, não do festejo em si, mas de alguns personagens e o processo que se desenrolou para a mudança do regime e o desenvolvimento dos seus primeiros anos.

Carla Siqueira analisa a comemoração do dia 15 de novembro de 1890 a partir da imprensa do Rio de Janeiro. De um lado *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *Revista Ilustrada*, que como “parte da imprensa republicana carioca que, após anos ocupada em atear fogo ao trono, torna-se situação”<sup>6</sup>. Do outro, *A Tribuna* e o *Jornal do Comércio*, grupo de tendência

---

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989. p. 172

<sup>6</sup> SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a República: Memórias em luta no 15 de novembro de 1890. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, volume 7, n.14, 1994. p.165.

monarquista, o que justifica a linguagem direcionada à tentativa de desvinculação do 15 de novembro como marco dos novos tempos, segundo defendiam os republicanos históricos.

A referida autora, a partir da análise desses órgãos da imprensa carioca, aponta como propósito observar a função da imprensa como instrumento dos grupos que lutam pelo poder, embate este que no momento comemorativo transparece como luta pela memória, através dos diferentes discursos.

*As Festas Nacionais* de Rodrigo Otávio<sup>7</sup>, que teve sua segunda edição em 1893, no qual desenvolve uma narrativa histórica bem positivista de todas as datas oficiais expressas no calendário republicano estabelecidas no decreto 155-B, que será discutido adiante, apontando os personagens, o contexto, as datas-marco dos referidos acontecimentos, com o objetivo de contar a história do Brasil para a mocidade daquela época, visando fazer conhecer a sua pátria, lembrando que o capítulo que trata sobre o 15 de novembro foi também publicado em separado pela Imprensa da Casa da Moeda em 1894, para distribuição gratuita, constando o título *Educação cívica: Quinze de novembro*.

Outros autores acabam por apenas citar as festas por ter outro foco de pesquisa versada na temática republicana, como José Murilo de Carvalho que na obra *A Formação das Almas*<sup>8</sup>, dedica-se a interpretar “símbolos, imagens, alegorias e mitos da época, na tentativa de avaliar como as visões da República transbordaram o círculo restrito das elites e atingiram a população de modo geral”, destacando brevemente nesse rol as festas cívicas como importante instrumento de aproximação do povo ao novo regime republicano.

Na historiografia paraense não é diferente. As abordagens sobre República apresentam outros focos temáticos como podemos observar nos livros e dissertações, entre eles *No coração do povo: O Monumento à República em Belém, A construção da República no Pará*, sem esquecer de várias monografias<sup>9</sup>. É importante lembrar que as documentações do

---

<sup>7</sup> Rodrigo Otávio de Langgard Meneses foi jurista e magistrado. Nasceu em Campinas (SP) em 1866 e faleceu no Rio de Janeiro em 1944. Foi secretário da Presidência da República no governo de Prudente de Moraes (1894-96), delegado pleni-potenciário do Brasil em diversas conferências internacionais, vice-presidente da Liga das Nações (1920), sub-secretário de Estado das relações Exteriores (1920-21), presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros por diversas vezes, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro-fundador da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira 35, cujo patrono é Tavares Bastos.

<sup>8</sup> CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>9</sup> Seguem alguns títulos de monografias catalogadas no Laboratório de História da UFPA: MOURA, Daniella de Almeida. **Banquetes paraenses**: Representações de uma República em construção (1889-1903). Ano 2005; ALMEIDA, Joaquim José de Souza. **A implantação da República no Pará**: Da adesão a promulgação da 1ª constituição republicana do Estado. Ano: 1989. Caixa 25. Nº 26a; ARAGÃO, Luis Carlos do Nascimento. **100 Anos de República**. Ano 1990. Caixa 31. Nº 342; BARBOSA, Carlos Eduardo Costa. **Governo Justo Chermont**: Uma República provisória no Pará (1889-1891). Ano 2005. Caixa 97. Nº 87.

Arquivo Público do Pará e da Biblioteca Pública Arthur Vianna têm contribuído para cada vez mais salientar novas pistas, produzindo abordagens diferentes de temáticas republicanas.

Tecendo um breve comentário sobre essas obras, podemos mencionar que *No coração do povo: O Monumento à República em Belém - 1891-1897*<sup>10</sup>, Geraldo Mártires Coelho, utilizando como fontes documentais os jornais *A República*, *Diário de Notícias* e *Folha do Norte* trata dos primeiros anos da República paraense, propondo-se a fazer uma leitura do Monumento da República desde a idéia inicial até sua inauguração em 15 de novembro de 1897, durante os festejos cívicos. Nesse sentido, destaca a partir do objetivo da construção desse monumento as ideologias políticas dos grupos envolvidos no Governo, o uso da imagem como representação simbólica e o forte atrelamento à cultura européia, principalmente, a França.

Para este historiador paraense, a importância de tal construção como pedagogia cívica visava “levar os cidadãos a simpatizar com as instituições republicanas e assim criar um imaginário republicano propriamente dito”<sup>11</sup>, utilizando este monumento como um recurso expressivo da estratégia do poder.

Em *Construção da República no Pará (1886-1897)*<sup>12</sup>, o historiador William Gaia apresenta como objeto de estudo as disputas políticas partidárias pelo controle da República no Estado do Pará, nos anos finais do século XIX, com destaque para as atuações, trajetórias e personagens dos partidos políticos (Partido Republicano Paraense, Partido Republicano Democrático e Partido Nacional Católico) e da imprensa (jornais *A República*, *O Democrata*, *Folha do Norte*); as manifestações relacionados ao campo político, principalmente, a Revolta do Capim e a Revolta de 11 de junho, ações organizadas contra o governo. A partir disso, o objetivo desse historiador é chamar a atenção para o fato de que o processo de mudança da Monarquia para a República não ocorreu de forma pacífica, ao contrário, havia muito a ser debatido sobre o novo regime. Desse modo, analisa que essas revoltas ocorreram no mais intenso instante de disputas político partidárias, “mas que não foi um caso isolado, desvinculados de questões mais abrangentes e da própria instituição do novo regime”<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> COELHO, Geraldo Mártires. **No coração do povo: O Monumento à República em Belém - 1891-1897**. Belém: Paka-Tatu, 2002

<sup>11</sup> COELHO, Geraldo Mártires. Op. Cit. p.61

<sup>12</sup> FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese de Doutorado. Niterói, agosto/2005.

<sup>13</sup> FARIAS, William Gaia. Op.cit. p. 9

William Gaia se propõe também a ir mais além do estudo dos programas políticos, assim problematiza outros tipos de manifestações relacionadas à mudança de regime político fazendo um estudo da produção simbólica divulgada maciçamente nos jornais da época, na reorientação do campo artístico, na educação, na construção de monumentos, pintura e iconografia.

Mais recentemente, Alexandre Amaral escreveu *Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911)*<sup>14</sup>, que trata da preocupação das autoridades paraenses em higienizar a cidade de Belém, objetivando combater doenças e epidemias que estavam assolando esta capital. O contexto histórico abordado destaca algumas práticas do governo republicano, em especial a do Intendente Antônio Lemos, ressaltando ao final, a análise de um banquete, sob o título *Abrem-se as cortinas: o banquete no Teatro da Paz, vivas à Cruz*, evidenciando a relação entre a riqueza proporcionada pela *belle époque* e as práticas republicanas, a partir dos comentários que revelam os discursos proferidos, a lista de convidados, o *menu* servido, a elegância da recepção e a importância das festas para a divulgação e fortalecimento do novo regime.

Tentando compreender um pouco mais sobre os momentos iniciais da República, em especial no Pará, a idéia de estudar *A República Paraense em festa*, no período de 1889 a 1911, apresentou-se como possibilidade a ser trabalhada, uma vez que partindo de outro enfoque, serão discutidas as idéias, os personagens, os discursos, as rupturas e as permanências, as intrigas e as alianças que estiveram presentes nesse período político marcante da história regional e nacional. Desse modo, têm-se como ponto de partida a análise do cenário e dos acontecimentos que se sucederam com a Proclamação da República no Pará, como as mudanças dos nomes de algumas ruas e praças, a discussão sobre o calendário das festas republicanas, a disseminação do uso de símbolos e, em torno disso, o debate sobre a importância da idéia de comemorações.

---

<sup>14</sup> AMARAL, Alexandre Souza. **Vamos à vacina?** Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911). Orientadora, Maria de Nazaré Sarges. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

## 1.1- A REPÚBLICA NOS NOMES DAS RUAS E NO CALENDÁRIO OFICIAL

Começando então pelos significados dos nomes das ruas. Ao andar por elas em Belém, há um sentimento de estar acolhido pela história, já que a cada esquina encontramos placas com nomes de pessoas ou fatos importantes seja do contexto regional, nacional e também internacional. O interessante é perceber a ligação dos significados dos nomes das ruas, prédios e praças, que muitas vezes têm como finalidade destacar um acontecimento — no caso específico aqui estudado, a República. Nesse sentido, “a cidade é como uma grande galeria imaginária e os nomes das ruas seriam molduras de quadros sem imagens, preenchidos à medida que são percorridos os corredores desse lugar artístico”<sup>15</sup>, que representa a memória coletiva de uma sociedade, de uma época.

No final do século XIX, Belém, como o Brasil em geral, foi marcada pela transformação política. Com o fim da Monarquia, entrou em cena a República. Com a mudança de regime, mudou o grupo político que estava no poder, bem como as simbologias adotadas. Se houve alteração em vários níveis, porque os nomes das ruas não haveriam de se modificar também? Afinal, seria incômodo a um republicano convicto caminhar por uma travessa chamada de Príncipe<sup>16</sup> ou por uma Praça denominada de D. Pedro II<sup>17</sup>. Nesse contexto, a política influenciou consideravelmente na decisão dos vogaes (vereadores), em épocas da vida administrativa e partidária do Pará.

Lilia Schwarcz<sup>18</sup> trata sobre o conturbado cenário de incertezas e mudanças dos anos iniciais da República e como esse período foi tratado com ironia e humor por Machado de Assis no romance *Esau e Jacó*, ao falar das dúvidas de Custódio, o dono de uma confeitaria que não sabia que nome colocar na tabuleta do seu estabelecimento, na manhã do dia 15 de novembro. Se continuava “Confeitaria do Império” ou se trocava para “Confeitaria da República”, dentre outras denominações. Ao final, depois de muito pensar e debater com o personagem Conselheiro Aires, decidiu por “Confeitaria do Custódio”, seu próprio nome, que não trazia nenhuma significação política ou figuração histórica, “nada que chamasse atenção

---

<sup>15</sup> CRUZ, Ernesto. **As ruas de Belém**: significado histórico de suas denominações.. 2 ed. Belém: CEJUP, 1992. (p.177)

<sup>16</sup> Atual avenida Quintino Bocaiúva

<sup>17</sup> Atual Praça da República

<sup>18</sup> Schwarcz, Lilia Moritz. Drama cívico entre bolachas e cafezinhos. IN: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 1. N° 5. Novembro, 2005. (pp. 18-19)

dos dois regimes”. Nessa discussão sobre o incipiente regime republicano, destaca a importância dos nomes no decorrer dessa transição política, analisando que:

(...) não há como negar o paralelo irônico entre a troca de governos e a mudança das tabuletas. Em questão está não só o caráter contingente da nova situação política, como a importância dos “nomes” e de sua incidência sobre o real. (...) Afinal, boa parte dos primeiros atos da República centrou-se na alternância acelerada nos nomes de ruas, praças, escolas e instituições (...)<sup>19</sup>.

Essas transformações são percebidas aqui também. Com a Adesão do Pará à Proclamação da República com o célebre anúncio de Paes de Carvalho, foi constituído o Governo Provisório<sup>20</sup>: Justo Chermont, presidente, pelo Clube Republicano, Tenente Coronel Bento José Fernandes, pelo Exército, e Capitão de Fragata, José Maria do Nascimento, pela Armada, que comunicou sua investidura à Câmara Municipal, que no dia 18/11/1889, sob a presidência de Antônio Lemos, dá-lhe posse oficial e por unanimidade aprova a proposta do Conselheiro Municipal Gentil Bittencourt, de mudança dos nomes das ruas Imperador e Imperatriz<sup>21</sup> para, respectivamente, República<sup>22</sup> e 15 de Novembro.

No mês seguinte, o presidente do Conselho Municipal de Belém, Manuel Barata, republicano atuante que participou da organização do PRP, propôs, em sessão de 26/12/1889, a substituição do nome da estrada de São José para 16 de Novembro, data comemorativa da adesão do Pará à República, assim como a denominação *bulevar* da República, ao trecho compreendido entre a doca do Ver-O-Peso e a rampa da Sacramenta, precisamente na área da antiga Rua Nova do Imperador. À Avenida Dois de Dezembro, cujo nome lembrava a data comemorativa ao aniversário do imperador D. Pedro II, foi dado o nome de Generalíssimo Deodoro, proclamador do novo regime. Pela mesma razão, o Largo da Pólvora, que neste

---

<sup>19</sup> Schwarcz, Lilia Moritz. Op.cit. p.19

<sup>20</sup> Sobre os primeiros atos do Governos Provisório Republicanos ver BORGES, Ricardo. **Vultos Notáveis do Pará**. 2º ed. Belém: Cejup, 1986.

<sup>21</sup> A Rua Imperatriz foi anteriormente chamada rua da Praia, da Boa Vista. Atualmente, é denominada de 15 de Novembro.

<sup>22</sup> Atualmente é conhecida como Avenida Presidente Vargas. É importante destacar que esta denominação não é citada por Ernesto Cruz em *As ruas de Belém*, que menciona como antigos nomes da Avenida Imperador apenas a travessa dos Mirandas e a avenida 15 de Agosto. A denominação de Avenida República como a atual Presidente Vargas pode ser encontrada no álbum **Belém da Saudade**: A memória da Belém do início do século em cartões-postais. Belém: SECULT, 1996. 257p.

período era D. Pedro II, passou a ser Praça da República<sup>23</sup>. Seguem abaixo imagens de algumas ruas e praça com nomes referentes à República.

Figura 1: Rua 15 de novembro



Fonte: Álbum do Estado do Pará, 1908,

Figura 2: Avenida 16 de Novembro



Fonte: Álbum do Estado do Pará, 1908

---

<sup>23</sup> CRUZ, Ernesto. Op. Cit. p.22.

Figura 3: Praça da República



Fonte: Álbum do Estado do Pará, 1908

Percebe-se que uma das preocupações dos legisladores municipais é homenagear as figuras políticas e fatos da história, gravando-lhes os nomes nas ruas e logradouros da cidade. Só para citar outros nomes de ruas que têm por significado uma relação com a República podemos destacar: Travessa Quintino Bocaiúva (antiga Travessa Príncipe), Serzedelo Correa, Avenida Gentil Bittencourt, Ruy Barbosa, Benjamin Constant, travessa Campos Sales, Avenida Senador Lemos, Rua Lauro Sodré (atual Ó de Almeida), Rodovia Augusto Montenegro, Avenida 22 de junho (atual Alcindo Cacela). Entre nomes de praças estão a da República, Floriano Peixoto (antigo Largo de São Braz), Justo Chermont (antigo Largo de Nazaré), da Bandeira (Saldanha Marinho).

Além dos nomes de alguns palácios, como o Antônio Lemos, Lauro Sodré e também de Escolas como a tradicional Paes de Carvalho (antigo Liceu Paraense), Justo Chermont. Enfim, ressaltando nomes de políticos influentes e figuras importantes no processo de formação da República Paraense, deixando assim a cada esquina a sua memória. Vale destacar ainda que muitas dessas ruas, praças e prédios republicanos foram constantemente fotografadas e registradas nas publicações dos Relatórios Municipais da Intendência de Belém, outra forma de guardar a memória do início do novo regime.

Como percebemos, muitas das ruas que lembravam o antigo regime mudaram para nomes que refletissem a memória republicana. No entanto, temos a exceção representada pela permanência da travessa 14 de Março, uma homenagem da Câmara Municipal ao dia do aniversário da imperatriz Tereza Cristina Maria de Bourbon. Por curiosidade, evidencia-se que a rua em homenagem à Imperatriz ficava paralela à Estrada 2 de Dezembro, que exaltava a data do aniversário do Imperador. Além da Travessa Dom Pedro I, em homenagem ao imperador e proclamador da Independência do Brasil. Qual teria sido a razão para que os republicanos históricos paraenses não mudassem essa denominação? Uma possibilidade seria que os antigos políticos monarquistas que continuaram no governo tinham poder de intervenção nas decisões, ou seja, apesar de não serem mais a base do poder, também não ficaram totalmente a margem do mundo político com a promulgação do novo regime, tanto é que antigos liberais passaram a integrar um partido republicano, o PRD.

Logo, é de se imaginar que essa convivência no cenário político não ocorreu de forma pacífica, sendo que as vitórias e derrotas fizeram parte de trajetória de ambos os lados em diferentes momentos.

Outro momento em que podemos observar a presença das decisões desses antigos políticos monarquistas é no caso do “Parque Afonso Penna”<sup>24</sup>, que só recebeu este nome em 1906 com a resolução do Conselho Municipal nº 149 de 18 de junho de 1906<sup>25</sup>, que autorizou o Intendente Antônio Lemos a denominar “Parque Afonso Penna”, o jardim da Praça da Independência. O motivo de tal mudança de nome representou uma homenagem à visita desta figura política importante a Belém, em 21/06/1906, prestada pelo governador do Estado e do intendente, ao Conselheiro Affonso Augusto Moreira Penna, eleito presidente da República do Brasil, para o período administrativo iniciado em 15/11/1906.

---

<sup>24</sup> Teve antes outras denominações: Largo do Palácio, por ficar em frente ao prédio de residência dos governadores, cuja construção foi iniciada em 1762 e concluída em 21/11/1772; Largo da Constituição – por ter sido ali proclamada solenemente, a 01/01/1821, a Adesão do Pará à Constituição portuguesa; Largo da Independência – em virtude de ter servido de palco ao movimento nacionalista; Parque Affonso Penna, em 18/06/1906, em homenagem a visita do presidente eleito da República do Brasil; e, atualmente, Praça D. Pedro II. Informações sobre essa praça constam em CRUZ, Ernesto. **As Ruas de Belém**: Significado histórico de suas denominações. Ilustrações de Rudoff Richl – 2. ed. – Belém: CEJUP, 1992. É interessante destacar que neste livro o autor não menciona a praça com o nome de “Parque Affonso Penna”, passando da denominação de “Praça da Independência para D. Pedro II.

<sup>25</sup> Informações sobre essa resolução ver em BELÉM, Intendente, 1897-1911 (Antônio Lemos). **O Município de Belém**: 1906. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 25 de março de 1907. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907, v.5, 364p.

Ao falar sobre a importância dessa visita, Antônio Lemos observa que a viagem de Affonso Penna, sendo cercada da representação da imprensa do Rio de Janeiro, de vários estados do Sul e de Portugal, veio criar para os paraenses uma época nova, pois, segundo Lemos, “de hoje em diante deixaremos de ser para o Sul os clássicos cidadãos de arco e fecha; passamos a ser um povo civilizado, porque para outros pontos do nosso país serão levadas as impressões gratas da admiração de quem visita a Amazônia”<sup>26</sup>.

No entanto, em outro momento, ainda não precisado, o nome dessa praça mudou novamente, ficando atualmente conhecida como Praça D. Pedro II que, segundo Ernesto Cruz, “traduz o aplauso e simpatia dos *edis belemenses* ao segundo Imperador do Brasil”<sup>27</sup>. Essa situação reflete novamente uma contradição ao que vinha sendo realizado nos anos iniciais da República, de trocar nomes de ruas e praças que lembravam o antigo regime para referências republicanas.

Assim como algumas ruas ganharam nomes em homenagem à República e aos republicanos, as datas comemorativas<sup>28</sup> também acompanharam esse processo de mudança e passaram a destacar momentos importantes de acordo com a visão dos principais líderes republicanos. Em 14 de janeiro de 1890, foi elaborado por decreto nº 155B<sup>29</sup> o calendário republicano, que considerava como dias de festa nacional as seguintes datas:

- 1 de janeiro: Comemoração da fraternidade universal;
- 21 de abril: Comemoração dos precursores da Independência brasileira, resumidos em Tiradentes;
- 3 de maio: Comemoração da Descoberta do Brasil;
- 13 de maio: Confraternização da fraternidade dos brasileiros;
- 14 de julho: Comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos;

---

<sup>26</sup> BELÉM, Intendente, 1897-1911 (Antônio Lemos). Op. Cit. p. 24

<sup>27</sup> CRUZ, Ernesto. Op. Cit. p.107

<sup>28</sup> Sobre o estudo de datas e comemorações na Amazônia ver *Datas antigas, festas modernas, 1616-1923*. IN: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos modernos**: Uma história social da arte e da literatura na Amazônia (1908-1929). Tese de doutorado. Campinas, 2001.

<sup>29</sup> Decreto nº 155B de 14 de janeiro de 1890. Declara os dias de festa nacional no Brasil. No Pará, este decreto foi repassado na íntegra para diversas repartições, como por exemplo, no ofício encaminhado ao Arsenal de Marinha. Documentação do governo localizada no Arquivo público do Pará. Belém, 4 de fevereiro de 1890

- 7 de setembro: Comemoração da Independência do Brasil;
- 12 de outubro: Comemoração da Descoberta da América;
- 2 de novembro: Comemoração geral dos mortos;
- 15 de novembro: Comemoração da Pátria brasileira.

O termo calendário deriva do latim *calendarium*, cujo significado é livro de contas, e denota o sentido de controlar o tempo de modo a assegurar que “outros grupos sociais não venham a fazê-lo. Nesse sentido, o tempo configura-se como um dos emblemas mais significativos da batalha simbólica”<sup>30</sup>.

Quem elaborou esse Calendário republicano? Fizeram-se presentes à sala de sessões durante a elaboração desse decreto Manoel Deodoro da Fonseca, Ruy Barbosa, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant Botelho, Eduardo Wandenkolk, Aristides da Silveira Lobo, M. Ferraz de Campos Salles e Demétrio Nunes Ribeiro, todos atuando na administração do Governo Provisório. Qual o motivo da escolha dessas datas? Quais datas saíram do calendário anterior? Porque essas datas e não outras?

Para começarmos a entender essas inquietações, primeiramente é preciso levar em consideração o papel das datas, que é de manter a memória de um determinado fato, pessoa ou de um grupo, marcando seu início e fim, tornando-se marcos referenciais, “transformadas em comemoração, passam a ter poder, a ser referência”<sup>31</sup>. Ou como afirma Le Goff “é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção”<sup>32</sup> desses acontecimentos. Desse modo, para muitas datas que se transformaram em marcos comemorativos, como as datas nacionais ou as datas oficiais, como mencionado acima pelo Decreto 155B, criaram-se rituais objetivando o envolvimento da sociedade, visando atingir a consolidação do novo regime.

Ao observarmos as datas comemorativas, principalmente no processo de mudança da Monarquia para a República, “podemos identificar como são mudadas, reforçadas ou simplesmente desaparecem do calendário oficial”, já que tudo depende das opiniões e posicionamentos do grupo que está no poder. Então, qual o critério utilizado por aqueles que

<sup>30</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Comê, morá? Descobrimto, comemoração e nacionalidade nas Revistas Humorísticas Ilustradas. IN: **Projeto História**, São Paulo, (20), abr. 2000. p. 137

<sup>31</sup> Sobre essa discussão sobre o significado das datas ver BITTENCOURT, Circe. (org). **Dicionário de datas da história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p.12

<sup>32</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1992. p.548.

decidiram sobre o calendário oficial publicado no dia 14 de janeiro de 1890? Como republicanos fizeram certas datas serem esquecidas como o 7 de abril de 1831, em memória da abdicação de D. Pedro I, que significou a primazia da Constituição de uma ordem política nacional sem a mediação direta do passado representado pela figura do imperador? Assim como o 23 de Julho de 1840, em que se comemorava a Maioridade de D. Pedro II, data inscrita no calendário cívico do Império como aquela que incorporou à memória da maioria dos súditos imperiais, projetando a figura do imperador

O 12 de Outubro permaneceu, mas com outro tipo de significado, a comemoração da Descoberta da América, não mais a data que designava os festejos do aniversário de D. Pedro I e de sua aclamação de imperador e defensor perpétuo do Brasil. Sobre outras datas, Circe Bittencourt comenta que:

As memórias relacionavam-se aos feitos dos monarcas, criadores da nação: o 7 de setembro, o 29 de junho, o Dia de São Pedro, o santo protetor dos Pedros, imperadores brasileiros. O 7 de Setembro manteve-se após a fase republicana, modificando-se os homenageados e a concepção dos responsáveis pela criação da nação, enquanto o 29 de junho perdeu a importância política, mantendo-se como festividade religiosa. Tiradentes, alçado a herói nacional após a implantação do regime republicano, não era personagem mencionado sequer nas aulas de História no decorrer do período imperial do século XIX<sup>33</sup>.

São muitas as controvérsias sobre esse calendário. Apesar do 7 de setembro fazer parte do calendário oficial dos republicanos, os redatores de *A República* se opunham a comemorar a data, uma vez que a identificavam com a Monarquia, ou melhor, “entendiam que não seria importante trabalhar a reconstrução de eventos relacionados a uma data memória do regime monárquico”<sup>34</sup>. Entretanto, mostrando grande contradição, Justo Chermont, no 7 de Setembro de 1890, fez discurso e participou das comemorações desta data no interior do Estado.

Em se tratando dessa valorização de Tiradentes e não de um personagem-símbolo do processo de Proclamação, pode ser entendida a partir de duas ausências neste processo: “nenhum líder republicano civil teve qualquer gesto que pudesse ser imortalizado”<sup>35</sup>, por outro lado, o povo também esteve longe de representar um papel semelhante ao que lhe coube na Revolução Francesa, festejada em muitas países, assim como o nosso, por ser símbolo da liberdade, igualdade e fraternidade entre todos. Nesse sentido, diante dessas dificuldades,

<sup>33</sup> BITTENCOURT, Circe. (org). p.12.

<sup>34</sup> FARIAS, William Gaia. Op. Cit. p.26

<sup>35</sup> CARVALHO, José Murilo de. p.52

quem aos poucos se revelou capaz de atender as exigências de mitificação foi Tiradentes, que mais se aproximava da figura de herói, pois “morreu por sua causa”, representado como símbolo de encarnações de idéias, de identificação coletiva, “instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos”<sup>36</sup>.

Nessa perspectiva, percebe-se as datas exercendo uma função política essencial que tanto pode permanecer como o 7 de Setembro; recriar seus significados como em Tiradentes; exaltar o 14 de julho com a grande Revolução Francesa que ecoou seu lema pelo mundo. No entanto, essa função proporcionou também o seu contrário, já que muitas delas podem ser esquecidas, como as datas 7 de abril de 1831, 23 de Julho de 1840 e omitidas como o 7 de janeiro de 1835, início da Cabanagem que aconteceu no Grão Pará, que significou uma luta do povo cabano em função da liberdade e contra as arbitrariedades dos brancos colonizadores, já que por algum tempo o povo esteve no poder daquela região, fato que não seria apropriado de ser lembrado numa República, onde a participação do povo é bem ínfima. A partir dessas breves análises, chegamos à conclusão que “lembrar ou fazer esquecer uma data é um ato político”<sup>37</sup>. Logo, festejar o 15 de Novembro se tornou imprescindível, como veremos a seguir.

## 1.2 - SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA COMEMORAÇÃO DO 15 DE NOVEMBRO

E o 15 de Novembro? Como todo ato político, esta data deveria ser muito bem lembrada, já que deveria consolidar as idéias do novo regime. “A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas”<sup>38</sup>, por isso muitos foram os meios para divulgar as idéias republicanas, através dos seus símbolos (bandeira, selo, brasão, hino), da imprensa, alegorias, rituais e das suas comemorações através dos festejos cívicos. No Pará, além do dia 15, também o dia 16 se tornou parte do calendário das festas oficiais, comemorando o dia em que o Estado aderiu á Proclamação da República

---

<sup>36</sup> IBID. p.55

<sup>37</sup> BITTENCOURT, Circe. (org). p.12.

<sup>38</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p.11

Brasileira, através do decreto<sup>39</sup> n° 19 de 11/01/1890, que declarou “de gala e feriado o dia 16 de novembro”.

Nesse contexto, em se tratando da nossa perspectiva regional, é necessário destacar que as notícias sobre essas comemorações publicadas nos jornais da época como *A República*, *O Democrata*, *O Pará*, *A Folha do Norte*, *A Província do Pará*, muitas vezes apresentam informações controversas, uma vez que os interesses políticos de cada redação falavam mais alto e teciam a relação de poder daqueles que apoiavam ou não o governo republicano. Por esse motivo, não é de se estranhar que geralmente os jornais estavam vinculados a partidos políticos. Cabe a essa pesquisa apresentar os distintos posicionamentos para podermos interpretá-los, e não tomar como verdade uma ou outra visão defendida pelos articulistas desses jornais.

Partindo dessas perspectivas, Michel Foucault compreende a interpretação do documento<sup>40</sup>, nesse caso o jornal, como um discurso. Logo, é este que é lido e analisado pelo historiador, que traça sobre ele relações, destacando suas particularidades, uma vez que o discurso é considerado um aparelho para a produção de sentido<sup>41</sup>, em vez de ser apenas um veículo de transmissão de informação sobre um referente extrínseco, já que associa a ele valores e interesses de determinado grupo.

A respeito dessas considerações, pode-se assegurar que o jornal enquanto documento deve ser criticado, já que o mesmo “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”<sup>42</sup>. Da mesma forma, Marc Bloch considera que “o vocabulário dos documentos não é, a seu modo, nada mais que um testemunho: precioso, sem dúvida, entre todos; mas, como todos os testemunhos, imperfeito; portanto, sujeito à crítica”<sup>43</sup>. Nesse sentido, a abordagem dos documentos deve ser realizada buscando-se analisar as comemorações republicanas no contexto do final do século XIX, mas, principalmente, com intenção de perceber as idéias e os interesses de quem os produziu.

---

<sup>39</sup> Arquivo Público do Pará. Decreto n° 19 de 11 de janeiro de 1890. IN: **Atos do Governo Provisório do Pará**, 1890. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1893. p.6

<sup>40</sup> FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. RJ: Forense Universitária, 1987.

<sup>41</sup> WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea da história. IN: **Revista de História**. Campinas: Unicamp, vol.2, n°3, setembro, 1991. pp.47-89.

<sup>42</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1992. p.545.

<sup>43</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Especificamente o capítulo IV “A análise histórica”.

Marialva Barbosa observa que as práticas jornalísticas do final do século XIX visavam a criação de um consenso, representavam o intermediário entre o público leitor e o poder, sendo fundamentais no processo de construção do novo regime, uma vez que:

(...) A imagem do poder também está presente nos textos impressos, difundindo muitas vezes uma idéia de eficiência. Por outro lado, fazer-se compreender é fundamental para os grupos dominantes. E para isso não basta a imposição de normas sociais nas ruas: é preciso um discurso que unifique normas, padrões, valores a serem inculcados ou disseminados. E a imprensa cumpre essa missão<sup>44</sup>.

Analisando a partir de uma outra perspectiva, a referida autora assevera que o jornal também cunha a imagem de opositor destemido, que ora se dirige ao adversário, ora ao público, de modo a apossar-se de sua simpatia, audiência, aprovação e fidelidade, enquanto consumidor daquela publicação<sup>45</sup>.

República e comemorações republicanas, a primeira referente à visão ampla, porque não dizer macro, e a segunda uma especificidade, uma perspectiva micro<sup>46</sup> do novo regime, que fornecerá novas visões acerca dessa contextualização, destacando as razões, interesses e as relações de poder inseridas nas comemorações republicanas, possibilitando uma nova dimensão ao diálogo traçado por grupos distintos dessa época acerca dos posicionamentos em relação ao novo regime.

Passado um ano do golpe militar que inaugurou a República no Brasil e sua Aclamação no Pará, o clima de festa para os republicanos históricos era visível ao planejarem com ostentação as comemorações cívicas, visando a participação de toda a sociedade. Pelo menos esse era o seu discurso aparente. Por outro lado, a oposição se demonstrava imbatível em evidenciar os pontos que consideravam negativos do novo regime, bem como as falhas existentes no programa das festas patrióticas, em especial o sentimento e a forma com que o povo participou. Nesse confronto de afirmação e negação, os festejos republicanos foram organizados e apresentados nas ruas de Belém nos dias 15 e 16 de novembro de 1890. As razões de tanta grandeza e propaganda intensa, quem participou, quem organizou e como a

---

<sup>44</sup> BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público (1880-1920)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. p.3

<sup>45</sup> BARBOSA, Marialva. Op. Cit. p. 164.

<sup>46</sup> Em relação a micro-história ver LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. IN: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161 & DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: Memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002. Principalmente uma parte do capítulo intitulado *Apontamentos teórico-metodológicos em torno da microistória*

imprensa paraense da época noticiou esses fatos serão os questionamentos levantados a seguir.

A imprensa paraense desde a Proclamação da República e sua Aclamação no Pará foi incansável em publicar artigos, imagens, notas, folhetins a favor ou contra o governo. Dois jornais, *O Democrata* e *A República*, travaram disputas diárias com textos recheados de intrigas, polêmicas e exaltações a suas opiniões<sup>47</sup>. Um dos momentos do ano (fora os períodos marcantes das eleições) em que o trabalho dos jornalistas se tornava mais incessante era em novembro, mês que significava a mudança de regime político, de Monarquia para República.

Desse modo, o primeiro aniversário da República começou a sair nos jornais em outubro com a divulgação dos nomes dos integrantes da comissão organizadora dos festejos e o programa que iria ser seguido. Enfim, todos os preparativos para a festa cívica. Nessa perspectiva, pretende-se apontar a importância e os significados dos festejos republicanos dos dias 15 e 16 de novembro de 1890 e dos anos seguintes; verificar quem foram os organizadores e participantes desses eventos; identificando o choque de idéias entre os jornais da época.

Unir toda a sociedade numa grande festa pública, era o propósito inicial do evento. Atualmente, essa tradição de comemorar o 15 de novembro está mais associada ao feriado nacional, que simboliza o dia em que as pessoas normalmente não trabalham e não vão à escola do que vinculado ao dia da Proclamação da República no Brasil. Todavia, essa data em outros tempos era lembrada e comemorada com muita pompa, principalmente pelos republicanos históricos<sup>48</sup>, fato que começou em 15 de novembro de 1890, primeiro aniversário da mudança de regime político e que estava descrita no decreto 155-B do governo provisório, visto sua significância, que percorreu em forma de circular aos juizes de direito das comarcas do Pará<sup>49</sup>, e a todas as repartições públicas e conselhos de intendências municipais<sup>50</sup>, informando-lhes da importância dessa data:

---

<sup>47</sup> Sobre as ações e o trabalho da imprensa nessa época ver FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese de Doutorado. Niterói, agosto/2005. Principalmente o capítulo 2 intitulado “Disputas políticas: entre textos e agressões”.

<sup>48</sup> Entende-se por republicanos históricos os divulgadores do regime republicano que atuaram desde o período que antecedeu a proclamação e que faziam parte de nenhum partido político vigente na Monarquia.

<sup>49</sup> Ofícios às autoridades judiciárias. **Documentação do Governo**. Arquivo Público do Pará. Belém, 9 de janeiro de 1890.

<sup>50</sup> Ofícios aos conselhos municipais de Intendência Municipal. **Documentação do Governo**. Arquivo Público do Pará, Belém, 4 de fevereiro de 1890.

(...) que o regime republicano se baseia no profundo sentimento de fraternidade universal; que esse sentimento não se pode desenvolver convenientemente sem um sistema de festas públicas, destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas; que cada pátria deve instituir tais festas segundo os laços especiais que prendem os seus destinos aos de todos os povos;"<sup>51</sup>

Assim, à primeira vista, as festas eram significados de união e de fraternidade. Mas o que realmente esses festejos representavam ou pretendiam alcançar segundo os motivos dos seus organizadores? Será que todos participavam ou creditavam a mesma importância?

Segundo a perspectiva positivista de Augusto Comte, cumpre instituir para cada pátria “um sistema de comemorações que periodicamente congregate e estimulem os cidadãos, sob o influxo das recordações gloriosas e dos serviços realizados pelas gerações precedentes”<sup>52</sup>. A base de tal sistema fornece a data que recorda o acontecimento mais característico da evolução de cada sociedade. Tais datas não são destinadas, como acreditam os homens indiferentes ao descanso corporal, tampouco marcam em nossa história simplesmente os contentamentos notáveis da existência. Elas são considerados especialmente ao exercício e a cultura do mais fundamental dos sentimentos sociais – a veneração cívica.

Na visão de Lúcia Lippi Oliveira “ao proporem a lembrança de fatos, de feitos heróicos passados a serem recuperados, as festas contribuem para ratificar e dar coesão social à nação”<sup>53</sup>. O importante era exaltar para consolidar, legitimar o novo regime, destacando seus princípios, valores e principalmente seu diferencial em relação à Monarquia, afirmando ser agora um grupo de pessoas que governava e não mais só uma. Celso Lafer discutindo essa temática comenta que:

“A virtude republicana é (...) um sentimento que passa pelo respeito às leis e pela devoção do indivíduo à coletividade. Nesse sentido, ao contrário da monarquia que se baseia na diferenciação e na desigualdade e no despotismo, que se funda na igualdade diante do medo e na impotência derivada da não participação no poder soberano, a igualdade republicana (...) é uma igualdade na virtude”<sup>54</sup>.

<sup>51</sup> Decreto nº 155B de 14 de janeiro de 1890 e também expresso na Documentação do governo localizada no Arquivo público do Pará. Belém, 4 de fevereiro de 1890

<sup>52</sup> COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito positivo**. Coleção grandes obras do pensamento universal – 30. São Paulo: Editora Escala,

<sup>53</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op.cit. p.180

<sup>54</sup> LAFER, Celso. O Significado de República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p.214-224.

Tratando-se de festas públicas, estas também ocorreram no período colonial. Iara Souza conta que as cidades e suas câmaras, arranjadas com a Igreja, comemoravam de tempos em tempos, e por ordem do Estado, o nascimento dos herdeiros, os casamentos dos infantes, a aclamação do soberano, os batizados das crianças reais, as exéquias dos príncipes; daí, advinha todo um novo ciclo, ao inaugurar-se um novo reinado<sup>55</sup>.

É importante salientar que as festas da realeza, sua organização e realização significavam um acontecimento ritualizado que provocava e buscava se valer de uma economia afetiva que envolvesse e atravessasse os que dele participavam; por vezes, era também um modelo da demonstração de força e persuasão do governante. Assim, podemos analisar que a República de modo não muito diferente tentou no seu princípio, demonstrar coesão social e força política através das suas festas apologéticas ao governo.

Passara-se um ano, o clima ainda se mantinha tenso e os embates com os integrantes do Partido Republicano Democrático permaneciam latentes, uma vez que estes queriam voltar ao poder e por isso atacavam os republicanos históricos — representados pelo Partido Republicano Paraense — que passaram a dominar o espaço político e não perdiam a oportunidade de atingir seus adversários.

A história da República desde o início mostrou-se conturbada, marcada por impasses e obstáculos, desde o próprio ato de sua proclamação — um golpe de Estado contra o Império, praticamente sem a efetiva participação dos republicanos históricos e, de forma bem notável, sem a participação do povo<sup>56</sup>. Logo, distanciando-se de se afirmar como uma “República Popular”.

Sobre essa participação popular, José Murilo de Carvalho defende que o começo da República foi uma época caracterizada por uma grande movimentação de idéias, em geral importadas da Europa, como o liberalismo, o positivismo e o jacobinismo. Sendo que dessas três, a jacobina era a que atribuía maior protagonismo ao povo. Enquanto que a liberal apesar de admitir a participação popular, não lhe atribuía o primeiro plano; e a positivista não previa papel ativo para o povo na República.

---

<sup>55</sup> SOUZA, Iara Lis Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada**: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. Principalmente o capítulo 5 “As festas do Imperador” que trata dos motivos e significados das festas reais, destacando também quem assistia, participava e quem organizava.

<sup>56</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

José Sebastião Witter afirma que neste contexto podemos perceber o intrincado momento pelo qual passava a República que se instalara<sup>57</sup>, já que vivia períodos de insegurança e instabilidade desde o princípio, em diversos níveis ideológicos seja entre o posicionamento dos próprios republicanos, ou os republicanos com o povo, ou aqueles com os dissidentes monarquistas. Dentre os conflitos surgidos no princípio do governo republicano podemos citar a Revolta de 11 de junho, a Revolta da Armada<sup>58</sup>.

A roda da vida política tinha girado e com isso quem era oposição se tornou situação (vice-versa). Portanto, era preciso mudar os discursos e fazer com que esse novo cenário e personagens ficassem conhecidos e respeitados pela sociedade. Visando abrandar as contendas internas pela hegemonia, além de se deparar com os monarquistas, para transparecer que tudo corria muito bem, assim como para garantir uma coesão social, uma das saídas foi realizar grandes festas oficiais, em que os discursos exaltavam a República e os seus representantes. Nesse contexto, “preocupados com a sobrevivência do novo regime, os republicanos chegam a uma unanimidade: a sacralidade da data. O 15 de novembro torna-se um marco indiscutível (...)”<sup>59</sup>. Sendo assim, nos desfiles de Aclamação à República, o grupo situacionista simultaneamente mostrava a união (bem intencional) com a sociedade e a força dessa nova política.

Eis então o surgimento de uma tradição, ou melhor, como designa Hobsbawm, elabora-se uma “tradição inventada”<sup>60</sup>, construída e formalmente institucionalizada. Essa expressão pode ser entendida como um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade e relação ao passado. Sabendo-se que tal repetição não era uma opção ingênua ou menor, muito pelo contrário possuía uma ação bem direcionada, visava que cada um presente àquele acontecimento, tivesse uma idéia, embora ligeira, do seu desenrolar ou da importância daquele momento.

---

<sup>57</sup> WITTER, José Sebastião. **República, política e partido**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

<sup>58</sup> Sobre essas revoltas ver FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese de Doutorado. Niterói, agosto/2005. Principalmente, o capítulo 4 “Republicanos e democratas nas revoltas de junho de 1891”. Do mesmo autor ver também o artigo “A Armada na Baía da Guanabara e os democratas no Pará”, apresentado no II Simpósio Internacional de História da Amazônia (2006), trabalho que consta nos anais desse encontro.

<sup>59</sup> SIQUEIRA, Carla. Op.cit. p. 162

<sup>60</sup> HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (Org). **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

No caso desta tradição, como é uma cerimônia oficialmente instituída, sabe-se quando começou, não estando perdida no tempo, já que estão bem documentadas, não representando um problema a investigar. Quanto aos valores que pretendia lançar, estão o patriotismo, a igualdade, o civismo e a coletividade, estes expressos nos desfiles republicanos que apresentavam como elementos fundamentais os símbolos nacionais como o hino, a bandeira, as armas, selo. Enfim, caracteres que representam a unidade de valores, que segundo o governo alcançava a todos da sociedade.

Na ânsia de propagar o regime, era comum que documentos fossem enviados ao governo paraense, solicitando recursos para a compra de bandeira nacional<sup>61</sup>, aquisição de retratos do chefe do governo brasileiro<sup>62</sup>. Geralmente, esses pedidos eram realizados pelas repartições do estado e intencências do interior.

A utilização dos símbolos nesse momento se justifica pelo fato de serem instrumentos por excelência da “integração social”, como mecanismos de conhecimento e de comunicação, tornando, segundo Bourdieu, “possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral”<sup>63</sup>. Esse poder simbólico se define numa analogia estabelecida entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, ou seja, os símbolos do poder (alguns já mencionados) são apenas capital simbólico e sua eficiência está sujeita às mesmas condições dessa relação entre o governo e seus subordinados.

Com essa perspectiva, Geraldo Mártires Coelho afirma que a festa republicana tinha o intuito de convencer o cidadão a integrar-se ao universo de simbologias que redefiniam os parâmetros de seu entendimento sobre a República. Havia, portanto, “uma nítida preocupação em formar uma alma republicana a habitar o corpo social, de modo que o novo regime imperasse sobre todos os pensamentos e vontades”<sup>64</sup>. É necessário dizer que esses cultos patrióticos e comemorações cívicas que se baseiam num forte simbolismo ideológico, já eram realizados na França no início da Terceira República. Nesse sentido, os republicanos instituíram suas festas procurando estabelecer uma continuidade com eventos históricos

---

<sup>61</sup> Avisos do Ministério do Interior. Códice N° 2011. **Documentação do Governo**. Arquivo Público do Pará. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1890.

<sup>62</sup> Ofícios as autoridades militares. **Documentação do Governo**. Códice N° 2018. Arquivo Público do Pará. Belém, 7 de abril de 1890.

<sup>63</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Tradução Fernando Thomaz. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

<sup>64</sup> COELHO, Geraldo Mártires. Op. Cit. p. 132

passados, ou seja, a proposta da tradição republicana “não destacava a singularidade do país e sim seu pertencimento a uma fraternidade com países e/ou momentos visualizados como representantes do lema liberdade, igualdade e fraternidade”<sup>65</sup>.

Hobsbawm assevera que a maioria das ocasiões em que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal, permanecem associados a símbolos e práticas rituais ou semi-rituais (por exemplo, as eleições). Associados a esses emblemas, pode-se dizer que outra linguagem do discurso simbólico público, a teatral, revelou-se mais duradoura. As cerimônias e desfiles públicos não eram novidade. Mesmo assim, foi notável sua utilização com objetivos oficiais e não-oficiais.

Oficialmente, segundo o discurso do governo expresso em minutas que se destinavam a todas as repartições do Estado, os dias de festa nacional, como o 15 de novembro, são datas dos acontecimentos mais importantes na história e nas glórias de uma nação. É praxe em todos os países honrar esses dias com solenidades comemorativas de caráter oficial. Tais solenidades não significam em geral uma deferência ou homenagem prestada aos chefes do Estado, mas um meio de manter e estimular os sentimentos cívicos entre os povos:

É inspirado nestes intuitos que o dr.governador manda recomendar-vos que estabeleçaes entre o pessoal da repartição a vosso cargo a pratica de comparecer convosco às recepções offciaes que S. Ex<sup>a</sup> dá nos dias (...) 15 e 16 de novembro e a quaisquer outras que forem previamente annunciadas pelo Diário Official.<sup>66</sup>

Afirmando ainda que a presença de todos os diretores e subordinados nessas cerimônias, sem representar um ato obrigatório, será aceita pelo governo como uma demonstração de patriotismo e um estímulo ao sentimento cívico nacional.

Ainda referindo-se ao discurso do Estado, categoricamente considera alguns anos depois, em 1905, na segunda reunião do congresso político que não é necessário exemplificar sobre o valor das grandes datas comemoradas, quanto à formação e ao desenvolvimento do caráter coletivo alegando que:

---

<sup>65</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit. p.184

<sup>66</sup> Minutas de ofícios à Diretoria Geral da Instrução Pública. **Documentação do Governo**. Códice N° 2142. Arquivo Público do Pará. Belém, 20 de junho de 1898.

Um povo que não soleniza os dias que recordam as páginas mais admiráveis da sua história está destinado a perder a consciência de si mesmo, a memória dos seus antepassados, a reminiscência augusta dos que trabalharam pela sua emancipação. As nações, como os indivíduos, possuem também o culto dos seus maiores. A comemoração cívica é uma evocação das sombras augustas dos que honram a história e, ao mesmo tempo, a mais doce reverência do presente às idades extintas, que guardam o tesouro dos feitos imorais, a origem das glórias imperecíveis, único patrimônio moral das nações<sup>67</sup>.

Até então não parece um pouco confuso esse discurso do governo? Os objetivos declarados eram vários, já que ora afirmava-se ser o de “estimular os sentimentos cívicos” e não exaltar os chefes políticos. Anos depois, destaca-se que a comemoração visava fazer uma apologia aos grandes homens que contribuíram para a construção dessa mudança política. Além desses, ainda é ressaltado nos Relatórios da Intendência Municipal<sup>68</sup> que as festas oficiais servem para propiciar ensejos para novas mostras de cordialidade entre os poderes do Município e os representantes do Estado e da União.

Como se pode observar, cada documento escrito pelo governo tendia limitar a amplitude do significado das festas republicanas. A esse panorama de abordagens do real valor das festas cívicas, é possível levantar que em meio aos turbulentos acontecimentos que surgiram nos anos iniciais do novo regime, todas essas idéias visavam pelo menos no campo ideológico, equilibrar e elevar as bases republicanas, que embora não representassem o espelho francês em sua uniformidade, ao menos nos dias de paradas militares de 15 e 16 de novembro, conseguia atingir uma aparente coesão social.

Pode-se imaginar o que seria dessas solenidades da República sem as paradas militares? José Murilo de Carvalho, comentando sobre a apatia da participação do povo nas questões políticas, ratifica que “foi preciso que a República introduzisse as paradas de tropas para salvar o decoro cívico das festas nacionais”<sup>69</sup>.

Nessa perspectiva, com a Proclamação da República, a disputa pelo poder e a luta pela hegemonia ficaram constantes. Grupos foram formados e, dentro desses grupos, muitas vezes também houve divergências. Acerca dessa discussão, Marx inicia a análise da definição de hegemonia não apenas com o sentido de dominação, mas com a noção cultural, ou seja, nas

<sup>67</sup> **Um festival republicano:** segunda reunião do congresso política. Belém: Secção de Obras d’A Província do Pará, 1905. (p.21).

<sup>68</sup> LEMOS, Antônio. **O Município de Belém:** 1903 – Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1904. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1904. v.2, 510p.

<sup>69</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. (p.68)

formas de crer, viver, expressar-se e de apresentar suas visões de mundo, desenvolvidas por determinado grupo social ou parte dele para se impor diante da sociedade. Vale ressaltar que essa abordagem de cultura como elemento de hegemonia é mais desenvolvida por Gramsci, que pôde ter uma dimensão mais ampla das relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida<sup>70</sup>.

Portanto, estendendo suas observações ao mundo contemporâneo, percebe-se que nem sempre certos grupos conseguem desenvolver sua própria visão de mundo — por falta de organização em aparelhos na sociedade civil — adotando, como sua, a visão de outros, quase sempre de grupos dominantes. Esse é o princípio do que Gramsci chama de hegemonia, isto é, quando a visão de mundo (cultura) de um grupo se impõe sobre o conjunto dos demais<sup>71</sup>.

Gramsci se refere aos aparelhos privados de hegemonia, entendendo-os como o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, ou seja, lugares em que os valores e crenças são veiculados como, por exemplo, os jornais, sindicatos, revistas, partidos, TV, rádio, escolas, teatro, igreja.

Na presente dissertação, somente os jornais e os partidos são destacados como meios de divulgação de idéias sobre a República. Lilia Schwarcz<sup>72</sup> analisa que a importância do jornal como fonte de pesquisa corresponde ao fato deste meio de comunicação, no final do século XIX, ser um dos mais expressivos espaços de formação de consensos, já que nessa conjuntura a imprensa é o principal espaço de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais que marcam esta época movimentada.

O papel da imprensa nesse momento se apresenta como um campo do poder simbólico, uma vez que cumpre a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a força de um grupo sobre outro. Dessa maneira, revelam-se como “construtores de relações sociais, divulgadores de propostas políticas e discursos”<sup>73</sup>. Bourdieu considera que os diferentes grupos e frações de grupo estão

---

<sup>70</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. **GRAMSCI** – Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

<sup>71</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e sociedade: a Consolidação da República Oligárquica**. In: Maria Yedda Linhares. (Org.). História Geral do Brasil. 6a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996, v. 1, p. 252-266.

<sup>72</sup> SCHWARCZ, Lilia. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>73</sup> FARIAS, William Gaia. Op. Cit. p.35

envolvidos numa luta propriamente simbólica<sup>74</sup> para impor a definição do mundo social de acordo com seus interesses. Assim, o campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre os grupos, ou seja, é uma forma necessária de interpretação prática, concreta e de luta pelo poder

No limiar do novo regime, dois partidos propagandeavam suas idéias e opiniões de forma constante: o Partido Republicano Paraense (PRP) e o Partido Republicano Democrático (PRD). O primeiro, “através da vantagem de estar à frente da administração do Estado, operava com o uso dos expedientes públicos”<sup>75</sup>, com vistas a favorecer o seu partido. Representavam o governo, defendendo a legitimidade da República e tentando cumprir as promessas que haviam se proposto a colocar em prática quando assumissem o poder. Divulgavam suas idéias também no jornal *A República*, que voltou a circular em 1890 e se estendeu até os anos de 1900<sup>76</sup>.

Com o seu discurso de exaltar o novo regime o jornal *A Província do Pará*<sup>77</sup>, embora se dizendo imparcial em política (depois de sua vinculação com o Partido Liberal), sem ter envolvimento formal com algum partido político, também colabora para enfatizar as boas práticas e divulgar seu programa de governo com o apoio de todas as classes sociais, ao menos em tese. Assim, tanto *A República* como *A Província do Pará*, como defensores do grupo dirigente, tinham o trabalho de “manter viva a idéia de República como *slogan* organizador da sociedade”<sup>78</sup>.

Alguns anos depois, começa a circular *O Pará* (1897-1900), jornal noticioso, político, propriedade de uma associação que teve a orientação do Partido Republicano Paraense, redigido por Fugêncio Simões e Ovídio Filho.

---

<sup>74</sup> Bourdieu, Pierre. Op. Cit. p.11

<sup>75</sup> FARIAS, William Gaia. Op. Cit. p.88

<sup>76</sup> Este jornal teve seu início em 1886, em 1887 cessou os seus trabalhos. Os republicanos para contarem com um jornal partidário fizeram com que *A República* voltasse a circular com seu primeiro número saindo a 16 de fevereiro de 1890. Seus redatores políticos eram Raimundo Martins, Manoel Barata, Theotonio de Brito e Martins Pinheiro.

<sup>77</sup> Jornal de circulação diária, fundada por Joaquim José de Assis, redator político, Francisco de Souza Cerqueira, tipógrafo e Antônio José de Lemos, redator gerente. Em 10 de abril de 1897, após a morte dos demais sócios, Antônio José de Lemos associa-se ao grupo Chermont. Por desentendimento entre os sócios, em 11/1900 foi interrompida a publicação do jornal, encerrando sua primeira fase. Reinicia numa segunda fase, no ano seguinte, com Antônio Lemos como único proprietário. Em 1907, Antônio Lemos muda as instalações do Jornal que é incendiado por seus inimigos políticos, em 29/08/1912, provocando o fim da segunda fase.

<sup>78</sup> SIQUEIRA, Carla. Op. Cit. p.4

Já o PRD “preocupava-se em denunciar o jogo político do governo (...), apontando suas práticas políticas como medidas arbitrárias”<sup>79</sup>, ou seja, simbolizava a oposição, que se propunha pôr às claras os bastidores do governo, geralmente, criticando-o. Expunham suas opiniões no jornal *O Democrata*<sup>80</sup>, representante maior da aversão aos discursos dos integrantes do PRP.

Alguns anos depois da Proclamação da República, surgiu em 1896 o *Folha do Norte*<sup>81</sup>, que, foi fundado por Enéas Martins, Cipriano Santos e outros, tendo por objetivo principal lutar pelo desenvolvimento político e social da região, combatendo a política de Antônio Lemos, na época proprietário do Jornal “A Província do Pará”. Lemos em 1897 assumiria a Intendência, ficando até 1911, defendendo o Partido Republicano Federal (resultado do rompimento do Partido Republicano Paraense), chefiado por Lauro Sodré e depois por Paes de Carvalho.

Aldrin Moura aponta que a existência de diferentes partidos e tendências políticas serviram de estímulo ao embate de idéias, posicionamentos e projetos sociais muito diversos<sup>82</sup>. Nesse sentido, representou a forma encontrada tanto pelo PRP, quanto pelo PRD, de exporem nos seus respectivos jornais suas idéias, homenagear representantes políticos, denunciar seus adversários, defenderem-se diante de uma acusação, forjar uma notícia, assim como satirizar o outro grupo.

---

<sup>79</sup> FARIAS, William Gaia. p.88

<sup>80</sup> Começou sua circulação em 1890, tendo como seu término o ano de 1895. *O Democrata* foi um jornal de circulação diária, órgão do Partido Republicano Democrático, circulou sob a direção dos chefes do extinto Partido Liberal (daí pode ser sua tendência monarquista), redigido por Américo Marques Santa Rosa.

<sup>81</sup> Enéas Martins, proprietário e Diretor, vítima de perseguição política transferiu-se para Manaus, assumiu a direção Cipriano Santos que muda as instalações do Jornal para à Rua Gaspar Viana, esquina com a Travessa 1º de março, endereço onde funciona atualmente o jornal “O Liberal”. Após 4 anos de ausência, Enéas Martins volta a Belém e toma posse como governador em 1º de fevereiro de 1914 sua primeira atitude como governador foi vender o jornal “Folha do Norte” para Cipriano Santos. Com a saída de Enéas Martins, sobe ao poder, em 1917, Lauro Sodré que beneficiou Cipriano Santos, que se elege Senador Estadual e Intendente Municipal de Belém, passando para Paulo Maranhão, o revisor de provas, a propriedade da “Folha do Norte”. Paulo Maranhão muda a linha política do jornal, e o dirige até sua morte em 17 de abril de 1966, tendo dedicado 71 anos de sua vida a “Folha do Norte”. Em seguida, assume a direção, seu filho, Clóvis Maranhão. Em 27 de junho de 1973, Rômulo Maiorana adquire o jornal, dando nova estrutura e feição jornalística, permitindo que circulasse por mais um ano, para em seguida, em 1974, tirá-lo de circulação. Tem-se notícia de que a 29 de dezembro de 1979 o jornal “Folha do Norte” começou a circular em Santarém, com publicação semanal. Essas informações foram obtidas a partir da publicação da Biblioteca Pública do Pará. *Jornais PARAoaras: catálogo*. – Belém: Secretaria do Estado de Cultura. Desportos e Turismo, 1985.

<sup>82</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Páginas antigas: Uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922. IN: VIEIRA JUNIOR, Otaviano; OLIVEIRA, Damião Bezerra & ABREU, Waldir Ferreira de. (orgs). **Margens. Revista multidisciplinar ao núcleo de pesquisa**. Abaetetuba-PA: CUBT/UFPA: Belém: Pakatatu, 2005.

Nesse momento, a imprensa paraense assume o papel de espaço de luta política, destacando-se como o principal meio de comunicação, ou seja, veículo de divulgação de idéias e propaganda partidária, além da manifestação de intelectuais. Eram inúmeros os papéis e funções daqueles que escreviam, incluindo nesta diversidade, literatos, articulistas e políticos. É importante destacar que a intriga entre esses periódicos era intensa e marcou acaloradas discussões durante muitos anos:

Para os republicanos históricos a linguagem da imprensa democrata era vulgar, uma vez que menosprezava os ícones da República, ao passo que exaltava homens que nada teriam contribuído para a construção do novo regime. Os combates pela imprensa, portanto, iam além das trocas de acusações relacionadas a questões de âmbito meramente administrativo. O aspecto simbólico era igualmente relevante na batalha pelo imaginário republicano no Pará (...)<sup>83</sup>.

Partidos e jornais se fundiam, ligados a eles estavam os intelectuais, cuja tarefa a desempenhar era a concretização de uma nova hegemonia a partir da repetição constante dos mesmos argumentos, variando literariamente a sua forma, já que a repetição é o meio mais didático e eficaz para agir sobre a mentalidade da sociedade<sup>84</sup>. Eram comuns as exhibições de representantes políticos com postura imponente e altiva; e de simbologias republicanas como bandeiras, brasões, retratos de chefes políticos, principalmente, estampados na primeira página dos jornais da época, seja em datas oficiais, em período eleitoral ou em comemoração ao aniversário de algum chefe político.

Assim, dia após dia, principalmente, em épocas de eleições e no mês de novembro, as idéias de cada partido eram descritas de forma harmônica, exemplo de perfeição e igualdade, quando quem escrevia era do jornal aliado; em contrapartida, farpas e fagulhas eram lançadas pelos adversários políticos, criando uma intensa batalha de versões e de simbologias. É justamente nesse clima de conflito que se enfatizarão os posicionamentos dos jornais *A Republica*, *A Província do Pará*, *O Pará*, *O Democrata* e *a Folha do Norte*, sobre os festejos republicanos de 15 e 16 de novembro dos primeiros anos da República.

---

<sup>83</sup> FARIAS, William Gaia. Op. Cit. p.80

<sup>84</sup> GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

Qual seria o sentido dessa comemoração para cada grupo participante? Seria um desfile alegre ou demonstração de tristeza semelhante a um cortejo fúnebre? Como era organizado? Quem pertencia à comissão organizadora? Quem participava? Essas são algumas inquietações que serão discutidas a seguir.

## **CAPÍTULO 2**

### **OS FESTEJOS REPUBLICANOS PARAENSES DE 15 E 16 DE NOVEMBRO (1890-1911)**

## CAPITULO 2:

### OS FESTEJOS REPUBLICANOS PARAENSES DE 15 E 16 DE NOVEMBRO (1890-1911)

A festa é uma dócil maquinaria, pronta para ser montada e desmontada num abrir e fechar de olhos, tendo em vista as necessidades da causa<sup>85</sup>.

Como “as festas têm sempre uma função pedagógica e unificadora, reduzindo as diferenças existentes”<sup>86</sup>, desenvolvendo-se “como um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião de seus participantes”<sup>87</sup>, implicando a concentração em torno de um objeto que é celebrado e comemorado, nesse caso a República, desde início de outubro os festejos vinham sendo pensados e organizados com esse objetivo. E a imprensa desenvolvia seu papel divulgando constantes notas sob os títulos “15 e 16 de novembro”, “Festas patrióticas”, “Procissão cívica”, “As festas de hoje”, “Festas de 15 e 16”, “Préstimo Cívico” entre outros. Desse modo, com tanta informação, o leitor dos jornais republicanos experimentava a sensação de estar vivendo um momento histórico.

Além dos jornais, outro meio de divulgação das festas republicanas eram os Relatórios Municipais<sup>88</sup> que descreviam detalhes da sessão solene da Intendência Municipal entre os quais os discursos, a lista das autoridades presentes, imagens dos festejos (apresentados ao longo desse texto) assim como a participação da população e a apresentação das despesas desses eventos. Em relação ao orçamento, apesar de termos alguns dados, expressos no quadro a seguir, não podemos saber ao certo quanto se gastava para as festas republicanas, já

---

<sup>85</sup> OZOUF, Mona. **A festa sob a Revolução Francesa**. IN: LE GOFF, Jacques. **História: novos problemas, novas abordagens e novos objetos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, 3 v. (p.224)

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op cit. p.174

<sup>87</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. **Festa, Trabalho e Cotidiano**. In: JANCSÓ, István, KANTOR, Íris.(orgs) **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: HUCITEC: ed.da USP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, vol 2, p. 972.

<sup>88</sup> O Intendente Antônio Lemos durante seu governo publicou sete relatórios, a maior parte com fotografias de vistas da capital paraense, das obras urbanísticas em execução, do orçamento da Intendência Municipal, dos festejos republicanos e discursos proferidos nos momentos de solenidades públicas. Essas edições luxuosas caracterizam aquela fase áurea, apresentando o gradativo desenvolvimento urbano da cidade e mensagens políticas.

que o item destinado a esse fim intitulado “Festas e regozijos públicos”, refere-se a outros eventos também, com exceção do Relatório Municipal<sup>89</sup> do ano de 1898 que destaca na relação o “auxílio do tesouro para as festas de 15 e 16 de novembro”.

<b>Quadro – DESPESAS: Festas e Regozijos públicos</b>	
<b>ANO</b>	<b>VALOR</b>
1897	14:565\$199
1898	69:942\$253
1899	43:969\$610
1900	37:200\$000
1901	3:549\$000
1902	6:200\$000
1903	22:500\$000
1904	30:700\$000
1905	15:175\$657
1906	118:548\$099
1907	23:650\$000
1908	1:000\$000

Fonte: Relatórios Municipais (1897-1911)

<sup>89</sup> BELÉM, Intendente, 1897-1911 (Antônio Lemos). **O Município de Belém: 1897-1902**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1902. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1902. V1, 459p.

Outro fator que inviabiliza uma análise maior sobre os gastos desses festejos é que essas despesas recaíam em outros setores do orçamento apresentado pela Intendência Municipal de Belém, como por exemplo, as “despesas eventuaes”, verba da “presidência das províncias”, “iluminação pública”, sendo assim os custos eram encaminhados e divididos para áreas diversas das finanças do governo, impossibilitando a percepção real dos gastos dos festejos.

Sobre esses gastos com os festejos cívicos, os democratas aproveitavam a oportunidade para criticar os republicanos históricos, afirmando na coluna “Perambulando”<sup>90</sup>, escrita por Macário<sup>91</sup>, polêmico jornalista do PRD, que o governo de Justo Chermont ostentava o poder a partir de despesas sem compromisso com a coisa pública, como o dispensado para as festas de 1890, oficializado no decreto<sup>92</sup> n° 213, de 14/10/1890, que abriu um crédito de 15 mil reis para as festas de 15 e 16 de novembro desse ano.

Retomando o significado e a organização dessas festas, pode-se observar que essa cerimônia apresentava um sentido próprio, tornando-se um acontecimento que movimentava todo um conjunto de símbolos e práticas. Organizar uma festa capaz de mobilizar uma cidade ou parte dela, tentando reunir diversos grupos sociais, interrompendo o funcionamento das instituições públicas, a rotina de trabalho, modificando o fluxo e o movimento das ruas, implicava em um esforço conjunto de dois níveis de poder em especial: o Governo do Estado e a Intendência Municipal de Belém.

O governador do Estado, com o intuito de promover essa solenidade com o brilhantismo digno de um acontecimento tão faustoso, nomeia e convoca para uma reunião a comissão incumbida de levar a efeito as festas cívicas. Pessoas de renome da sociedade paraense faziam parte desse grupo selecionado por Justo Chermont para promover os festejos do primeiro aniversário da República nos dias 15 e 16 do mesmo mês. Entre elas podemos destacar os seguintes nomes: Barão do Marajó, Intendente Municipal de Belém; Virgílio da Bohemia Sampaio, vereador; José Veríssimo, diretor da Instrução Pública do Pará e crítico literário; José Luiz Coelho, secretário da Intendência; Antônio José de Lemos, presidente da Câmara Municipal de Belém; Conselheiro Paes de Carvalho, senador federal; Romualdo de

---

<sup>90</sup> Jornal *O Democrata*. 15/10/1890.

<sup>91</sup> Dentre outras críticas, Macário constantemente apontava falhas na administração pública, denúncias de fraudes eleitorais. Sobre a atuação deste jornalista, ver FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese de Doutorado. Niterói, agosto/2005. pp.84-88.

<sup>92</sup> Arquivo Público do Pará. Decreto n° 213 de 14 de outubro de 1890. IN: **Atos do Governo Provisório do Pará, 1890**. Belém: Typ. do Democrata, 1893. p.242

Souza Paes de Andrade, desembargador; Antônio Leite Chermont; Joaquim Guilherme Gonçalves Vianna, Dr. Antônio Marçal, Major Augusto M.V. Drummond, Jayme Oliveira da Gama, Manuel M. Gomes, Jose Marques Braga, ativos republicanos.

Enfim, essa lista de nomes e funções e/ou cargos permite-nos observar a participação ativa da elite política e econômica nas questões referentes ao governo. Dessa relação de convidados, Joaquim Guilherme Gonçalves Vianna não pôde comparecer à reunião, encaminhando logo a seguir uma minuta<sup>93</sup> pedindo desculpas por sua ausência e explicando seus motivos, para que não parecesse descaso seu não participar da organização desse acontecimento tão importante.

Dentre os trabalhos dessa comissão, destacam-se a discussão das bases do programa dos festejos e a sua conseqüente divulgação; orientar os moradores das ruas<sup>94</sup> pelas quais passaria o “préstimo cívico”, a promover todos os meios de que esses espaços apresentassem aspecto festivo; solicitar para que os estabelecimentos comerciais ficassem fechados nos dias dos desfiles<sup>95</sup>; divulgar em seus comunicados nos jornais o fortalecimento da democratização promovida pelos republicanos históricos por meio dos festejos; e, principalmente, convidar todos os membros da sociedade a participar dessa grande festa por meio de ofícios assinados pela comissão dos festejos patrióticos, divulgando dessa forma no meio social paraense o fortalecimento da democratização promovida pelos republicanos históricos.

Associado a esses preparativos e orientações, estava a preocupação de garantir a segurança do evento. Em virtude disso, o governador do Estado encaminhou ofícios<sup>96</sup> para o Corpo Militar de Polícia, Arsenal de Guerra, Arsenal de Marinha, Companhia de Bombeiros e ao Comando das Armas, a fim de que fossem providenciados meios para que o programa das festas fossem plenamente executados, no tocante às respectivas atribuições desses órgãos administrativos.

---

<sup>93</sup> Ofícios recebidos de diversas autoridades. **Documentação da Intendência Municipal de Belém**. Códice nº 6. Arquivo Público do Pará. Belém, 24 de outubro de 1890.

<sup>94</sup> A marcha cívica, que fez o seguinte trajecto: Travessa João Augusto, rua 15 de Novembro, largo das Mercês, rua de Santo Antônio, rua e largo da Trindade, Estrada do Arsenal e Avenida da República. O solemníssimo préstimo que teve por fim ir até ao largo da Pólvora. Estas informações estão de acordo com dados publicados no jornal *A República* do dia 18/11/1890.

<sup>95</sup> Essa determinação do fechamento dos estabelecimentos comerciais foi garantida a partir da portaria nº 49 de 22 de janeiro de 1890, que aprovou as posturas do Conselho Municipal de Belém, que proibiu a abertura de casas comerciais aos domingos e dias de festas nacionais. Informação obtida a partir de *Atos e decisões de 1890-1893*. Coleção de Leis. Arquivo Público do Pará.

<sup>96</sup> Ofícios ao Comando das Armas. **Documentação do Governo**. Arquivo Público do Pará. Belém, 10 de novembro de 1890.

No primeiro aniversário da República, muitos foram os estabelecimentos e instituições convidados, entre eles estão: Clube de Artistas N. Republicanos, Amazon Steam Navigation Company Limited, Sociedade de Beneficência “Vinte oito de julho”, Comapanhia de Seguros Paraense, Clube Euterpe, Lyceu Paraense, Agência do Lloy brasileiro, Parthernom do Norte, Companhia Protetora da Indústria Pastoril, Grêmio Literário Português, Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, Atheneu Comercial do Pará, Sociedade Beneficente Artística Paraense, Escolas Normais do Estado, Loja Cosmopolita, Loja Firmeza e Humanidade, Sociedade Mecânica Beneficente Paraense, Loja Renascença, Banco de Belém do Pará, Santa Casa de Misericórdia, Oficina de Carpintaria e Serraria a vapor de Coelho & C<sup>a</sup>, Escola de Aprendizes Marinheiros, Loja Renascença, Sociedade Beneficente Harmonia & Fraternidade, Companhia de Gaz Paraense, Banco do Pará, Delegacia de Terras e Colonização, alguns órgãos da imprensa como o “Crepúsculo” e a “Voz do Caixeiro”, Instituto de Educandos Artífices Paraenses.<sup>97</sup>

A maioria desses destinatários mandou respostas aos ofícios dos convites da Comissão dos Festejos confirmando suas presenças, demonstrando toda a sua estima em participar de tal solenidade. Entretanto, houve um número mínimo que não aceitou o convite, como por exemplo, a loja Maçônica Sociedade Benemerita Loja Firmeza e Humanidade, que em resposta a essa Comissão afirmou que “os estatutos desta Benemerita organização proíbem a participação em assumptos políticos”<sup>98</sup>. Outro estabelecimento que recusou o convite foi a Loja Cosmopolita, alegando sua diretoria que:

Acusamos o vosso convite de 25 de outubro e agradecemos penhorados a vossa amabilidade, sentindo no entanto dizer-vos que não podemos associarmos aos vossos desejos em vista de nos ser expressamente proibido pelos nossos Regulamentos Geraes<sup>99</sup>.

---

<sup>97</sup> Todos esses convites estão na documentação da Intendência Municipal de Belém, principalmente no ano de 1890, no Arquivo Público do Pará.

<sup>98</sup> Secretaria da Benemerita Loja Firmeza e Humanidade. **Documentação da Intendência Municipal de Belém.** Códice Nº 6. Arquivo Público do Pará. Belé, 6 de novembro de 1890

<sup>99</sup> Secretaria da Loja Cosmopolita. **Documentação da Intendência Municipal de Belém.** Códice Nº 6. Arquivo Público do Pará. Belém, 5 de novembro de 1890.

É importante destacar que a Loja Renascença inicialmente não aceitou o convite, mas depois de uma reunião com os seus membros chegaram à conclusão que seriam representados por um grupo escolhido em assembléia para não se opor a comemoração e não se indispor com o governo. É provável que essa demora na decisão de participar ou não dos festejos cívicos possa ser atribuída ao fato de que entre os maçons havia uma divisão a respeito dos objetivos das lojas maçônicas, já que uns defendiam que essas lojas deveriam se ocupar essencialmente com o aperfeiçoamento moral e intelectual do homem e de atos de beneficência; enquanto outros sustentavam que a Maçonaria deveria se envolver de forma mais ativa nas questões políticas externas ao mundo fechado das lojas maçônicas<sup>100</sup>.

O convite a tantas lojas maçônicas pode ser compreendida pelo fato de muitos republicanos congregarem dessas idéias ligadas à maçonaria como os ilustres Lauro Sodré, José Paes de Carvalho, Antônio Lemos, além do maestro José Cândido Gama Malcher<sup>101</sup>, pertencente à Loja Sociedade Beneficente Harmonia & Fraternidade, revelando que abrangem atividades econômicas, políticas e artísticas.

Sobre a iluminação das ruas, das residências, dos edifícios públicos e particulares, nota-se que era um fator importante, tanto que exaustivas notas de jornal se destinavam a enfatizar esta característica, descrevendo até o tipo de sistema utilizado se “luzes a gaz carbônico, elétrica e/ou *lucigeno*”<sup>102</sup>, que se tornou elemento marcante do discurso comemorativo, por representar o “resultado do progresso, marca da civilização, a luz elétrica atesta a concretização da expectativa, permite que a festa se torne o próprio espaço de experiência da promessa”<sup>103</sup>, ou seja, de construção de um novo tempo baseado não só no discurso da promessa, mas, principalmente, na sua efetivação vivenciada pela sociedade. Nesse sentido, a luz, bem como a República, simbolizavam essa prosperidade tão almejada nos anos finais do século XIX.

Por esse motivo, nessas festas as iluminações eram assiduamente utilizadas, combinadas com fogos de artifícios e girândolas, para quebrar a monotonia da noite escura, exaltar uma situação e quanto mais importante o evento, por mais noites se prolongavam, funcionando assim como um sinal de regozijo público. Dentre os prédios públicos

---

<sup>100</sup> BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras**: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: CMU – Editora da Unicamp, 1999.

<sup>101</sup> SALLES, Vicente. **Maestro Gama Malcher**, a figura humana e artística do compositor paraense, Belém, UFPA/Secult, 2005. p.39-40)

<sup>102</sup> *A Província do Pará*. Belém, 6 de novembro de 1892. “O Festival de 15 e 16 de novembro”.

<sup>103</sup> SIQUEIRA, Carla. Op. Cit. (p.8)

devidamente iluminados e embandeirados em regozijo pela data patriótica que se comemora, estão o Palácio do Governo, o Palacete Azul, a câmara dos senadores, o Lyceo Paraense, a Escola Normal, a Praça do Comércio, o Arsenal de Marinha, o Arsenal de Guerra, os quartéis da Força do Estado, os quartéis da Força Federal, o Theatro da Paz, o quartel do comando militar. Além desses, seguiram o mesmo processo de decoração as redações dos jornais, muitos consulados, os navios de guerra estacionados no porto e muitas embarcações mercantes.

*O Pará*<sup>104</sup> fez questão de destacar a decoração e profusão de cores da avenida da República, que em seu percurso apresentava três arcos: um com os retratos dos proclamadores da República Deodoro e Benjamim Constant; outro com os do governo provisório do Estado, Justo Chermont, general Bento Fernandes e capitão de mar e guerra Nascimento; e o terceiro à entrada da avenida — representando a República.

Não é de se surpreender que o orçamento do governo já previsse essas despesas com a Companhia de Gás Paraense<sup>105</sup>, nos dias 15 e 16 de novembro para iluminar a parte exterior do Palácio do Governo do Pará, as principais ruas por onde passava o cortejo cívico, as fachadas dos estabelecimentos de imprensa. Vale ressaltar que o gerente desta companhia, enviou para a Intendência municipal um ofício<sup>106</sup>, no dia 21 de novembro de 1890, para comunicar que em virtude da chuva que caiu na noite de sábado, dia 15, que prejudicou algum tempo as iluminações, resolveu fazer um abatimento no orçamento.

Durante as solenidades, a presença das bandas de música eram fundamentais, tanto de manhã quanto à noite, ecoando os hinos nacionais, da República, do Pará e para distrair o público “executavam hamoniosos trechos de produções vantajosamente conhecidas”. As bandas de música dos corpos de guarnição, do de polícia e bombeiros do arsenal de guerra, do Instituto de Educandos e do Instituto Providência, foram assim distribuídas para os festejos de 15 e 16 de 1890:

- do arsenal de guerra e do Providência, para o largo da independência;
- da polícia, para o largo de Sant’ Anna;
- de bombeiros, para o mesmo largo;

<sup>104</sup> *O Pará*. 17 de novembro de 1899. “As festas da República”.

<sup>105</sup> Vários foram os ofícios destinados a questão da iluminação. Seguem alguns deles: *Ministério dos Negócios do Interior*. Avisos do Ministério do Interior. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1890; *Ofícios a Diversos*. Documentação do Governo. 4 de setembro de 1891; *Minutas de ofícios à Diretoria da Repartição das Obras Públicas*. 14 de novembro de 1892; *Minutas de Ofícios ao Inspetor do Tesouro*. 29 de novembro de 1893.

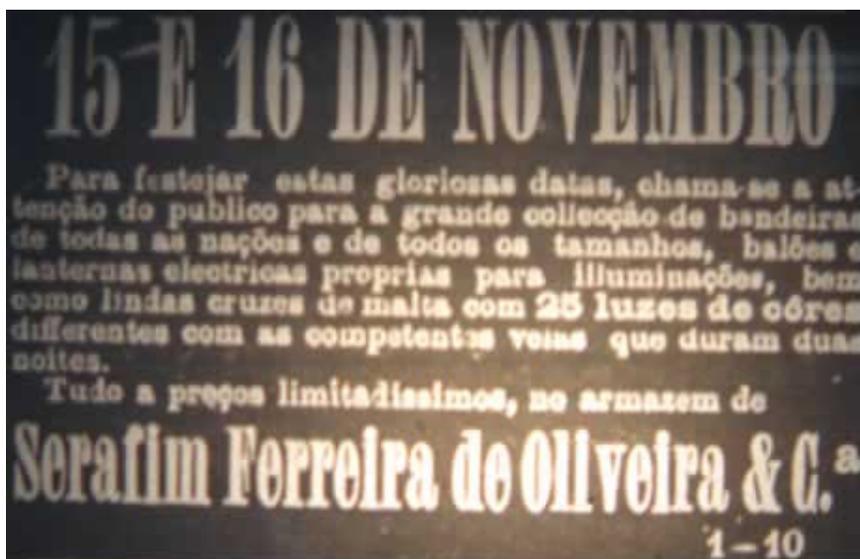
<sup>106</sup> Companhia de Gaz Paraense (Limitada). 21 de novembro de 1890. **Documentação da Intendência Municipal de Belém**. Códice N° 6. Arquivo Público do Pará.

- do 15º de infantaria, para o jardim da praça Visconde do Rio Branco;
- do 4º de artilharia, para a avenida da Republica, no largo da Pólvora;
- do instituto de Educandos, para o largo de Nazareth.

Com antecedência, a comissão dos festejos cívicos encaminhava documentos<sup>107</sup> para essas respectivas administrações visando oficializar o convite para que essas bandas musicais e orquestras (uma das mais importantes, sob o comando do maestro Aureliano Guedes) marcassem suas presenças no decorrer dos dias 15 e 16, que eram autorizados e postos a disposição pelo Governador do Estado.

Aproveitando esse momento de festas, alguns comerciantes investiam em propagandas de objetos e enfeites de iluminação, estampando em anúncios de jornais seus artigos:

Figura 4 – Anúncio de venda de enfeites para o 15 e 16 de novembro



Fonte: Jornal *A Província do Pará* – 29/10/1892

<sup>107</sup> *Ofícios de diversas autoridades*. Documentação da Intendência Municipal de Belém. Códice Nº 23. Arquivo Público do Pará. 1898.

Além da venda de adereços como vimos no anúncio anterior, os proprietários de estabelecimentos comerciais não perdiam tempo e também lançavam suas propagandas vendendo seus produtos como o Café Ofício Santo Antônio<sup>108</sup>, o Café Madrid, destacando a seguir o anúncio deste último:

Grandes festas na avenida da República, para solenizar os grandes dias 15 e 16 de novembro. Os proprietários do Café Madrid, tendo admitido um novo chefe da arte culinária, chamou a atenção dos nossos amáveis frequentes, para os apetitosos pratos<sup>109</sup>

Chegados os dias tão esperados, durante a sessão extraordinária do Conselho Municipal, Antônio Lemos em seu Relatório Municipal<sup>110</sup> de 1906, faz questão de frisar a presença de representantes de todas as classes sociais desde o governador Augusto Montenegro, o governador do Bispado, até os mais humildes cidadãos, cónsules estrangeiros, muitas senhoras, autoridades federais, estaduais e municipais, membros do poder legislativo, magistrados, todos acordes para homenagear a República.

Nessa sessão e nas ruas não faltaram discursos eloqüentes, bandeiras tremulando, fogos de artifícios e salvas de tiros no céu, o som das bandas ecoando os hinos nacional, paraense e da República, marchas de corporações como a Marinha e o Exército, presença de pessoas ilustres do governo, e a iluminação e ornamentação das praças, casas e ruas, que criavam o clima de festa. Segundo a imprensa situacionista tudo seguiu esplendido e maravilhosamente perfeito. Ao descrever poeticamente o dia 15 de novembro, *A República* anuncia que:

Amanheceu formosíssimo esse dia. Um ceo limpo, de um azul levemente beijado pelos raios doirados de um sol triunfante que surgia. A população há pouco despertada sentia avolumar-se-lhe no espírito uma alegria poderosa e reanimadora ao som festivo das alvoradas que se faziam ouvir em todos os quartéis, das salvas das fortalezas e do parque de artilharia do 4º batalhão<sup>111</sup>.

---

<sup>108</sup> Jornal *Folha do Norte*. Nº 1045. 15/11/1898. p.2. col.4 – 15 e 16 de Novembro

<sup>109</sup> Jornal *Folha do Norte*. Nº 1045. 15/11/1898. p.3. col.6 – *Café Madrid*

<sup>110</sup> BELÉM, Intendente (Antônio José de Lemos). **O Município de Belém**: 1905. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 24 de março de 1906. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1906, v.4, 327p.

<sup>111</sup> Jornal *A República*. 18 / 11 / 1890. “Festas de 15 e 16”.

De maneira semelhante esse mesmo jornal comentou com entusiasmo aspectos que marcaram o dia 16 de novembro de 1890:

Como a de 15, a manhã d'esse dia foi formosíssima. A perspectiva da cidade em festas fazia vibrarem as almas de contentamento e excitação entusiástica. O Guajará, levemente enrugado por um vento fresco e brando que soprava, offerecia à vista um espetáculo novo e agradabilíssimo, com todos os seus navios nacionaes e estrangeiros embandeirados em arco<sup>112</sup>.

No trecho acima, percebe-se que há destaque de muitas palavras com sentido de paz e serenidade coletiva, como “formosíssima”, “contentamento”, “brando”, “agradabilíssimo”, um recurso da escrita (poético) que permite perceber a tentativa de representação da República paraense, ou seja, apresentá-la com as qualidades que idealizavam ou tentavam transparecer, mas restrito ao discurso.

A movimentação das ruas e praças no dia 15 de novembro pode ser percebida em parte na imagem abaixo, que pelo ângulo ampliado do fotografo percebe-se que este teve o cuidado de mostrar o maior número possível de participantes<sup>113</sup>. Sobre o espaço podemos visualizar à direita, a Intendência Municipal; ao fundo o Palácio do Governo e a esquerda a atual Praça D. Pedro II (na época Praça da Independência). Em primeiro plano, à direita, parte do prédio da Bolsa de Valores e, ao fundo, as Torres da Catedral da Sé, destacando ao centro da imagem a organização do desfile militar seguindo em direção à rua Conselheiro João Alfredo, aparecendo na primeira ala a cavalaria, em seguida as filas formadas pelos integrantes da banda de música e em volta acompanhando ou talvez somente visualizando ou então simplesmente passando, algumas pessoas que não se pode precisar a forma de participação ou atuação nos festejos da República. É importante ressaltar que essa imagem não tem uma data específica, nesse sentido podemos supor que ocorreu a partir de 1906, já que o nome de “Parque Affonso Penna” só começou a vigorar neste ano.

---

<sup>112</sup> Jornal *A República*. 18 / 11 / 1890. “Festas de 15 e 16”

<sup>113</sup> Burke, Peter. (p.178)

Figura 5 - Festas da República nas proximidades do Parque Affonso Pena



Fonte: Álbum Belém da Saudade<sup>114</sup>

Sobre a autoria dessa fotografia, pode-se levantar como possibilidade as câmeras de Girard, já que neste mesmo ano de 1906 e também no de 1907, no Relatório Municipal de Belém, são publicadas 4 (quatro) imagens em ângulos diferentes do “Parque Affonso Penna”, que estão sob a marca do seu clichê, fotografias que revelam tanto a paisagem quanto o cotidiano da cidade, através da presença de pessoas, dos trilhos, bondinhos, carroças, entre outros.

É importante evidenciar que seguindo o exemplo das grandes comemorações da capital paraense para festejar a Proclamação da República e sua Aclamação no Pará, nos municípios do interior do Estado não era diferente. Também apresentavam em seu orçamento, verbas destinadas a realizar as festas cívicas. Para formalizar e garantir os festejos da

<sup>114</sup> Álbum **Belém da Saudade**: A memória da Belém do início do século em cartões-postais. Belém: SECULT, 1996. - *Secção Festas, Folgedos e Procissões*. Acervo Obras do Pará da Biblioteca Pública Arthur Vianna

Proclamação, o governador do Pará, Justo Chermont, em 1890, mandou ofícios<sup>115</sup> a todas as intendências municipais do interior, convidando-as a comemorar “honrosamente” essas datas, recomendando-as que promovam nessas localidades festas cívicas para solenizar os dias 15 e 16 de novembro, a fim de firmar no coração do povo as simpatias pelas instituições republicanas, despertando-lhe os sentimentos de patriotismo, civismo e o amor pelo progresso.

Destacando alguns detalhes dos festejos republicanos de sua localidade, principalmente o sucesso do seu desempenho, a Intendência Municipal de Monte Alegre, fez questão de publicar em *A República* informes exaltando o novo regime e a sua prosperidade naquele determinado governo:

Pela madrugada desse dia subiram aos ares grandes girândolas e foguetes e uma salva de 21 tiros anunciava ao povo monte-alegrense que a patriótica intendência tomava em grande consideração a memorável data da proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil. (...)

As 7 horas da noite, reunido grande numero de pessoas no paço municipal, e depois de falarem diversos cidadãos, relativamente ao facto da proclamação da República Brasileira, teve lugar uma esplendida “marche aux flambeaux” que percorreu todas as ruas da cidade alta e baixa, ricamente enfeitada e illuminadas, mostrando um brilhante aspecto! (...)

Ao recolher-se ao paço municipal ainda alguns cidadãos fizeram bonitos discursos.

Por essa ocasião foi cantado pelos alumnos da escola pública o hymno Republicano, findo do qual a música tocou a “Marselheza”!<sup>116</sup>

Assim como Monte Alegre, Aveiro destacou nota no *A Província do Pará*<sup>117</sup>, resumindo o desenvolvimento da sessão solene do seu Conselho Municipal, que comemorou o aniversário da Proclamação da República, destacando alguns nomes importantes da localidade como o Coronel Torquato José da Silva Franco, o major José de Almeida Campos, o capitão A. Sussuarana, entre outros.

Outra nota do jornal situacionista intitulada “Salve 15 e 16 de Novembro de 1890” escrita pelo delegado do Clube Filial de Artistas Nacionais de Marapanim, J. Braga, descreve a importância que esta agremiação deu para esta data:

---

<sup>115</sup> Minutas de ofícios aos Conselhos de Intendências Municipais . **Documentação da Intendência Municipal de Belém** – Codice Nº 7. Arquivo Público do Pará. Belém, 14 de novembro de 1890.

<sup>116</sup> Jornal *A República*. 29 / 11 / 1890. “Festejos em Monte Alegre”

<sup>117</sup> Jornal *A Província do Pará*. 26/11/1892. “15 de novembro”

Sendo hoje um dos grandes dias que a pátria toda se veste de galla e jubilosa estremece, venho em nome do “Club Filial de Artistas Nacionaes de Marapanim”, juntar aos vossos um voto de sincera e leal homenagem aos immortaes dias gloriosos do nosso caro Brazil.

Para melhor justificar os sentimentos de patriotismo dos valentes artistas de Marapanim, é o dia de hoje, 15, que elles escolheram para a instalação definitiva do dito Club, que se effectuará na casa onde funciona ali a intendência municipal, para esse fim graciosamente sedida.

Outrosim com o mesmo prazer que felicitão a pátria no dia de hoje também elevão suas gratidões ao benemérito cidadão dr. José Paes de Carvalho no dia de seu anniversário 12 do corrente<sup>118</sup>.

Além das congratulações do interior expressas no jornal, há também homenagens enviadas ao governador do Pará através de ofícios<sup>119</sup>, como o mandado pelo Intendente Municipal de Itaituba, Adrião Ferreira Caldas, que em 1894, saudava o aniversário da proclamação, como representante do povo itaitubense, transmitia as cordiais felicitações pelo prazer que esta memorável data representava.

Destacando também seu posicionamento, o intendente de São Miguel do Guamá, Costa Attaide<sup>120</sup>, em 1901, reitera seus protestos da mais perfeita solidariedade política e incondicional apoio. Juntamente com esse teor de aclamar os dias 15 e 16 de novembro, muitas cartas seguem também com as devidas prestações de contas tanto para a Intendência de Belém como para o Palácio do Governo, dentre elas podemos citar as dos municípios de Bagre, Muaná, Melgaço, Abaeté, Mocajuba, Chaves, Baião, Acará, Mazagão, São Sebastião da Boa Vista, Oeiras, Gurupá, Cametá.

No âmbito internacional, as festas da proclamação da República brasileira e da adesão paraense ao novo regime eram também lembradas. O Cônsul de Portugal, Adelino das Neves Melo encaminhou um documento<sup>121</sup> ao governador do Pará felicitando-o, que agradeceu ao gesto reiterando os seus protestos de elevada estima e consideração. O Cônsul de S.M. Britânica<sup>122</sup> manifesta as suas simpatias com os munícipes de Belém fazendo votos para a continuada prosperidade e progresso desta bela cidade. Enviando mensagens de felicitações

<sup>118</sup> Jornal *A República*. 15/11/1890. “Salve 15 e 16 de Novembro de 1890”

<sup>119</sup> Paço da Intendência Municipal de Itaituba. **Ofícios de diversas repartições**. Códice N° 2100-a. Documentação do Governo. Arquivo Público do Pará. Belém, 13 de novembro de 1894.

<sup>120</sup> Intendência Municipal de São Miguel do Guamá. **Ofícios recebidos**. Intendência Municipal de Belém. Códice N° 30. Arquivo Público do Pará. Belém, 15 de novembro de 1901.

<sup>121</sup> Secretária do Governo – Minutas de Ofícios. **Documentação do Governo**. Códice N° 2130. Arquivo Público do Pará. Belém, 19 de novembro de 1897.

<sup>122</sup> British Consulate. Ofícios recebidos de diversas autoridades. **Documentação da Intendência Municipal de Belém**. Códice N° 42. Arquivo Público do Pará. Belém, 14 de novembro de 1907.

também chegaram a Intendência de Belém correspondências do Consulado da França, Norte-Americano e da Alemanha, expressando suas considerações de mais elevada estima ao regime republicano que estava em festa. Num telegrama de Lisboa em 18 de novembro de 1892, publicado em *A Província do Pará*<sup>123</sup>, afirma que o aniversário da República foi muito festejado neste lugar pelos seus compatriotas, tanto que houve um banquete de gala na Delegação do Brasil, para o qual foram convidados os ministros de Portugal e o corpo diplomático estrangeiro.

Ao completar 10 anos da Proclamação da República, a comissão republicana de comemorações cívicas<sup>124</sup> formada por major Thomaz Cavalcanti (presidente), capitão tenente Altino Correa, 1º tenente Godofredo Silva, 2º tenente Ayres de Miranda, João Pedro Muller, Theodomiro Penna Teixeira; enfatizou a importância das comemorações como ato cívico, além de destacar a participação da mulher, justificando que se tornou de alta conveniência para o destino social que o elemento feminino tome parte direta em tais festividades, julgou-se necessário que os estandartes, nos quais se acham inscritas as frases mais decisivas de nossos grandes mortos, sejam ladeados por duas gentis meninas. Este fato teve uma significação de alto alcance afetivo nas comemorações cívicas onde resultam necessariamente os bons incitamentos em nossas condutas públicas.

Nota-se a utilização da figura feminina como alegoria cívica, nesse sentido, José Murilo de Carvalho estabelecendo uma relação com a República Francesa, observa que:

A Monarquia representava-se naturalmente pela figura do rei, que eventualmente, simbolizava a própria nação. Derrubada a Monarquia, decapitado o rei, novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, pra representar as novas e ideais, como a revolução, a liberdade, a república, a própria pátria. Entre os muitos símbolos utilizados, em geral inspirados na tradição clássica, salienta-se a figura feminina<sup>125</sup>

É útil reconstituir os momentos mais comuns de uma festa, sabendo que alguns elementos podem ou não se repetir e outros podem ser postos de lado. Podemos dizer assim que das permanências das festas republicanas ficaram as paradas militares, a banda musical, a reunião de autoridades políticas, a presença dos discursos, as inaugurações. Das rupturas, pode-se apontar que a importância dessas festas ao longo dos anos foi diminuindo. Isso foi

<sup>123</sup> *A Província do Pará*. Belém, 18 de novembro de 1892. “A República do Brasil em Lisboa”.

<sup>124</sup> *Folha do Norte*. 12 de novembro de 1899. “Comissão republicana de comemorações cívicas”.

<sup>125</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Especialmente, o capítulo 4 *a República-mulher: Entre Maria e Marianne*, p.75.

refletido na pouca divulgação e na falta de civismo do povo em participar desses festejos. Os dois festejos mais divulgados foram os do primeiro e do décimo aniversário da República. Após essas datas, o que se viu estampado nos jornais oposicionistas foi um discurso pedindo até a volta da Monarquia afirmando que:

se foi para fazer isso que ahi está; era melhor não ter havido nunca o 15 de novembro. E por outro lado a imprensa situacionista apenas lembrava da importância da data contida mais no papel do que na boca do povo. Sob a monarchia nunca o Brasil, especialmente esta terra, desceu tanto<sup>126</sup>.

A repercussão desses dias de comemorações, assim como os diferentes discursos que refletiam olhares distintos sobre o mesmo referencial — A República — , mas a partir de pontos de vistas específicos serão objeto de análise a seguir.

## 2.1- COMEMORAÇÕES OU FUNERAIS, EIS A QUESTÃO!

Os jornais da época anunciam as listas dos presentes, a forma de participação de todos e a ordem do desfile que se seguiu durante os grandes festejos, todavia, expressando comentários e conclusões bem diferentes. Um leitor olhando rapidamente essas notas, pensaria certamente se tratar de celebrações distintas, já que a narrativa num demonstra ter sido o evento magnífico e na outra marcado por uma profunda tristeza estampada nos rostos das poucas pessoas que estiveram presentes.

Nos discursos da imprensa situacionista, adjetivos como igualdade, prosperidade, união, coletividade, espontaneidade do povo são sempre lembrados. Assim, *A República* afirma que todas as classes sociais se fizeram presentes evidenciando empenho em concorrer o quanto pudessem para o esplendor daquele festival, ressaltando, principalmente, a participação do povo que demonstrava “alegria espontânea e entusiasmo ruidoso”. Por outro lado, *O Democrata* não hesitava em falar que o povo foi desprestigiado, não demonstrando entusiasmo próprio, parecendo mais estar acompanhando um funeral. Enfim, revelando toda a sua insatisfação com o novo regime republicano.

---

<sup>126</sup> Jornal *Folha do Norte*. 15 de novembro de 1900 - *O dia de hoje*

Diante de toda essa rivalidade traduzida através das penas, curioso e até certo ponto estratégico, foi Hosana Oliveira e Barroso Ribeiro, respectivamente, representantes do *A República* e da *Revista de Educação e Ensino*, convidarem *O Democrata* a participar da liga da imprensa<sup>127</sup> com o objetivo de divulgar os festejos. A resposta deste jornal de oposição foi bem direta e cheia de farpas contra o atual governo. Ratificando ser *O Democrata* órgão de um partido republicano, não hesitaram em aceitar o convite para festejar o 15 de novembro como uma data memorável, em que foi proclamado o regime republicano no Brasil, mas não para entoar louvores ao Governo Provisório, e deste Estado a quem constantemente a oposição tem censurado, pela má direção que tem dado à administração pública e consolidação da nova forma de governo. Apesar de tudo, reafirmam que os seus esforços não serão poupados para o brilhantismo da festa que pretende fazer a imprensa do Pará.

Sob o olhar atento do fotógrafo Girard, que prestou seus serviços em Belém no final do século XIX e início do XX, registrando cenas cotidianas<sup>128</sup> assim como comemorativas, a imagem<sup>129</sup> abaixo foi registrada e estampada no Relatório Municipal de 1906<sup>130</sup>, na qual podemos visualizar a decoração com detalhe para as bandeiras e a movimentação em frente ao Palácio Azul e o Palácio do Governo, não sendo o caso de tecer comentários sobre o espírito e motivação com que participavam as pessoas durante o início do século XIX.

---

<sup>127</sup> Sobre essa liga da imprensa ver *O Democrata*. Belém, 31 de outubro de 1890.

<sup>128</sup> Sobre o trabalho dos fotógrafos do final do século XIX e início do XX na Amazônia ver PEREIRA, Cláudia Cerqueira. **Paisagens Urbanas: Fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

<sup>129</sup> Esta imagem também está disponibilizada no Álbum **Belém da Saudade**, fotografia da coleção de Elysio de Oliveira Belchior. .

<sup>130</sup> BELÉM, Intendente (Antônio José de Lemos). **O Município de Belém: 1905**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 24 de março de 1906. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1906, v.4, 327p.

Figura 6 – A Festa Republicana (1905)



Fonte: Relatório *O Município de Belém*, v.4.

Como a maioria das fotografias de cunho político tem alguma intenção e levando em consideração que “seria imprudente atribuir um ‘olhar inocente’, livre de expectativas, já que as imagens registram um ponto de vista”<sup>131</sup>, qual seria a preocupação do fotógrafo ao registrar esse momento?

Percebemos que com a mesma intenção da figura 1, nesta também o fotógrafo tenta alcançar em seu foco o maior número possível de participantes (ou não) das festas cívicas, sem preparação de pose para foto, de forma espontânea, retratando os mais variados tipos, entre crianças e adultos; homens bem arrumados assim como trajando roupas mais simples, tentando demonstrar a preocupação de apresentar todas as classes sociais e fortificar a idéia de uma República onde todos participam.

Uma questão curiosa nas imagens mencionados nesta dissertação sobre os festejos republicanos, tanto na figura 1, 2 e 3, é que não podemos visualizar os rostos das pessoas, suas feições e expressões, “como os rostos das pessoas nos retratos revelam alguma coisa

---

<sup>131</sup> BURKE, Peter. (p. 24)

sobre a história da sua época”<sup>132</sup>. Assim, ao não focalizar o rosto dos presentes, o que estariam ocultando? Seria o descontentamento com relação aos desdobramentos políticos da República?

No que se refere à forma com que o povo participava, a oposição contesta bastante, enquanto o governo se defende. Nesse sentido, *O Democrata* ataca dizendo que “(...) o povo paraense não concorreu de forma alguma para o luzimento do cortejo, e d’ahi a frieza e indiferença naturaes àquelles que, por dever e formalidade, se viram forçados a tomar parte nele”<sup>133</sup>.

Segundo estes jornalistas, o motivo para tal indiferença se devia pelo povo repugnar a ostentação da falsa liberdade tão apregoada pelo governo, e, ao em vez de sujeitar às suas imposições para dar palmas a quem o despreza, lança-lhe o estigma da mais severa condenação, eximindo-se até de assistir as festas com que pretenderam assinalar o domínio da prepotência, que nada mais tem sido o Governo Provisório. E vai mais longe, afirmando que fez bem com isso o povo paraense. A sua frieza de ânimo aos festejos significa que não é contrário ao regime republicano, mas a indiferente, ou melhor, a sua completa ausência nessas festas, condenando a direção dada aos negócios públicos.

Depois de todas essas observações, *O Democrata* defende que apesar de tudo é republicano, mas que não festeja esse “governo ditatorial”, que oprime, confiscando a liberdade da sociedade. Assim, interpreta esse jornal, afirmando que também assim pensavam os que tomaram parte nos festejos. Pois, outra explicação não se encontra para a fisionomia triste com que marchavam no préstito, parecendo antes acompanhar as honras fúnebres dedicadas aos coveiros da liberdade.

O articulista da oposição segue adiante em suas conclusões dizendo que na sua função de escrever a verdade, sente-se na obrigação de declarar que tal procissão cívica do dia 15 de novembro foi um verdadeiro préstito fúnebre. Além de comentar sobre a atuação do povo, descreve a seu modo a aparência sem vida e pálida de Justo Chermont, que ao saldar vivas a República não demonstrou entusiasmo nem convicção, em decorrência da má administração. Então, como as vozes do governo se calaram, o que presenciou foi um imenso silêncio.

Desde o principio, a “desordem” penetrou na colocação dos diversos elementos do festejo, como que denotando o desânimo e a fraqueza da comissão festeira. O programa foi

---

<sup>132</sup> BURKE, Peter. (p.49)

<sup>133</sup> Jornal *O Democrata*. 18 de novembro de 1890. “As festas de 15 e 16”

inteiramente desprezado. Descrevendo as ausências e a apatia do desfile, o jornal oposicionista diz:

A imprensa diária, a maçonaria e outras importantes corporações não se fizeram representar. Se não fossem as creanças das escolas publicas e collegios particulares e os trabalhadores da Alfândega e seus arsenaes, o sr. governador ficaria isolado, tendo na frente a guarnição e atraz a policia e os bombeiros<sup>134</sup>.

Recorrendo à ordem do préstito que a própria *A República* divulgou no dia 14 de novembro, na qual mencionou a disposição que cada autoridade, associação, povo, escolas, bandas, enfim, como todos participariam dos festejos, *O Democrata* afixava suas criticas, fazendo questão de analisar a disposição estipulada pelo programa das festas cívicas, como se apresenta a seguir:

- 1- Banda marcial precedida de um piquete de cavalaria, com clarins à frente.
- 2- Três cavaleiros empunhando o estandarte brasileiro, ladeado por bandeiras paraenses.
- 3- General comandante superior, comandantes e oficiais da Guarda Nacional.
- 4- Carro alegórico sintetizando a República e o Estado do Pará.
- 5- As artes e ofícios, representados pelas diferentes corporações artísticas, com seus troféus, distintivos e carros alegóricos.
- 6- O comércio, pelos presidentes e membros das Associações e da Junta Comercial, sociedades comerciais e demais membros da corporação comercial.
- 7- A imprensa pelos diferentes chefes de redação e mais jornalistas.
- 8- A magistratura pelos membros do tribunal da Relação e juizes, tendo à sua frente o presidente daquele tribunal.
- 9- O magistério secundário pelas congregações do Liceu e da Escola Normal e professores de ciência do Instituto de Educandos, tendo à sua frente os diretores destes estabelecimentos.
- 10- O clero
- 11- O exército, pelo coronel comandante das armas com o seu estado-maior, oficiais ativos, reformados e honorários que não estiverem nos corpos e praças que não formarem, comandadas pelos respectivos ajudantes.
- 12- A administração pelo Governador do Estado, acompanhado do dr. Chefe de polícia, do corpo consular e dos chefes das repartições públicas federais e do Estado.

---

<sup>134</sup> Jornal *O Democrata*. 19 de novembro de 1890

- 13- Marinha de guerra, representada pela oficialidade da armada, tendo à sua frente o capitão de fragata inspetor do arsenal de marinha, acompanhada de pelotões de marinheiros nacionais, arrastando peças de artilharia de desembarque e da escola de aprendizes marinheiros.
- 14- As associações, pelas deferentes lojas maçônicas, sociedades beneficentes, literárias e outras, com seus estandartes e distintivos.
- 15- O funcionalismo, pelos empregados públicos de todas as categorias.
- 16- Alunos das escolas do sexo masculino.
- 17- Alunos das escolas do sexo feminino.
- 18- Colégio do Amparo.
- 19- A intendência municipal, acompanhada do seu pessoal.
- 20- Instituto de educandos artífices paraense.
- 21- Arsenal de guerra, representado por seu pessoal militar e civil.
- 22- Arsenal de marinha, representado por seu pessoal militar e civil.
- 23- Corpo de bombeiros com o seu material e apetrechos.
- 24- Corpo de polícia.
- 25- O povo em geral.
- 26- Todas as pessoas que quiserem acompanhar o préstito a carro.

Depois de mencionar essas disposições, não só os sentimentos expressados pelo povo durante os festejos foram descritos pelo jornal opositor, mas a posição que os populares ocuparam no desfile, assim como de algumas corporações. Ao se defender *A República* alega que:

Provocam expansão de riso os motivos *graves* que a opposição descobre no programma dos festejos, para insinuar que foi desconsiderada esta ou aquella corporação, que se desprestigiou o povo, marcando-lhe lugar no fim do préstito<sup>135</sup>.

Dessa forma, esse jornal afirma que não há razão igualmente para dizer-se que houve desprestígio ao “denodado” Exército brasileiro, colocando no fim da procissão cívica os corpos da guarnição do Estado. E mais para admirar é que não fosse lido com atenção o programa. Pois, o Exército vai representado no corpo do préstito em lugar proeminente, pelo coronel comandante das armas com o seu Estado Maior, oficiais que não estiverem nos corpos e praças que não formarem comandadas pelos respectivos ajudantes.

---

<sup>135</sup> Jornal *A República*. 13 de novembro de 1890. “Procissão cívica”

Nesse sentido, segundo esses jornalistas não há, pois, razão para se levantar a questão de desconsideração, quando foi dado ao Exército, representado pelos oficiais de patente superior, um lugar de honra, após o clero (que, conforme declarou o órgão católico, não chega o seu patriotismo até o ponto de fazer-se representar nas festas patrióticas) e antes da administração. Com o intuito de eliminar qualquer opinião contrária, *A República* menciona que basta ler o programa dos festejos que se perceberá que os dois lugares mais salientes, não que sejam os mais honrosos, já que todos eles são iguais, foram destinados para a representação do Exército e da Marinha.

“Tudo isso não passou de uma invenção” expressa *A República*, já que aos corpos da guarnição foi dada a distinção a que tinham direito, a de formarem a “guarda de honra” dos patrióticos festejos; desconsiderado poderia sentir-se o Exército, se não se lhe confiassem aquela posição.

Outro questionamento levantado pelo *O Democrata* diz respeito ao povo, quando alega que esse também foi desconsiderado por se lhe haver marcado lugar no fim da procissão cívica. Em seguida, *A República* retruca ironicamente:

(...) Quereriam que o povo fosse na frente? Assim o entendem os que criticam o programma. Em todos os tempos e lugares, tanto nos actos cívicos como nos religiosos, sempre o povo agglomerou-se atrás das procissões e nunca se julgou desconsiderado por tal motivo; estava reservada aos contemporâneos, *illuminados* pela paixão opposicionista, a gloria de descobrirem essa novidade<sup>136</sup>.

Outras explicações sobre a participação do povo publicada pelo jornal oposicionista pode se notar na matéria *Como se ilude o povo*<sup>137</sup>, afirmando que uma parte considerável da camada popular que compareceu nos festejos de 1893, foi motivada, principalmente, pela notícia de que a Intendência de Belém distribuiria carne e farinha as pobres. Precisados, sob o peso da anormalidade desse tempo, dificilmente vencendo a crise que os assoberba, chamados pelo aviso que lhes prometia “um vale para carne e farinha”, não era de esperar senão que os que necessitam, apresentassem-se, ao palacete azul, na esperança de, com a esmola oferecida, mitigarem a fome nos dias 15 e 16.

---

<sup>136</sup> Jornal *A República*. 13 de novembro de 1890. “Procissão cívica”

<sup>137</sup> Jornal *O Democrata*. 18 de novembro de 1893. “Como se ilude o povo”

Além disso, nesse episódio a Intendência impunha como condição o ser reconhecidamente pobre e os que se apresentaram solicitando a “dádiva caridosa” tinham menos do que pobreza; via-se a miséria que os obrigava a esperar na calçada do edifício, a demorada carne e a farinha tardia que se lhes oferecera. Diz-se que no dia 15 houve alguns vales para os mais felizes dos que apareceram; mas a 16, a aglomeração enorme de gente, semelhava uma legião faminta que exigia um socorro para diminuir a fome.

Como pode-se perceber, embora alguns relatos sobre a participação do povo destaque sua apatia, tristeza, desprestígio (já que vinha ao final da procissão) ou que compareciam apenas para ganhar um vale para receber carne e farinha, numa boa analogia a política do “pão e do circo”, no Relatório municipal<sup>138</sup> de 1905, o Intendente Antônio Lemos discursa ressaltando que a população paraense nos dias das festas republicanas deste ano, reuniu todo o seu entusiasmo, à lembrança do grande feito que levou a vida nacional os princípios da democracia. Segue mais longe em suas conclusões, afirmando que não é um fato isolado, o da participação do povo de Belém nos festejos oficiais, uma vez que cada ano, vê-se a cidade confraternizando com os representantes dos poderes públicos, identificados todos nos mesmos sentimentos patrióticos, tendentes à glorificação da República.

Em outro momento, em 1906, Antônio Lemos afirma que essa festa vai se tornando como uma bela tradição de civismo, que apresenta uma feição eminentemente democrática o concurso espontâneo e incorruptível do elemento popular.

Nesse clima de intensas rivalidades são noticiados os aniversários da República no Pará. Essas são algumas visões e posicionamentos acerca dos festejos republicanos, leituras contraditórias que nos levam a questionar como e o que de fato aconteceu. A imprensa (como não é de estranhar) é um dos palcos principais, travando um duelo, cujas armas são o poder das palavras. Dependendo do objetivo pretendido, elogios e críticas são tecidos pelos intelectuais, que têm um papel marcante nessa conjuntura. Os jornalistas de *O Democrata* procuram divulgar o fracasso dos festejos e conseqüentemente da atuação do governo republicano, chamando-os de “coveiros da liberdade”. Enquanto isso, *A República* pretendendo “exorcizar o esquecimento através da comemoração”<sup>139</sup>, demonstra que o governo republicano assim como as festas de 15 e 16, são o exemplo da prosperidade e da organização da sociedade.

---

<sup>138</sup> BELÉM, Intendente (Antônio José de Lemos). **O Município de Belém**: 1904. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1905. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1905, v.3, 386p.

<sup>139</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op cit. P.173

Mas será que esses festejos tiveram realmente o resultado esperado? De uma forma ou de outra, o governo conseguia reunir um grupo de pessoas para homenagearem o novo regime, seja distribuindo alimentos, ofertando prêmios nas regatas da baía do Guajará, oferecendo gratuitamente ingressos para as corridas no Jockey-Club paraense, no Velódromo (corridas de bicicletas e pedestres) ou nas touradas (como veremos a seguir). Agora, se todos que participavam ou estavam presentes nas solenidades pensavam no significado ou importância dos dias 15 e 16 de novembro, isso remete-nos a outras observações.

Assim, a retórica republicana é marcada pela ambigüidade. Quanto à comemoração, o povo é a desejada presença que se quer ver nas ruas. Essa presença deve mesmo atestar que o novo regime é de fato uma coisa pública (*res publica*). Todavia, o povo desaparece das páginas dos jornais quando o assunto é o mundo político.

## 2.2- OUTRAS MANIFESTAÇÕES A PARTIR DOS FESTEJOS

Como abordado, os dias 15 e 16 de novembro, feriados brasileiro e local, a cada aniversário comemorava a Proclamação da República e sua Aclamação no Pará com desfiles militares pelas ruas tanto da capital quanto do interior. Porém, essa data passou a agregar outros valores ou outros tipos de eventos. Assim, além de recordar os significados desses dias, os governantes e comerciantes passaram a aproveitar essas datas memoráveis para promover, respectivamente, solenidades políticas e eventos recreativos. Na imagem<sup>140</sup> a seguir tem-se a sessão solene do Conselho Municipal de Belém em comemoração às datas já referidas.

Figura 7 – Festas Republicanas: O Legislativo da Comuna (1908)



Fonte: Relatório *O Município de Belém*: 1908, v.7

Observando essa imagem, percebemos que o foco principal foi a mesa central, onde estão as principais autoridades daquela solenidade, tanto que aparecem de frente. Quanto aos

<sup>140</sup> BELÉM, Intendente, 1897-1911 (Antônio Lemos). **O Município de Belém**: 1908. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 1909. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1909, v.7. Acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Viana.

demais estão dispostos segundo plano, tanto que estão de costas e sem que seus rostos possam ser exibidos<sup>141</sup>. Apesar de não exibir suas faces, o fotógrafo faz questão de alcançar a todos os presentes, exibindo um salão lotado.

Voltando a mencionar o momento das solenidades políticas, o 15 de novembro por expressar uma data de profundo teor político, simbólico da mudança, passou a ser o dia da posse dos intendentes, vogaes, governadores e presidente da República. Desse modo, a mesma solenidade que legitimava a posse de um governante, também comemorava o advento da República. Sendo que no discurso dos empossados essa associação de celebrações era inevitável, recorrendo a mesma como forma de contemplação e respeito. O intendente Antônio Alves Sussuarana que entrou em exercício do cargo em 1894 em Aveiro comenta que:

Posso asseverar à V. Ex<sup>a</sup> [governador do Pará] que o Governo Municipal, hontem empossado, está tão bem intencionado no cumprimento de seus deveres, fazendo cumprir a lei, tratando tão somente dos benefícios mais palpitantes para o município, que offerece a V. Ex<sup>a</sup> todo o seu concurso e toda a obediência ao Governo que V. Ex<sup>a</sup> tão sábia e criteriosamente dirige<sup>142</sup>.

Assim como o Intendente de Aveiro, muitos outros formalizaram suas posses em ofícios encaminhados ao Governador do Estado, expressando também seus sentimentos em relação a essa data histórica, dentre eles estão os de Breves, Baião, Bragança, Cameté, Chaves, Juruty, Monsarás, Muaná, Affuá, Monte Alegre, Soure, Óbidos, Viseu, Vigia, Prainha<sup>143</sup>.

Em 15 de novembro de 1897, em meio à Praça da República toda ornamentada com bandeiras, presença das bandas musicais, foi inaugurado pelo governador do Estado e pelo Intendente Municipal de Belém, respectivamente, Paes de Carvalho e Silva Rosado, o *Monumento à República*. Próximo a essa inauguração, os jornais da época divulgaram tal acontecimento, convidando “todas as classes sociais” para comparecerem nesse momento de festa. Geraldo Mártires afirma que “se a República instalara-se em meio ao progresso e à história, o seu monumento era principalmente uma glorificação, um exercício da educação e

---

<sup>141</sup> BURKE, Peter. Op.cit. (p.49)

<sup>142</sup> Paço do Conselho Municipal da Vila de Aveiro. Ofícios a diversas repartições. **Documentação do Governo**. Códice N° 2100-a. Arquivo Público do Pará. Aveiro, 16 de novembro de 1894.

<sup>143</sup> Todos esses ofícios dessas localidades do interior do Pará estão na Documentação do Governo do Arquivo Público do Pará/ ano: 1894.

da pedagogia republicana”<sup>144</sup>, de aproximar do povo as simbologias do novo regime. Esses recursos e discursos ligados ao positivismo eram uma arma do governo muito forte para tentar, através do olhar e das festas, traduzir o espírito republicano à sociedade<sup>145</sup>. Na mesma data ocorreria a transmissão do cargo de Presidente da Intendência, renovando-se ainda seu Conselho Municipal.

Como forma de homenagem ao novo regime, em 1898, o Regimento Militar do Estado<sup>146</sup> realizou a sua formatura geral, em meio à parada militar, com o objetivo de comemorar o dia da Proclamação da República.

No que se refere a práticas esportivas, a Diretoria da Associação Dramática, Recreativa e Beneficente<sup>147</sup> no intuito de cooperar com os festejos patrióticos em 1905, contou com o apoio da Intendência Municipal para realizar no dia 15 de novembro deste ano o “Campeonato oficial do Pará”, deliberando que nesse festival esportivo fosse facultado ingresso gratuito a todos os alunos pertencentes às escolas municipais desta capital. Demonstrando seu apoio a essas atividades, Antônio Lemos assistiu em caráter oficial o campeonato, visando salientar o agradecimento da Intendência e animar todos os esforços pelo desenvolvimento físico da mocidade.

Nessa perspectiva, é importante o desenvolvimento e divulgação de programações que objetivavam chamar a atenção para o dia da comemoração da Proclamação da República como o *Grande Circo Apollo*<sup>148</sup>, exposições nos teatros, além de diversas modalidades esportivas como corridas de bicicletas<sup>149</sup>, de pedestres, com destaque para a Regata e a Corrida de Cavalo. Sobre essas manifestações um articulista do *A Província do Pará*<sup>150</sup> escreve que em toda parte em que a liberdade tem conquistado o seu predomínio, as datas gloriosas de sua firmação constituem motivo de jubilo popular, cabendo ordinariamente a iniciativa de sua manifestação as corporações que mais estão em contato com o povo.

---

<sup>144</sup> COELHO, Geraldo Mártires. Op. Cit. (p.128)

<sup>145</sup> COMTE, Auguste. Curso de Filosofia positiva: primeira lição. COMTE. Coleção Os PENSADORES. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

<sup>146</sup> Ofícios aos comandantes dos Regimentos Militares. Códice N° 2136. **Documentação do Governo**. Arquivo Público do Pará. Belém, 17 de novembro de 1898.

<sup>147</sup> Ofícios de diversos ao Intendente Municipal. **Documentação da Intendência Municipal de Belém**. Códice número 39. Arquivo Público do Pará. Belém, 30 de Outubro de 1905.

<sup>148</sup> Jornal *Folha do Norte*. N° 2499. 15/11/1902. p.3 – *Grande Circo Apollo*

<sup>149</sup> Jornal *Folha do Norte*. N° 2499. 15/11/1902. p.3 – *Velódromo Paraense*

<sup>150</sup> *A Província do Pará*. 15 de outubro de 1892. “Festival patriótico – Uma regata na baía do Guajará”.

Nessas duas modalidades, geralmente, com um mês de antecedência, já começam a divulgar nos jornais a data das inscrições, os prêmios ofertados, fazendo questão de exaltar em suas propagandas a importância dos dias 15 e 16 de novembro. Vale ressaltar que a Comissão organizadora dos festejos republicanos segue em parceria com esses jogos, financiando, por exemplo, os prêmios:

Autoriso-vos a entregar à diretoria do Jockey-Club Paraense, por conta do crédito aberto as festas cívicas de 15 e 16 de novembro vindouro a quantia de dous contos e quinhentos mil réis destinadas aos dous prêmios grandes que pretende dar aquella associação, por ocasião das corridas com que deseja solenizar o primeiro aniversário da República<sup>151</sup>.

Nesse sentido, as corridas estavam dispostas no programa dos festejos, com a ressalva de que as entradas iriam ser distribuídas gratuitamente, sendo que os bilhetes de ingressos dados para o povo em diversos estabelecimentos anteriormente indicados, entre eles “A República” e a “A Província do Pará”.

O prado São João promete com as diversões projetadas algumas horas de atração a sociedade belenense, inclusive com novidades no ano de 1892. Depois de pequeno intervalo das corridas, seguiu-se a função “toiromachica”<sup>152</sup>, pela primeira vez exercitada no Pará, em que conhecidos artistas da *Companhia de toiradas a hispanhola*, arpearão e bandarilharão, simulando-lhes a morte, a três touros bravos, especialmente escolhidos entre os mais valentes, para este fim, na importante fazenda de *Tapera*, na Ilha de Marajó, de propriedade da firma Bezerra & Irmãos.

No que se refere às regatas, efetuavam-se geralmente na baía do Guajará, sob o patrocínio da Intendência e de iniciativa do Sport-Club Pará. A partir de 15 de outubro de 1892, já começava a divulgação de inscrições de profissionais e amadores para participar desse festival fluvial previsto para ocorrer na manhã do dia 16 de novembro. Segundo o inspetor daquele estabelecimento, a antecedência se deve para que sejam tomadas todas as providências para o maior brilhantismo da festa. Essas informações seguem com uma imagem<sup>153</sup> (abaixo) de propaganda do referido torneio<sup>154</sup>.

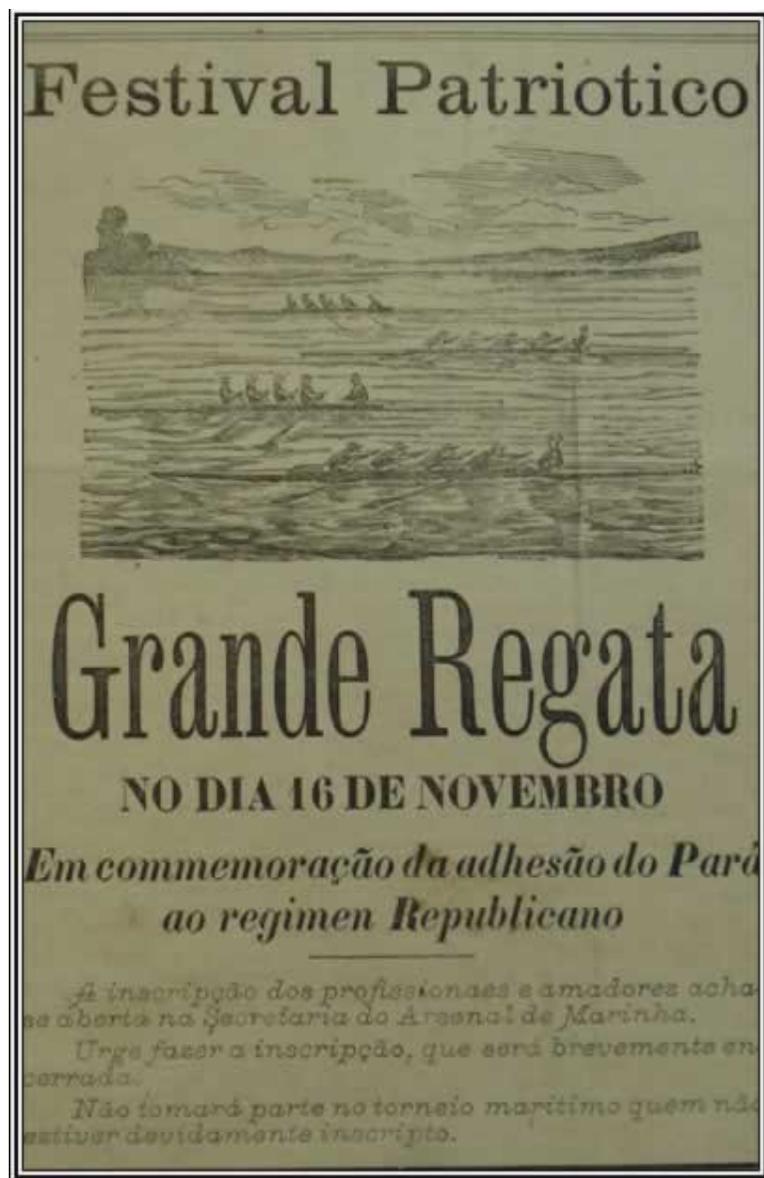
<sup>151</sup> Ofícios ao Thesouro do Estado. **Documentação do Governo**. Códice N° 1997. Arquivo Público do Pará. Belém, 16 de outubro de 1890.

<sup>152</sup> *A Província do Pará*. Belém, 11 de novembro de 1892.

<sup>153</sup> *Jornal A Província do Pará*. Acervo da Seção de Microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Viana

<sup>154</sup> Informações sobre a regata também constam no Relatório Municipal de Antônio Lemos de 1905.

Figura 8 – Festival Patriótico - Grande Regata



Fonte: Jornal *A Província do Pará* – 29/10/1892

Para dirigir essa festa marítima foram convidados, além do sr. Capitão-tenente Serra Pinto (inspetor do Arsenal de Marinha); os srs. Comandantes Pontet, da Amazon Company, Emylio Martins, da Empresa de Obras Públicas, Barão de Monte Cordova, da Companhia Pará e Amazonas e guarda-mor da alfândega. Diversas embarcações se inscreveram, sendo

---

que inclusive do interior do Estado. A regata teve como ponto de partida a rampa da Sacramenta e como chegada a frente do Castelo.

Para melhor acomodar os populares, a comissão dos festejos pediu aos proprietários de trapiches os embandeirar e tê-los abertos para dar entrada as pessoas que desejarem assistir do litoral a regata. Um articulista do *A República*<sup>155</sup> comenta que aplaude a idéia, pois muita gente que não pode ir ver a regata de bordo dos vapores, acode ao litoral, mas pouco pode apreciar por causa dos trapiches.

De acordo com a nota do *A República*<sup>156</sup>, esses foram alguns divertimentos que atraíram o povo paraense no dia em que a pátria comemora uma das suas mais brilhantes conquistas liberais.

Como os fatos não acontecem por caso, por que será que tantos são os eventos populares organizados para os dias 15 e 16 de novembro? É possível pensar que, como forma de atrair o povo, utilizavam-se desses mecanismos de atração. Se o povo não esboçava um civismo em relação a sua pátria para homenagear a República, o grupo situacionista garantia a participação das camadas populares através da divulgação de muitos entretenimentos. Assim, durante as comemorações a população estaria, porém muito mais atraída pela diversão, pelos prêmios ofertados durante as regatas e o Jockey-Club, do que por amor à pátria.

A tentativa de reconstituição dos festejos republicanos de 15 e 16 de novembro no Pará (1890-1911), ocorridos tanto na capital quanto nos interiores, buscou ampliar a discussão da República paraense a partir do momento em que essas festas apresentam em sua estrutura e organização os elementos que pretendiam solidificar a imagem e a importância do novo regime através de fortes práticas e simbologias expressas tanto nos discursos quanto na decoração com bandeiras dos prédios públicos e particulares, na iluminação significando o progresso, nas bandas e orquestras musicais a tocar os hinos representativos (nacional, do Pará e da República).

Os documentos da época demonstraram que os significados dessas festas eram muitos, desde consolidar o regime, exaltar seus chefes políticos e até simbolizar a união de todas as classes sociais, já que estariam de corpo presente nas paradas militares os governantes, os militares e o povo. Tanto que essa multiplicidade acabou por apresentar contradições no discurso do governo, que dependendo da situação privilegiava determinados aspectos, em detrimento de outros.

---

<sup>155</sup> *A República*. Belém, 14 de novembro de 1894. “A Regata”.

<sup>156</sup> *A República*. Belém, 22 de outubro de 1892. “Festejos de 15 e 16 de novembro”.

Outro fator considerável nessa discussão diz respeito à forma de participação do povo nessas comemorações. É possível dizer que eles participaram sim das paradas militares, mas sem muito engajamento político. No que se refere a esse aspecto, a imprensa oposicionista exagerava no seu discurso ao afirmar que parecia que o povo participava de um funeral, aparentando tristeza. Assim, as festas eram montadas e o povo participava, em sua maioria, atraído por outros motivos, como por exemplo, participar de touradas, regatas e corridas de cavalos.

Nesse contexto, o trabalho da imprensa, principal meio de comunicação da época, foi fundamental, pois através dela pôde-se perceber as diferentes versões geradas a partir dessas festas. Versões que expressavam a afinidade ou a repulsa ao governo dependendo de que lado estavam as penas.

Os anos passaram, e com eles se pode avaliar que a base que sustentava esses festejos era fraca, visto que houve muitos conflitos entre os diversos grupos políticos. As comemorações continuaram, mas sem muita atenção dos políticos, como ocorreu nos anos iniciais da República.

Em contrapartida, “mais até do que a década de 1910 os anos seguintes foram férteis em comemorações pátrias”<sup>157</sup>, sendo que os organizadores dos festejos, não mais só do 15 e 16 de novembro, mas também, as comemorações da Fundação de Belém, da Independência, da Cabanagem, entre outros, tinham como objetivo destacar as características nacionais da história do Brasil e também da Amazônia, para aproximar o povo dos fatos da história paraense, aspectos pouco evidenciados até a primeira década do século XX, já que a maioria da sociedade se espelhava na cultura européia como uma grande vitrine a ser copiada.

### CAPÍTULO 3

---

<sup>157</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos modernos**: Uma história social da arte e da literatura na Amazônia (1908-1929). Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2001. (p.173)

## **UM BRINDE À REPÚBLICA: O PODER DOS BANQUETES**

### **CAPÍTULO 3:**

#### **UM BRINDE À REPÚBLICA: O PODER DOS BANQUETES**

### 3.1- RELAÇÕES DE PODER ENTRE “COMES E BEBES”

Proclamada a República, logo surgem algumas formas de demonstração de poder — as festas cívicas (como visto anteriormente) e os banquetes — que se faz sentir em vários aspectos que se estendem do formal ao informal, do público ao privado, do essencial ao (aparentemente) alegórico, do visível ao simbólico. A grande questão, a saber, é até que ponto o aparato simbólico a partir do qual o poder do Estado se forma e se apresenta, principalmente os que se costuma chamar de seus adornos é realmente fundamental<sup>158</sup>. Essas inquietações de como, porque e qual a importância do poder simbólico são pertinentes nos campos da História e da Antropologia, sendo o caminho da pesquisa desenvolvida neste trabalho, com a finalidade de depreender a importância dos simbolismos que estavam diretamente relacionados às comemorações republicanas paraenses do final do século XIX.

O objetivo deste capítulo é, a partir da estrutura das comemorações republicanas, evidenciando os banquetes ocorridos no período de 1890 a 1911, tentar entender a pluralidade das possíveis interpretações em torno das ações e simbologias republicanas; quais os motivos que levaram as suas organizações; interpretar o papel e a postura da imprensa durante a divulgação; perceber qual público ou grupo era privilegiado; investigar as formas de disputas apresentadas pelos partidos políticos. Perpassam esses questionamentos, abordagens e práticas historiográficas, como a micro história, a história vista de baixo e o constante diálogo com a antropologia.

Diferente das festas cívicas que ocorrem de forma cíclica, os banquetes são um acontecimento episódico, visto não terem data específica no calendário para seu acontecimento. Representam momentos de proximidade dos representantes do poder político com sua base de apoio, evidenciados na disputa por um lugar à mesa do presidente pelos deputados e senadores,. Esses lugares representam vantagens políticas concretas. No interior dos salões de banquetes do poder eram feitos pedidos, implorações benevolências e realizadas as conversas mais íntimas sobre as questões centrais da pauta política do momento.

Em outras palavras, eram reuniões políticas das quais participavam figuras influentes no cenário político, econômico e social paraense, que objetivavam intimamente, à primeira vista, congregar em um ambiente harmonioso, chefes políticos para decidir sobre questões pertinentes do Estado, assim como exaltar a República, expressando todo o prestígio e a

---

<sup>158</sup> GEERTZ, Clifford. A situação atual. IN: **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

influência dos presentes perante a sociedade, ou seja, uma forma clara de ostentação do poder. Essa situação pode-se observar na imagem abaixo, uma visualização da recepção de Huet Bacellar, ex-governador do Pará, organizada pelo Intendente Antônio Lemos em 1906.

Figura 9 - O contra-almirante Huet de Bacellar e sua oficialidade são recebidos pelo Intendente de Belém, Antônio Lemos, que lhes oferece um banquete no Bosque Rodrigues Alves



Fonte: Relatório *O Município de Belém: 1906*, v.5

Contudo, o clima não dois mais harmoniosos, pois havia momentos que, embora o banquete fosse necessário para a discussão da política, também era um incômodo. Verifica-se isso na interessante narrativa de Marcos de Carvalho em *O Gládio*<sup>159</sup>, um semanário crítico,

<sup>159</sup> O Jornal *O Gládio* era de publicação semanal, noticioso, crítico e literário, propriedade de uma Associação, com escritório e redação à Rua Dr. Malcher, nº93. Seu primeiro exemplar é datado de 02/02/1890, saindo de circulação em 17 de fevereiro do mesmo ano, com o exemplar de nº 3. (Jornais PARAoaras, p.128)

noticioso e literário, ao falar de um certo banquete com o título *Fim de festa*<sup>160</sup>. Era aniversário do desembargador Carqueja, rico e respeitável membro da alta sociedade. Para comemorar tal dia, ofereceu um jantar na sua casa. Amigos e parentes participaram da festa.

O desembargador, de casaca e gravata branca, suado, afável e risonho ia e vinha num girar perpétuo, dando ordens aqui, dirigindo um cumprimento ali, e correndo logo pressuroso a receber um amigo que acabara de chegar. As felicitações que aconteciam com grande cortesia e declarações de estima, e ele os recebia sempre delicado. Os últimos convidados acabavam de entrar e o criado em voz solene e forte anunciara a hora do jantar. O dono da casa deu o braço à baronesa de Medeiros, os cavalheiros às demais senhoras e todos conversando jovialmente encaminharam-se para a sala de jantar.

“Estava esplendido!”. À sobremesa, quando as cabeças já achavam-se sob a influência dos vinhos generosos, começaram as *toasts*. O entusiasmo chegou ao auge. O sr. Moura bebeu com *aplomb* a taça de champanhe de sua companheira da esquerda, enquanto o Martins muito convicto de sua figura, comia com satisfação o doce do prato da senhora do desembargador. Após o café passaram à sala. O desembargador, um pouco incomodado, retirou-se por instantes. Na sala as conversas baixaram de tom a esta notícia. Nisto aparece um pouco inquieto o filho mais novo do Sr. Carqueja, uma criança de 6 anos de idade, que traçou o seguinte diálogo:

- O que foi? Perguntaram várias pessoas.
- O papá, diz o pequeno, está zangado, que vieram fazer barulho que nem na taberna, que chega elle ficou com a cabeça doendo...

Os convidados se olharam surpresos. Levantaram-se, cumprimentaram gravemente a dona da casa estupefada com tão brusca retirada, tomaram silenciosamente seus chapéus e saíram com suas famílias, ofendidos em seus brios e respirando vingança por todos os seus póros.

A partir desta narrativa, destaca-se que nestas relações de poder havia um intenso jogo de aparências, visto que muitas dessas festas não se tratavam de reuniões de “amigos”, mas espaços de sociabilidade política, expressão de influência e demonstração de etiqueta (ou não!). Considerando que os banquetes são espaços de sociabilidade política<sup>161</sup>, portanto, não

<sup>160</sup> Jornal *O Gládio*. N° 1. 02/02/1890. p.1-2 – *Fim de festa*

<sup>161</sup> SILVA, Igor Vitorino da. **Banquetes e o Poder: Uma análise oblíqua da prática política**. Mestrado em Planejamento da UFRJ. Artigo disponibilizado no site Klepsidra.

são eventos descapitalizados de poder, ao contrário, significa benefícios, encontros e soluções, é um capital simbólico precioso, que também podem gerar desencontros, como percebemos no caso do banquete do desembargador.

Como as gazetas constituíam-se em verdadeiras vitrines, era comum, vez por outra, a publicação de artigos anunciando que um ilustre representante do Pará estava oferecendo um “lauto banquete” para “a fina flor” da sociedade. Acontecimento este que vamos encontrar nas memórias de Dalcídio Jurandir que no livro *Belém do Grão-Pará*, lembrou através de um personagem a fartura dos banquetes, pois, o tempo da borracha era o “tempo da champagne escorrendo pelos babados, ensopando mangas dos fraques”. Portanto, o preparo de um banquete e mesmo os simples almoços e jantares de festa, em família, ainda mais modestos, mereciam especial cuidado do cronista, que de forma geralmente descritiva, buscava evidenciar as minúcias que contribuía para a sua realização, em especial o *menu*.

Como ocorriam e quais eram os principais significados das comemorações republicanas, em especial, os banquetes no final do século XIX e início do XX? Para pensar nessa problemática é necessário lembrar que os documentos que possibilitam o desenvolvimento dessa pesquisa são produzidos por um grupo restrito, a elite da época. André Burguière afirma que “é preciso contornar o que uma sociedade declara de si mesma para compreendê-la”<sup>162</sup>. Nesse caso, como o andamento do projeto tem apresentado que o que essa sociedade deixou registrado está em documentos do governo ou ligados diretamente a ele, é necessário contornar cada vez mais esse discurso e tentar interpretar os detalhes implícitos.

Assim, como trabalhar com essas fontes, se estão entre elas documentações como minutas, portarias, coleção de leis, circulares, relatórios e jornais do final do século XIX? Alguns representam o posicionamento situacionista, a exemplo do *A República*. Nesse sentido, a maioria desses textos produz valores e opiniões favoráveis ao governo, ou seja, uma verdadeira apologia ao regime republicano, onde não há falhas, pelo contrário, apenas harmonia do governo em si e deste com a sociedade.

Marialva Barbosa, ao tratar sobre o perfil de um jornal situacionista, evidencia que este tipo de imprensa tem como papel difundir as idéias do governo, articular conceitos favoráveis a esta política e fomentar opiniões que formariam uma vasta aliança<sup>163</sup>, portanto, requer uma análise mais cautelosa avaliando a intencionalidade do discurso.

---

<sup>162</sup> BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. IN: LE GOFF, Jacques (org). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. (p. 132)

<sup>163</sup> BARBOSA, Marialva. Op. Cit. p.144.

Porém, o jornal *O Democrata*, imprensa de oposição ao governo, levanta contradições, destacando o esbanjamento desnecessário dispensado à organização dos banquetes, assim como a falta de motivos para se comemorar, haja vista que a República nos seus primeiros tempos decepcionou a muitos.

Nessa perspectiva, é preciso contornar o que esta sociedade declara de si mesma e aprofundar o que esse discurso apresenta, principalmente o jogo do poder inserido nele, para que, através de questionamentos, se perceba outras formas de abordagem e posicionamento em relação à participação e significados dos banquetes republicanos para os personagens da época “levando o historiador a interessar-se sistematicamente pelo que os discursos dominantes de uma sociedade dissimulam ou desprezam”<sup>164</sup>.

O contexto desse estudo sobre os banquetes políticos é a sociedade paraense do final do século XIX, momento em que passava por transformações econômicas e políticas, promovidas respectivamente pela economia da borracha e pela Proclamação da República. Nesse cenário algumas figuras destacavam-se por serem detentoras de prestígio e poder, requisitos de uma autêntica elite política. Além disso, esse tempo das riquezas propiciadas pela *Belle Époque*<sup>165</sup> revela-se como um dos principais responsáveis pelas transformações urbana e comportamental, respectivamente da estrutura da cidade de Belém e da população, influenciada por cultura e costumes europeus importados e entendidos como sinônimos de civilização e progresso pelas elites regionais. A influência francesa atingiu proporções amplas no Pará, tanto que não apenas os aspectos estrutural-urbanísticos e culturais foram copiados, mas também o político.

Como o progresso não era apenas sinônimo de avanço da cultura material, mas igualmente, do desenvolvimento de matérias relativas à sociedade, aos sistemas políticos e ao aperfeiçoamento das instituições, explica-se a expressiva repercussão e reprodução do ideário político francês da Terceira República no Brasil, como representação do progresso político e do progresso moral. Tais noções gerais explicam como urbanizar a cidade e incorporar os costumes e maneiras européias eram vistos como símbolos de civilização. Consolidar a República era igualmente uma postura civilizacional<sup>166</sup>.

Nesse momento, a incipiente República busca se firmar diante da oposição, da mudança na estrutura do governo e da conseqüente alteração da dinâmica administrativa. O

---

<sup>164</sup> BURGUIÉRE, André. Op. Cit. (p131)

<sup>165</sup> Ver SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: Riquezas produzindo a belle époque – 1870-1912. Belém: Paka-Tatu, 2000

<sup>166</sup> COELHO, Geraldo Mártires. Op.cit. p. 18.

principal mecanismo utilizado pelos republicanos foram os jornais, nos quais diariamente exaltavam o governo republicano através de imagens e notícias dos seus mais notáveis representantes políticos como Justo Chermont, Lauro Sodré e Paes de Carvalho, entre outros. Escrevendo constantemente sobre assuntos que giravam em torno do desenvolvimento das práticas republicanas, da exaltação ao novo regime e aos seus adeptos, das intrigas políticas e partidárias entre republicanos e monarquistas convictos que não estavam satisfeitos com as mudanças ocorridas nas suas bases ideológicas. Percebe-se neste contexto um choque de idéias, pois enquanto uns lutavam para afirmar o poder conquistado há pouco tempo, outros tentavam com todas as forças readquirir o *status quo* de outrora, a fim de manter as regalias e o controle político e social, sustentáculos do poder.

Em se tratando dos confrontos da elite pelo poder, nessas disputas políticas aparecem os principais partidos, o PRP e o PRD. Destaca-se o trabalho dos jornais da época, ressaltando os confrontos de acordo com os partidos em voga, respectivamente *A República* e *O Democrata*, que expunham suas matérias com fundo político, divergindo com a oposição cotidianamente.

Nesse confronto político, fica evidente que a imprensa é o principal *locus* de formulação, discussão, articulação e divulgação de concepções, processos e práticas culturais. Dentre as notícias, a divulgação de eventos particulares como festas íntimas, bailes e banquetes, apresentava-se de forma curiosa e instigante no que diz respeito às minúcias apresentadas nas matérias jornalísticas. São relatados o *glamour* da ornamentação, descrição do *menu* e o desempenho das bandas musicais. Até o resumo dos discursos de conteúdos puramente políticos ou apenas de caráter particular, proferidos durante os brindes das referidas comemorações, são divulgados, nos quais se percebe uma forte tendência à exaltação do governo republicano, além da promoção de articulações e alianças políticas entre os principais chefes políticos da região.

Dessa forma, a partir da noção dos principais motivos que impulsionam estas reuniões, procura-se entender a importância desses eventos como instrumento político de uma República em processo de construção. Tais eventos inseridos num momento de transformações nacionais e regionais expressivas, haja vista que os participantes destes banquetes são figuras notáveis no cenário político paraense, que se reúnem para discutir política não só em conversas em ambiente formal e fechado, como os gabinetes, mas também

de maneira descontraída, objetivando estabelecer e/ou manter ligações mais próximas com os seus correligionários, declarando nesses ambientes que o assunto principal da palestra durante todo o banquete foi a política do Estado, correndo o jantar íntimo, delicioso de cordialidade e bom humor<sup>167</sup>.

A República inaugurou no Brasil o regime dos banquetes oficiais que o Império não priorizava<sup>168</sup>, já que era despido de fausto e ostentação, não desperdiçando em festas luxuosas, ao contrário do novo regime que prometeu desde seu início muita pompa e alegria

Luís da Câmara Cascudo faz um comentário pertinente ao dizer que quem come, amansa, sendo na mesa o melhor clima para os entendimentos, ou seja, acredita que é justamente num ambiente festivo, comendo, bebendo e ouvindo uma boa música, uma das melhores ocasiões para negociar e/ou conquistar um apoio. Segundo este autor, boa parte dos candidatos à presidência da República foram escolhidos num congresso político de determinado partido — a *Convenção* — terminada pelo banquete homologador, onde o escolhido expunha suas diretrizes e projetos, ocorrendo a mesma prática nas províncias.

Os convidados dessas reuniões não compareciam mais exclusivamente para se alimentar, pois estavam com o espírito interessado em razões de utilidade mais pragmática. É interessante evidenciar que antes do banquete da Convenção, havia inúmeros almoços e jantares formais e informais, entre os dirigentes, com o objetivo de averiguar, unir, convencer, obter outros apoios.

Discutindo sobre o valor exclusivo ou não da alimentação nos banquetes, nota-se que ele não é apenas a satisfação de uma necessidade fisiológica, mas significa uma forma de comunicação, a ocasião de trocas e de atos de ostentação, um conjunto de símbolos que constitui para um determinado grupo, um critério de afirmação de sua idéia em um ambiente propício, por aglutinar um número considerável de indivíduos ativos politicamente na sociedade.

Vale ressaltar que todos esses banquetes tiveram cardápios em francês e foram servidos à *francesa*, questões que serão analisadas posteriormente. Desde os primeiros anos da República, os banquetes já oficializaram a candidatura de vários políticos, tanto no âmbito

---

<sup>167</sup> Com o título *Banquete político*, *A República* comenta sobre o banquete oferecido pelo sr. senador Pedro Chermont aos representantes e chefes políticos do Partido Republicano Paraense ( *Jornal A República*. N° 1651. 07/02/1897. p.2. col. 6).

<sup>168</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 2 v.São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

nacional como regional. Os jornais documentam suficientemente essa prática que se tornou com o passar do tempo indispensável e natural tanto para a esfera federal como para as locais.

Reuniões como os banquetes representam um dos principais sinais que permitiam dar a conhecer as decisões, inovações e mudanças; aqueles que davam tais sinais comprometiam-se a pôr em prática o que tinham se proposto<sup>169</sup>. Nesse sentido, relacionando aspectos como alimentação, sociabilidade e poder político, busca-se obter um outro olhar sobre o cenário político-econômico da sociedade paraense, a partir do momento que o ponto fundamental dessa discussão são essas reuniões políticas informais oferecidas pela elite local.

Partindo dessa perspectiva, o estudo do banquete possibilita refletir sobre as relações sociais, políticas e hierarquias de valores. A alimentação considerada como sistema produz exercícios de poder e hierarquias nas consciências dos sujeitos envolvidos ou não nesses eventos. Entende-se assim que o banquete “é a conexão entre o que acontece às refeições e a estrutura da sociedade, mostrando como o ritual que cerca a alimentação é um teatro no qual se representam de maneira clara a estratificação social e as relações de poder”<sup>170</sup>.

### 3.2- A FESTA COMO SÍMBOLO DA SEGREGAÇÃO E DA HIERARQUIA DO PODER

Pode-se considerar que esta possibilidade de abordagem histórica reflete as características de uma economia e de uma época. À medida em que as preferências alimentares são um dos suportes principais da coesão cultural, são também o produto da

---

<sup>169</sup> ALTHOFF, Gerd. Comer compromete: refeições, banquetes e festas. IN: FLANDRIN, Jean. Louis e Montanare, Massimo (org). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998 (p.301)

<sup>170</sup> STRONG, Roy. Op. cit.

segregação social. Nesse sentido, questiona-se: Quem participa dos banquetes? Quais personagens aparecem na narrativa da imprensa? A disposição dos convidados na mesa era aleatória ou previamente estabelecida?

Assim, é pertinente afirmar que, conhecendo a mesa e a estrutura de organização dos banquetes, percebe-se que a culinária e a gastronomia, como qualquer outra forma de manifestação cultural, podem propiciar uma possibilidade da imagem e comportamento de uma época, de determinada classe social. Não se trata de uma simples exposição de alimentos, mas de representação organizada, ou seja, inclui não só a forma como os pratos são preparados, mas também como são apresentados. O jantar festivo era exercitado como símbolo de prestígio, bom gosto e boa situação financeira.

Primeiro, quem participa como convidado dos banquetes é a elite<sup>171</sup>, e é ela também (somente a mesma) que aparece no discurso do jornal. Essa característica denuncia o caráter reservado dessas reuniões, já que é direcionada para um grupo distinto, que não se restringe apenas a indivíduos com ocupação política. Cabe lembrar a visão de Jeffrey Needell<sup>172</sup>, que a identifica com uma definição mais ampla de poder — derivado da riqueza, ocupação e *status* social reconhecido, bem como da posição política e, mais comumente, poder derivado de uma combinação de todos estes fatores. Seguindo este posicionamento, Ana Maria Daou<sup>173</sup> identifica essa classe social, especificamente, no Pará, sendo formada tradicionalmente por proprietários de terras, os pecuaristas, e por grandes comerciantes, em geral, sujeitos ligados à política do Estado.

Essa investigação sobre a importância do papel dos integrantes desse seletivo grupo social foi objeto de estudo do projeto<sup>174</sup> *Novos olhares sobre a República: Trabalhadores urbanos, religiosos católicos, seringalistas e donos de terra*, que visava destacar não só o poder econômico desses sujeitos, mas suas práticas políticas e prestígio social, aspectos fundamentais para a compreensão das relações e dos interesses dos diferentes grupos que compunham o quadro da sociedade Amazônica do final do século XIX.

<sup>171</sup> Sobre elites ver HEINZ, Flávio M. (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Este autor define a categoria elite como um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de “estruturas” de autoridade ou de distribuição de recursos.

<sup>172</sup> NEEDELL, Jeffrey. **Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>173</sup> DAOU, Ana Maria. **A Belle époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Ed., 2000.

<sup>174</sup> Projeto de pesquisa financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), orientado pela prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup> Maria de Nazaré Sarges (UFPA).

Por essas interpretações acerca do grupo convidado, os banquetes podem ser associados a *rituais de civilização*<sup>175</sup> da sociedade paraense, visando também à manutenção ou ao reforço do prestígio da sua elite, que se colocava à altura de seus parceiros nos grandes negócios da borracha. Eram rituais de reconhecimento dessa classe, de estabelecimento de compromissos políticos, de reafirmação de relações sociais e de demonstração “entre iguais” do refinamento e da polidez à mesa, demonstrando comportamento típico das grandes civilizações.

Por outro lado, dizer que a festa revela muitas igualdades não significa afirmar que produza consenso, muito pelo contrário. O banquete, sendo produto da realidade social e como tal, expressa essa realidade, seus conflitos, suas tensões, censura, ao mesmo tempo em que atua sobre eles. Entendemos que assim como o banquete unifica, também diferencia, tanto interna como externamente. A partir desse pressuposto, podemos perceber algumas conclusões. No que se refere à diferença interna, essa ocorre, embora os convidados pertençam a elite e festejem a República, também há dentro desse grupo diversos posicionamentos ideológicos divergentes. Portanto, a identidade criada não é uniforme, assim, o banquete não apaga as diferenças, mas une os diferentes<sup>176</sup>. Isso pode ser refletido também na disposição estabelecida hierarquicamente (onde está igualdade republicana?) na qual os convidados sentavam ao redor da mesa.

Partindo-se dessas evidências, percebe-se que a nova igualdade era ilusória, porque os banquetes representavam exercícios hierárquicos de precedência, pois quem tinha uma posição política e/ou econômica melhor, desfrutava de uma posição que os demais não alcançavam, sentando sempre à margem das cabeceiras da mesa, em lugares pré-estabelecidos. Tanto nos jornais como em outras publicações, quando tratavam dos banquetes mencionavam a lista dos convidados e/ou detalhavam a posição dos participantes da festa à mesa, se ao centro, à direita ou à esquerda, fazendo questão de demonstrar a hierarquia entre os convivas.

*O Pará*<sup>177</sup>, ao divulgar o banquete oficial ocorrido em 15 de março de 1899, realizado num dos Salões onde funcionava parte as Secretaria do Governo, oferecido pelo governador do Estado à Oficialidade da Canhoneira Americana “Wilmington” (Marinha de Guerra Norte

---

<sup>175</sup> DAOU, Ana Maria. Op. Cit. (p. 55)

<sup>176</sup> Sobre a relação de identidade com o significado de festa ver GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, Trabalho e Cotidiano. IN: JANCSÓ, ISTVÁN, KANTOR, IRIS (orgs). **Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: HUCITEC, ed. Da USP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, vol.2. (pp.969-979)

<sup>177</sup> Jornal *O Pará*. N° 388. 15/03/1899. p.2 – Col. 3-4 – A Canhoneira “Wilmington” – Banquete Oficial

Americana), descreve antecipadamente detalhes da reunião que aconteceria naquela noite, destacando o programa musical da orquestra executada pelo maestro Roberto Barros, o encarregado do embelezamento artístico do salão, a disposição da mesa ao centro e em forma de I e sobre a colocação dos “convivas”. Contudo, justifica a ausência da lista de convidados, já que na ocasião em que havia sido escrita a notícia, não havia ainda sido confeccionado o detalhe para a colocação dos respectivos convidados, razão por qual o jornalista deixou de adiantar esse pormenor aos seus “amáveis leitores”.

Eram comuns nas descrições dos banquetes aludir se a mesa teria a forma de I, U, T, L, sendo que a pessoa mais importante da festa era sempre mencionada ao centro, em lugar de destaque, como já diz a expressão “na cabeceira”, seguido em ordem hierárquica por uma série de pares. A informação dessa distribuição era divulgada pelos anfitriões antes do evento. No momento do convite, ou no dia, colocavam-se cartões com os nomes de cada convidado indicando suas referidas posições.

Quanto a esse posicionamento à mesa<sup>178</sup>, vale ressaltar que na Inglaterra à direita do anfitrião sentavam-se os convidados principais, já na França era à esquerda. No Pará, pelas leituras dos documentos e jornais da época não dá para afirmar qual lado era mais importante. No máximo, pode-se supor que quanto mais próximo do anfitrião, mais importante seria o convidado.

No anúncio do banquete ocorrido no Salão da Assembléia Paraense em abril de 1891, oferecido pelo Diretório do PRP a Lauro Sodré, *A República*<sup>179</sup> descreve que com a mesa em forma de I, as duas cabeceiras foram ocupadas por Lauro Sodré e pelo Capitão-tenente Huet Bacelar Pinto Guedes.

*O Democrata*<sup>180</sup> ao detalhar a reunião festiva oferecida ao Major Frederico Costa ressalta que as cabeceiras da mesa eram ocupadas uma pelo General Onrique, tendo à sua direita o desembargador Madureira e à esquerda o Conselheiro Samuel Macdowel; a outra, pelo desembargador Pessoa de Lacerda, ladeado pelos drs. Vicente Miranda e Américo Santa Rosa e majores Frederico Costa e Gama e Silva, membros do Diretório do PRD.

---

<sup>178</sup> STRONG, Roy C. **Banquete**: Uma história ilustrada da culinária dos costumes e da fartura à mesa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. (p.255)

<sup>179</sup> Jornal *A República*. 04/04/1891. p.1 – col. 6 – *Banquete ao dr. Lauro Sodré*

<sup>180</sup> Jornal *O Democrata*. N° 122. 03/06/1890. p.1. col-3-4 – *Banquete*

*O Pará*<sup>181</sup> ao tratar da realização do jantar oferecido pelo PRP ao senador Justo Chermont, na época presidente da comissão executiva do Partido, revela que nas extremidades da mesa se posicionaram Justo Chermont, chefe do PRP e o senador Antônio José de Lemos, Intendente Municipal de Belém. Sendo aquele ladeado por João Antônio Luiz Coelho e Barão de Cameté; este pelos senhores Antônio Chermont e Virgílio de Mendonça.

A *Folha do Norte*<sup>182</sup> ao discorrer sobre o banquete, ocorrido no salão nobre do Theatro da Paz, oferecido pelo governador do Estado aos membros da Comissão de Profilaxia da Febre Amarela, apresenta que nos lugares de honra tomaram assento os srs. Padre Marcos Santiago, representante do dr. Santino Coutinho, arcebispo do Pará; coronel Saturnino Arouck, comandante da brigada militar, drs. Costa Lima, João Pedro Albuquerque, Ageleu Domingues e Caetano Cerqueira, da comissão de profilaxia da febre amarela; Picanço Diniz, secretário da Fazenda, e o representante da Província. À esquerda, os srs. General Moreira, Inspector da Região Militar; dr. João Pedroso Albuquerque, inspector geral da comissão de profilaxia; representante da Intendência Municipal; dr. Emygdio de Matos da comissão; dr. Alberto da Cunha Barreto, juiz seccional; drs. Belizário Penna e Francisco Ottoni Abreu da comissão; e o ajudante de ordem do sr. Governador.

À direita do dr. Oswaldo Cruz estavam os drs. Desembargador Augusto Borborema, presidente do senado; Augusto Olympio, secretário do interior; Serafim da Silva, da comissão; Francisco Miranda, diretor da higiene estadual; o oficial de gabinete do dr. João Coelho; drs. Alfredo Chaves, representante d'A Palavra; Jayme Aben-Athar, da comissão, e Amaral Brazil d'O Cosmopolita.

A análise da disposição dos convidados pode ser observada na imagem abaixo do *Banquete dos Intendentes*<sup>183</sup> realizado durante o Congresso Político, no Bosque municipal de Belém, em 15 de agosto de 1903, que foi um dos mais importantes ocorridos na sociedade paraense, tanto que as notícias e toda a movimentação deste evento resultou na publicação de

<sup>181</sup> Jornal *O Pará*. Nº 291. 19/11/1898. p.2 – col. 5-6 – *O Banquete Político*

<sup>182</sup> Jornal *Folha do Norte* 17/10/1911 p.2/ col. 1-4 - *Dr. Oswaldo Cruz*. Sobre este banquete ver também AMARAL, Alexandre Souza. *Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006. Especificamente o sub-capítulo 3.7 – *Abrem-se as cortinas: o banquete no Teatro da Paz, vivas à Cruz*.

<sup>183</sup> Informações sobre o banquete dos intendentes podem ser encontradas nos jornais da época, na obra rara de CARVALHO, Antônio de. *O Congresso Político de 1903*. Belém: Secção de Obras d'A província do Pará, 1904. (157p) e no Álbum do Estado do Pará, 1908 (p.45), mandado organizar por S. Ex. o Sr. Dr. Augusto Montenegro governador do Estado. Oito anos do Governo (1901 a 1903). PARIS, Imprimerie Chaponet.

*O Congresso Político de 1903*, escrita por Antônio de Carvalho, redator do *Província do Pará*, jornal de propriedade de Antônio Lemos, daí a razão de tantos elogios para este Intendente nos registros deste autor .

Figura 10 - O Banquetes dos Intendentes (1903)



Fonte: Obras raras - *O Congresso político de 1903*

Tal relevância se explica pelo fato desta reunião ter congregado os homens mais influentes politicamente da região, incluindo neste grupo os intendentes de todos os municípios do estado, além dos chefes locais da política do Pará. Foi organizado principalmente por Antônio Lemos, Intendente Municipal de Belém, e por Augusto Montenegro, governador do estado, com o objetivo de consultar a opinião, através dos seus representantes políticos, sobre alguns pontos pertinentes da vida política do Pará, além da necessidade da reforma de determinadas questões da Constituição Paraense, principalmente,

no que se refere à reeleição de Augusto Montenegro ao governo do Estado, impedida pela Constituição que afirmava que o governador não poderia reeleger-se.

O Álbum do Estado do Pará<sup>184</sup> apresenta uma imagem do *Banquete dos Intendentes* (ver a seguir), porém, não é revelado o fotógrafo que registrou esse momento. No entanto, observando com cuidado os escritos de Antônio de Carvalho, identificamos numa parte informativa do texto intitulada *Várias*, que afirma a presença dos fotógrafos Antônio de Oliveira e Bastos, logo a autoria desta fotografia seria de um dos dois, já que ambos prestaram seus serviços no local e “apanharam numerosas chapas em diferentes posições, da original Assembléia política”<sup>185</sup>. Embora não dê para afirmar ao certo qual o fotógrafo, ao menos diminuiu o campo das incertezas.

As informações que se tem desses fotógrafos na historiografia paraense são ínfimas. No caso do paraense Antônio de Oliveira, sabe-se apenas “através de anúncios nos jornais da época sobre os serviços que prestava á sociedade belenense, retratando cerimônias especiais da elite paraense”<sup>186</sup>, além disso, apresentou algumas de suas produções fotográficas nos Relatórios Municipais e, como constatamos, possivelmente, no *Álbum do Estado do Pará* (1908). Em se tratando do fotógrafo Bastos, as evidências são mais escassas, sabendo somente que era proprietário da *Photographia Bastos*, que em 1902 estava localizado na rua Aristides Lobo e em 1907 na rua Paes de Carvalho.

De forma diferente dos banquetes citados anteriormente, neste não se tem uma única mesa grande, mas 42 mesas pequenas dispostas numa estudada e artística distribuição, cujos pés, adornados de vegetação verde, davam a impressão de que tivessem sobre pequenos arbustos. Além destas, bem ao centro do ambiente, erguia-se a mesa de honra, na qual estavam o senador Antônio Lemos, ao centro, tendo à sua direita os srs. Augusto Montenegro; João Antônio Luiz Coelho, presidente da Comissão Municipal de Belém; Arthur de Souza Lemos, deputado federal; e à esquerda os srs. Lyra Castro, vice-governador do Estado; senador Virgílio da Bohemia Sampaio, membro da Comissão Executiva do Partido

---

<sup>184</sup> ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ, 1908 (p.45) . Mandado organizar por S. Ex. o Sr. Dr. Augusto Montenegro governador do Estado. Oito anos do Governo (1901 a 1903). PARIS, Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 7, Rue Bleue, 7.

<sup>185</sup> CARVALHO, Antônio de. Op. Cit. (p.41)

<sup>186</sup> PEREIRA, Cláudia Cerqueira. **Paisagens Urbanas: Fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006. (p.121)

Republicano e Thomaz de Paula Ribeiro, chefe de segurança, espalhando-se os demais convidados pelas outras mesas.

Já não se trata apenas de uma simples refeição, mas de uma representação organizada, um momento solene, um ritual social. As posturas dos convidados, a decoração da mesa e dos assentos, o espaço da refeição, o vestuário formal, a presença predominantemente masculina, enfim, todos esses elementos ilustram o que se poderia designar de aparato de uma época. A ornamentação das mesas foi um misto de aspectos regionais com elementos estrangeiros, já que sobre as mesmas estavam alguns frutos amazônicos e europeus, dispostos entre os arranjos de flores naturais.

Outro aspecto da estrutura da festa são as cadeiras destinadas aos convidados que, à exceção as da mesa de honra que eram poltronas de peroba entalhada, tinham os encostos cobertos com panos simbólicos, uns reproduzindo a bandeira nacional; outros a bandeira do Município de Belém, os demais com as iniciais I.B. (Intendência de Belém).

Na imagem do Congresso político se pode perceber apenas as duas primeiras representações mencionadas. A bandeira nacional aparece de forma disforme na imagem, enquanto que a bandeira municipal de Belém está representada pela estrela que aparece de forma bastante evidente, em vários encostos de cadeiras.

Ainda falando sobre o posicionamento dos convidados à mesa, nos documentos e jornais pesquisados, apenas em uma matéria jornalística a mulher aparece na cabeceira da mesa. Foi no *O Pará*<sup>187</sup>, que ao noticiar o banquete oferecido pelo governador do Estado Paes de Carvalho em homenagem à oficialidade do Cruzador “Benjamim Constant”, ressaltou a distribuição das autoridades à mesa destacando que em uma das cabeças da mesa tomou lugar o governador do estado e em outra a exma. sra. Dona Ângela Pinto de Carvalho<sup>188</sup>, em posição de honra por se tratar da esposa de Paes de Carvalho.

Nesse sentido, embora as mulheres participem das festas, seus nomes quase não aparecem nos artigos dos jornais quando tratam sobre os banquetes, demonstrando que o grupo de discussão política era essencialmente constituído por homens, e elas de uma forma ou de outra eram excluídas, não de estarem presentes na festa, mas das listas de convidados publicados nos jornais. A mulher quando citada nas notícias desses eventos festivos podia ser mencionada de forma geral, como na expressão “muitíssimas senhoras e senhoritas estiveram

---

<sup>187</sup> Jornal *O Pará*. N° 210. 11 / 08 /1898. p.2- Col.4-5 – Cruzador “Benjamin Constant” – A recepção em Palácio

<sup>188</sup> Sobre Ângela Pinto de Carvalho a informação que obtive é que pertence a uma tradicional família Paraense (ver na biografia de José Paes de Carvalho em BORGES, Ricardo. **Vultos Notáveis do Pará**. 2ª ed. Belém: Cejup, 1986).

presentes”, “compareceram distintíssimas senhoras do *high-life* paraense”<sup>189</sup> ou citadas da seguinte forma “a esposa do deputado”, “a mulher do senador”, geralmente, sem a menção do seu nome, da sua identidade própria. Esta forma de tratamento à mulher pode ser observada, por exemplo, numa matéria do *A República* que comenta sobre uma festa íntima motivada pela chegada da “esposa de um capitão”:

Teve lugar no sabbado às 7 horas da noite, o banquete oferecido pelo ilustrado Capitão-Tenente Huet Bacellar Pinto Guedes aos seus numerosos amigos, em regosijo pela chegada de sua virtuosa esposa exa. sra. Henriqueta Cavalcante Huet de Bacellar.

Nota-se que ao mesmo tempo em que a mulher é citada, ocorre de forma secundária, haja vista que primeiro se fala do marido. Outro tipo de referência à mulher é apresentá-la como expectadora do evento ou como um “enfeite da reunião” afirmando que a elegância das senhoras abrilhantou caprichosamente os salões da festa ou que a festa terá encantadora perspectiva “esmaltada pos essas gemmas preciosissimas que são as senhoritas da grande sociedade paraense”<sup>190</sup>.

Como pôde-se notar, poucos foram os casos da publicação dos nomes das mulheres nos jornais. Além da menção do nome de Ângela Pinto de Carvalho, esposa do então governador Paes de Carvalho, outro caso em que apareceu de forma expressa, foi o da senhora Delphina, esposa do Major Frederico Costa, mencionada ao final do artigo pela “cordialidade e franqueza”<sup>191</sup> com que recepcionou os convidados do banquete oferecido por seu marido ao magistrado Luiz Duarte da Silva

Outra conclusão é a diferença externa que destaca os incluídos e os excluídos da festa. Nesse caso, os incluídos, como já vimos, são os integrantes da elite da época e os excluídos são as pessoas do povo, a quem cabe assistir a esse espetáculo, que visto de longe, parece homogêneo, surgindo então outro objetivo do banquete que é o de criar a proximidades entre os convidados através do compartilhamento do símbolo que é comemorado – a República, apresentando união, mesmo que a distância.

Por se tratar dos excluídos, dificilmente a população em geral é citada nos artigos jornalísticos. Quando o são, aparecem como platéia conforme publicou *O Pará*<sup>192</sup>, que ao

<sup>189</sup> Jornal *O Democrata*. N° 122. 03/06/1890. p.1- col. 3-4 – *Banquete*

<sup>190</sup> Jornal *O Pará*. N° 284. 09//11/1898. p.1. Col.6 – *O Banquete político*

<sup>191</sup> Jornal *O Democrata*. N° 150. 08/07/1890. p.2- Col.2-3 – *Banquete*

<sup>192</sup> Jornal *O Pará*. N° 360. 09/02/1899. p.2. col.4-6. *O Cruzador Portuguez “Adamastor”*

escrever sobre o banquete oferecido pelo Clube Euterpe à oficialidade do Cruzador Português “Adamastor”, em fevereiro de 1899, destaca que o bom gosto e elegância que presidiram a decoração e iluminação externa e interna do edifício da rua Treze de Maio, desde o cair da noite atraiu para ali grande número de populares e curiosos, tornando difícil o trânsito dos bondes por aquelas vias públicas.

Cita ainda que essa aglomeração de pessoas representando todas as classes sociais da sociedade, mais e mais aumentava, renovando-se de maneira constante, à proporção que se avizinhava a hora em que deveriam chegar os senhores Paes de Carvalho e Conselheiro Ferreira do Amaral, respectivamente, o governador do Estado e o Comandante do “Adamastor”.

Em outro momento, esse mesmo jornal, ao tratar acerca do banquete oferecido ao literato Coelho Neto, em julho de 1899, descreveu na matéria intitulada *Recepção de Coelho Neto*<sup>193</sup>, desde sua chegada a Belém até a recepção no Restaurante “Coelho”, onde ocorreria o grande almoço, pontuando que, ao aproximar-se do trapiche, a lancha que conduzia o ilustre viajante, a multidão ali aglomerada fez calorosas saudações, afirmando que “estavam literalmente cheios de povo” o trapiche e circunvizinhanças. Tanto é que apesar de estarem postadas as carruagens, em grande número, destinada a conduzir Coelho Neto, tal foi a concorrência de pessoas do povo, que o distinto literato teve de seguir a pé até o restaurante “Coelho”.

Assim, constatamos que, apesar de convidados para o banquete, a igualdade não prevalecia, já que os lugares à mesa eram pensados e definidos conforme o poder político-econômico de cada um. E as mulheres, embora presentes, raramente eram citadas nas listas de convidados ou nos artigos sobre esses eventos publicados nos jornais. Quanto ao povo, cabia ficar olhando a esse espetáculo do lado de fora.

### 3.3- ERGAM AS TAÇAS E VIVA A REPÚBLICA!

O difícil é conseguir imaginar alguém empunhar a taça ao ar e conseguir sustentá-la por tanto tempo, enquanto lêem-se os discursos, já que geralmente, eram bem longos. Um banquete sem discurso não é uma verdadeira festa, e assim esteve presente, proferido durante

---

<sup>193</sup> Jornal *O Pará*. N° 486. 18/07/1899. p.2. col.1. *Recepção de Coelho Neto*

os brindes regado a bastante champanha, revelando o principal significado da reunião – as articulações e exaltações políticas, já que faz uma apologia a tudo que se refere à República.

Um discurso que traduz essa relação direta do indivíduo como própria referência da República, ouviu-se durante o banquete realizado no Salão do Clube Euterpe, oferecido pelo Diretório do PRP a Lauro Sodré, na época ex-governador do estado. Em resposta ao brinde feito por Enéas Martins, diretor da *Folha do Norte*, Lauro Sodré produziu em rápido discurso “mais uma brilhante peça oratória como o elle sabe fazer”<sup>194</sup>. Desvanecido por tantos aplausos, que lhe chegaram, “indicando-lhe, como prêmio insubstituível que procedeu bem”, afirmou que vê nesses aplausos ovações não a sua pessoa, mas a República. Por esta trabalhou e trabalhará, incansável, alentando-o a esperança de que a mocidade, de que os manifestantes eram distintíssimos representantes como em passadas fases difíceis estaria a seu lado, patriótica e animadora.

No banquete oferecido pelo Diretório do Partido Republicano a Lauro Sodré em abril de 1891, *A República* publicou um resumo dos discursos realizados no momento dos brindes, que demonstra esta glorificação ao novo regime. Segundo este jornal, o homenageado agradeceu:

(...) ao senador Paes [de Carvalho]. Possuído de melhor convicção e com uma arrebatadora eloquência, fez o distinto patriota a apologia do ideal do Partido Republicano, - a única colectividade política – disse s. exc. – que tem n’este Estado um programma, cuja realisação será a ventura a effeito. Apresentou o seu passado, ainda que curto, como garantia do seu futuro e, inspirado e feliz, fez o elogio da liberdade de consciência que é o ideal do governo do povo pelo povo que sabe comprehender a república. Ao concluir brindava o partido republicano na pessoa do seu prestimoso chefe senador Paes de Carvalho<sup>195</sup>.

As festas acolhem intermináveis discursos<sup>196</sup>, encarregados de precisar seu alcance histórico para a sociedade do presente e para as gerações posteriores. Por isso, o grupo que festejava e discursava fazia questão de registrar o conteúdo da sua fala, estampando nos

<sup>194</sup> Jornal *Folha do Norte*. N° 421. 25/02/1897. p.2. col.3 – *Lauro Sodré – Ainda manifestações* e p.1. col1. – *O Partido Republicano ao dr. Lauro Sodré*.

<sup>195</sup> Jornal *A República*. 04/04/1891. p.2. col. 5-6

<sup>196</sup> MONA OZOUF. A Festa sob a Revolução Francesa. IN: LE GOFF, Jacques. **História**: novos objetos. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. (p. 219)

jornais trechos mais convenientes ou publicações contendo os discursos na íntegra. Como exemplo, temos o proferido por Antônio Lemos no banquete ocorrido no Bosque Municipal em 15 de agosto de 1903<sup>197</sup>; o de José Paes de Carvalho durante o banquete político oferecido pelo PRP a Lauro Sodré<sup>198</sup>; e a mensagem dirigida ao senador Antônio Lemos e Augusto Montenegro pelos intendentess municipais do estado e chefes do PRP em comemoração ao congresso político realizado em Belém de 15 a 18 de agosto de 1903<sup>199</sup>. Segue abaixo a capa dessas publicações:

Figura 11– Capa da publicação do discurso de Antônio Lemos



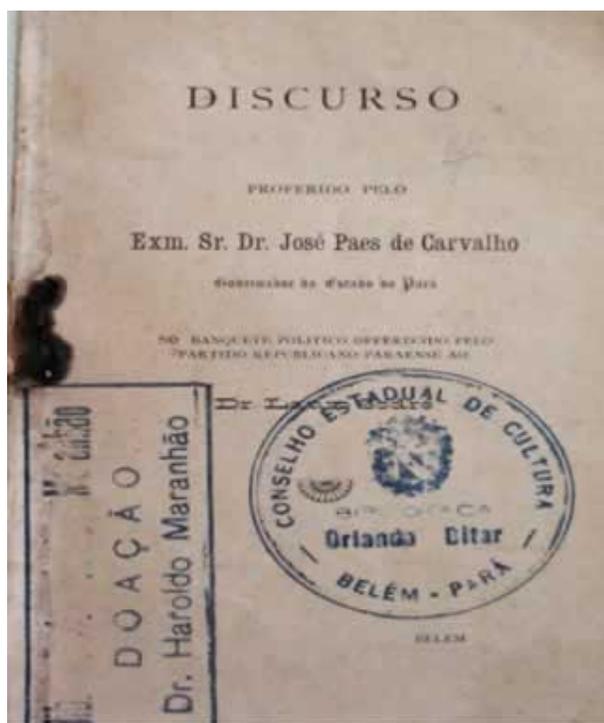
Fonte: Acervo Obras Raras – CENTUR

<sup>197</sup> LEMOS, Antônio José de. **Discurso pronunciado no bosque Rodrigues Alves na 1ª reunião em 15 de agosto de 1903. Belém, 1903.** Acervo Obras Raras (Biblioteca Pública Arthur Vianna)

<sup>198</sup> CARVALHO, José Paes de. *Discurso proferido pelo...* no banquete político oferecido pelo Partido Republicano Paraense ao Dr. Lauro Sodré. Belém: [s.n.] [19--]. Acervo Obras Raras (Biblioteca Pública Arthur Vianna)

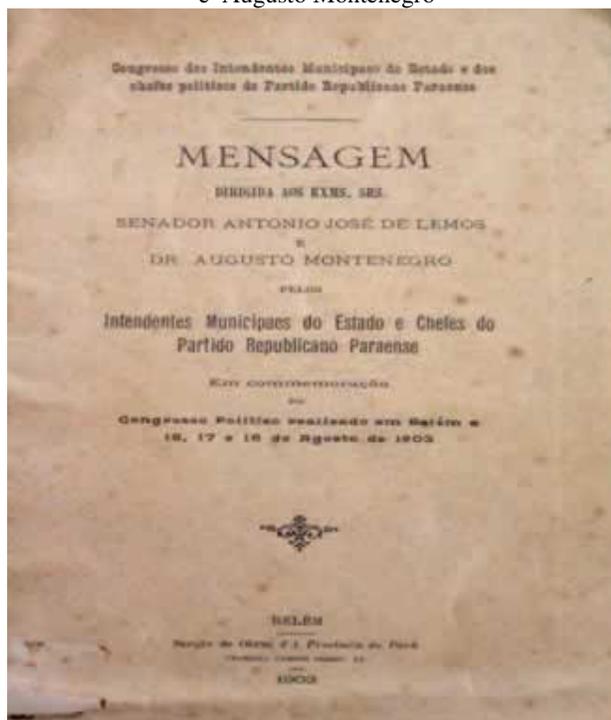
<sup>199</sup> PARÁ. Governo. **Mensagem** dirigida aos exms. Srs. Senador Antônio José de Lemos e Dr. Augusto Montenegro pelos intendentess municipaes do Estado e chefes do Partido Republicano Paraense em comemoração ao Congresso político realizado em Belém a 15, 17 e 18 de agosto de 1903. Belém: 1903.

Figura 12 - Capa da publicação do discurso de José Paes de Carvalho



Fonte: Acervo Obras Raras – CENTUR

Figura 13 – Capa da publicação da mensagem dirigida aos srs. Antônio Lemos e Augusto Montenegro



Fonte: Acervo Obras Raras – CENTUR

Dentre os assuntos citados pelos participantes no momento dos discursos estão: a admiração dos princípios do Partido Republicano defendido pelos correligionários; a apologia do ideal do Partido Republicano por este apresentar um programa que beneficia a todos (de acordo, é claro com a percepção do integrante deste partido); as homenagens aos chefes do partido; a exaltação da Marinha e do Exército, por serem grupos que no Brasil trabalharam para dar existência legal ao Partido Republicano; homenagens à imprensa por estar empenhada na divulgação de ações e palavras em defesa da pátria; as exaltações aos principais líderes e ideólogos republicanos, como a figura de Benjamin Constant, ao presidente, ao governador, ao intendente, ao senado, a Câmara ou a magistratura daquele momento; em recordações de atos de bravura ou heróicos de figuras ligadas ao Exército; em apologias aos partidos políticos; nos desejos de prosperidade da pátria brasileira e progresso para o estado do Pará; as análises da conjuntura política regional e nacional.

Percebe-se que o conteúdo desses discursos expressa um patriotismo intenso através da exaltação de suas simbologias, além de uma intenção clara de apresentar a República como um regime polissêmico de valores, significados, representações e mecanismos que fazem dela um sistema que transmite na sua ideologia um sentimento que valoriza o progresso, a liberdade e a união. Sendo todos esses elementos centralizados e trabalhados em um só corpo político, em uma estrutura pragmática principal, o Partido Republicano, que exerce a função de consolidar a República, exaltando-a de forma múltipla, seja nos discursos públicos, nas matérias jornalísticas, em festas e banquetes.

Os discursos proferidos durante o brinde do Banquete dos Intendentes<sup>200</sup> ocorreram em meio a grande euforia, já que a medida que as palavras dos grandes chefes políticos eram expressadas, vez por outra, eram interrompidas por salvas de palmas e gritos eufóricos, afirmando desse modo que elas traduziam o pensamento daquele grupo que a disciplina partidária ali congregara.

O primeiro a se pronunciar foi Antônio Lemos, que iniciou saudando os presentes, em especial o governador, os intendentes municipais e os chefes do Partido Republicano Paraense. Prosseguindo no seu discurso, ressalta a singularidade do local escolhido para a reunião do que denomina de “a nobre família republicana”, afirmando que este congresso tem

---

<sup>200</sup> CARVALHO, Antônio de. **O Congresso Político de 1903**. Belém: Secção de Obras d'A província do Pará, 1904. (157p)

razões muito importantes, que não se limitam a uma simples conversa sem fundamento, apesar do clima de descontração.

Dentre os motivos que transformaram esse evento num marco histórico, Antônio Lemos destaca a exaltação a bandeira nacional e municipal; o progresso da pátria, representada como objetivo significativo do programa político; a demonstração da força do Partido Republicano Paraense.

Percebe-se em suas palavras uma forte ideologia associada ao patriotismo enfatizando a disciplina, a união e a força, como uma tríade que sustenta o governo republicano e os homens a ele ligados, com o propósito de garantir a consolidação da República, mesmo diante da intensa oposição que promove inúmeras batalhas ideológicas cotidianamente, por exemplo, através dos jornais. Dentre as partes do discurso de Lemos que mais destaca a questão deste patriotismo ressalta-se o seguinte:

(...) Admirável nossa disciplina, elemento primordial de todas as nossas conquistas. É n'essa disciplina que se firma a nossa força, é da probidade d'este partido, cujo ponto de mira está na constelação que atavia o pavilhão brasileiro; é da lealdade com que nos consagramos à consolidação da República que tiramos a coragem para os caminhos nem sempre serenos e para os combates dos quaes temos sahido unguidos como invencíveis nas luctas incruentas do bem.<sup>201</sup>

Augusto Montenegro, governador do Estado, foi o segundo a se pronunciar. Durante a sua alocução evidenciou também aspectos referentes ao sentimento ligado a pátria e a união de todos aqueles unidos pelo ideal republicano. Dessa forma levantou brinde pela prosperidade dos municípios, a grandeza do Partido Republicano Paraense, a Comissão Executiva e aos chefes políticos do interior. É interessante ressaltar que durante o intervalo dos discursos a Banda do Corpo de Bombeiros tocou o hino nacional.

Tanto no *A República* quanto na publicação de Antônio de Carvalho *O Congresso Político de 1903*<sup>202</sup>, os discursos de Antônio Lemos e Augusto Montenegro foram publicados

---

<sup>201</sup> CARVALHO, Antônio de Op. cit. (p.27-28)

<sup>202</sup> CARVALHO, Antônio de Op. Cit

nos dias seguintes ao evento, sem nenhum questionamento, pelo contrário, com muita exaltação já que pertenciam todos ao PRP. No entanto, tanto *O Democrata* como *Folha do Norte*, não entenderam com mesma simpatia as palavras dessas duas autoridades.

A *Folha do Norte*<sup>203</sup> comenta que, apesar de guardado pela força pública, o Bosque Municipal, onde ocorreu a reunião dos intendentos e chefes políticos dos municípios do Estado, e apesar de ter sido banido do recinto qualquer elemento suspeito à política do anfitrião, conseguiu ler o discurso do sr. senador Lemos.

Sobre o conteúdo do discurso, afirma ser uma peça “palavrosa”, vazia, deploravelmente, de verdade, e da qual um dos objetivos foi elogiar, sem medida, o sr. governador do Estado, e recomendá-lo de novo aos sufrágios de seus concidadãos, dilatando-lhe, por esse modo, o exercício do poder.

A título de curiosidade, e para que não se perca esse documento interessante para a história política do nosso estado, o jornalista oferece aos leitores da *Folha do Norte* os seus tópicos principais. Como colocou alguns trechos na íntegra, preocupa-se afirmando que os leitores não se confundam pensando se tratar de uma homenagem, é, antes, um sacrifício que visa o dever jornalístico de não privar o público do conhecimento das heresias políticas proferidas nesse *pic-nic* inicial de uma nova comédia que se ensaia à custa das mais caras esperanças de regeneração moral, como holocausto das liberdades todas de que acreditamos ter sido portador o regime que saiu triunfante da revolução de 1889.

Não é de estranhar que de acordo com cada tendência política, o discurso era elogiado, aplaudido ou ironizado e criticado. Essas importantes falas expressas nos banquetes são mais uma possibilidade para podermos perceber a acirrada luta entre os partidos políticos e seus respectivos órgãos de imprensa.

### 3.4- OS BASTIDORES DO BANQUETE

Quem os organizou? Onde estão os cozinheiros, os garçons, os criados? Quem eram os maestros? Quem são os fotógrafos? São perguntas que se pretende respondê-las ou esclarecê-las ao longo desse texto.

Sobre esses sujeitos, até então ocultados, Eric Hobsbawm afirma que a partir da história vista de baixo<sup>204</sup>, também apresentam opiniões e experiências que não podem ser

---

<sup>203</sup> Jornal *Folha do Norte*. N° 2768. 16/08/1903. p.1 – *O Banquete do bosque*

<sup>204</sup> HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. IN: **Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

deixadas a segundo plano. Por esse motivo, quando se pensa em banquete, esses personagens, ligados à estrutura do evento, vêm logo à mente. Podemos dizer que os cozinheiros, copeiros, garçons, músicos representam os bastidores desses almoços e jantares. Sabemos por dedução que estiveram presentes, no entanto, a pesquisa desenvolvida até o momento revela mínimas informações acerca da participação desses atores sociais tão essenciais na organização dos banquetes.

A *Folha do Norte*, num momento raro, destaca alguns personagens dos bastidores de um banquete, ao descrever as minúcias da reunião festiva oferecida ao Sr. Conselheiro Hintze Ribeiro, na sala do Risco do Arsenal de Marinha em 09/11/1903<sup>205</sup>, escrevendo que para os serviços do jantar foi contratada a Casa Ferrari, que apresentou 210 criados, divididos em duas turmas, uma para a cozinha do lado norte da Sala do Risco e outra para a que estava instalada ao sul. Ressalta também, que todos os convidados eram servidos, simultaneamente, enquanto um grupo de criados se ocupava em ir buscar as peças na cozinha, outros retiravam as louças e talheres e serviam os vinhos.

Outra figura dos bastidores do banquete que aparece de vez em quando nos artigos dos jornais são os maestros das orquestras e bandas, mencionados por seus nomes e como aqueles que executam o programa musical, sem maiores detalhes, como o maestro Roberto Barros, o professor Sarti, maestro Carvalho, Enrico Bernardi, professor Ernesto Dias, Maestro Gama Malcher. Dentre esses, Roberto de Barros é o nome mais citado. Mencionando uma rápida biografia, sabe-se que nasceu na pequena cidade dos Arcos do Val-de-Vez, província do Minho (Portugal) em 1861. Fez em Lisboa sua educação literária e artística, completando os seus estudos no Brasil, para onde emigrou em 1874. No Pará, residiu por algum tempo, não podendo precisar quando chegou, tem Roberto de Barros feito publicar muitas composições suas, “que se espalharam vertiginosamente pelas estantes de piano de todas as gentilíssimas amadoras”<sup>206</sup>, entre essas produções destacam-se: a *Marcha Lauro Sodré*, a *Valsa Silvia*, a *Marcha Gama Malcher* e *Fantoches*.

---

<sup>205</sup> Jornal *A Folha do Norte*. N° 2853. 09/11/1903. p.1. col.1-2. *Banquete Oficial*

<sup>206</sup> MOURA, Ignácio. **A Exposição artística e industrial do Lyceu Benjamin Constant e os expositores em 1895**. Belém: Typ. do Direito Official, 1895. (p.88). Vale ressaltar que apenas nesta obra de Ignácio Moura são apresentados alguns detalhes da vida do maestro Roberto de Barros.

Conhecido como um artista bastante atuante, *A Arena*<sup>207</sup>, periódico literário e artístico, afirma que este profissional “merece encomios sinceros por sua perseverança. Reconhecemos-lhe semelhante qualidade, que sobremodo o recommenda à nossa estima”<sup>208</sup>. Este jornal estampando pela primeira vez uma composição de Roberto Barros, intitulada *Os Girondinos*, desenhada por Chripim do Amaral, agradece a sua espontânea colaboração artística e prossegue os comentários de “merecido louvor dirigidas a Roberto sem a mínima intenção de interesseira lisonja. Elle merece-as e o público certamente não vacillará em afirmar esta verdade”.

Já Henrique Bernardi mereceu do *A Arena*<sup>209</sup> um comentário maior sobre sua pessoa e sua arte, o que nos possibilitou conhecer algo mais do que só o seu nome, publicando um pouco da sua história e também revelando uma litografia<sup>210</sup> desse maestro, desenhado e litografado por C. Wiegandt<sup>211</sup>, influente artista da época autor da maioria das imagens estampadas nos jornais paraenses que circularam no final do século XIX e início do século XX, geralmente publicadas “nas principais datas comemorativas do regime republicano e em datas de aniversários de políticos, intelectuais e grandes expressões sociais”<sup>212</sup>.

---

<sup>207</sup> Jornal de publicação semanal, literário, artístico e científico redigido por Paulino de Brito, Heliodoro de Brito e Marques de Carvalho. Seu escritório ficava situado na rua dos Mercadores, n° 20, sobrado. Iniciou seus trabalhos em 17 de abril de 1887, saindo de circulação em 4 de setembro do mesmo ano com o exemplar n° 12. (Jornais PARAoaras, p.104)

<sup>208</sup> Sobre o maestro Roberto de Barros ver Jornal *A Arena*. N° 5. p.35-36 15/05/1887 – O Suplemento da *A Arena*

<sup>209</sup> Jornal *A Arena*. N° 8. 09/06/1887.p.1-2 – Enrico Bernardi

<sup>210</sup> Litografia é um tipo de gravura. Essa técnica de gravura envolve a criação de marcas (ou desenhos) sobre uma matriz (pedra calcária) com um lápis gorduroso, ou seja, é a ação de desenhar/escrever sobre pedra. Foi usada extensivamente nos primórdios da imprensa moderna no século XIX para impressão de toda sorte de documentos, rótulos, cartazes, mapas, jornais, dentre outros, além de possibilitar uma nova técnica expressiva para os artistas. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Litografia>)

<sup>211</sup> Sobre o trabalho de C. Wiegandt *A Arena* ao falar do seu caprichoso trabalho recomenda seu atelier afirmando ser “onde verdadeiros primores são executados sem que ninguém repare n’elles”.

<sup>212</sup> FARIAS, William Gaia. Op.cit. (p.52)

Figura 14 – Maestro Enrico Bernardi



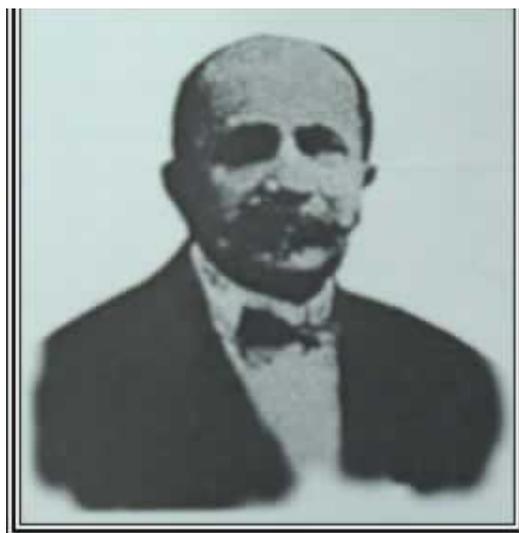
Fonte: *Jornal A Arena*, 09/06/1887

Escrita por Paulino de Brito, redator do jornal, a biografia de Bernardi conta que ele nasceu em março de 1838 na cidade de Milão, em cujo conservatório dedicou-se ao estudo da composição. Com 12 anos de idade iniciava sua carreira artística como primeiro trombone do Teatro *Scala*, lugar que abandonou em 1866, para começar a exibir-se como regente de orquestra. Durante estes 16 anos teve ocasião de tocar em presença dos mais ilustres maestros contemporâneos, como Verdi, Gomod e outros, assistindo também à estréia de um grande número de óperas. Isto foi-lhe de muita utilidade, pois habilitou-o a extraordinariamente a interpretação das peças, tornando-o conhecedor da intenção e do pensamento dos autores, por estes mesmos manifestados em sua presença

O redator exalta o maestro afirmando que foi devido em grande parte a Bernardi que o meio artístico se desenvolveu, e que se pode dizer sem exageros que Belém nesse momento foi de todas as cidades do Brasil aquela em que o gosto pela música está mais apurado e difundido.

Outro maestro citado participando da execução de programas musicais durante os banquetes é José Cândido da Gama Malcher<sup>213</sup> (1853-1921). Filho do médico e político conceituado José da Gama Malcher, começou seus estudos musicais ainda no Pará, com Henrique Gurjão (1834-1885). Cumpriu desejo paterno indo estudar engenharia nos Estados Unidos, antes de seguir definitivamente para seus estudos musicais em Milão, imposição comum aos filhos da burguesia oitocentista.

Figura 15 – Maestro José Cândido da Gama Malcher (1853-1921)



Fonte: SALLES, Vicente. *Maestro Gama Malcher, a figura humana e artística do compositor paraense*, Belém, UFPA/Secult, 2005

Em 1882, considerou-se apto para exercer a vida profissional como diretor de orquestra e regente de óperas, vindo a trabalhar com o competente maestro Henrique Bernardi, do qual comentei anteriormente. Organizou companhias de ópera em Belém, como a Associação Lírica Paraense, havendo feito encenar no Teatro da Paz as óperas de Carlos Gomes *O Guarani* e *Salvator Rosa*. Contribuiu para que as autoridades locais trouxessem Carlos Gomes para dirigir o Conservatório de Belém. Criou também em Belém uma orquestra

<sup>213</sup> Sobre Gama Malcher ver SALLES, Vicente. **Maestro Gama Malcher**, a figura humana e artística do compositor paraense, Belém, UFPA/Secult, 2005; PASCOA, Márcio. **A Ópera e a Amazônia no século XIX**: reflexões a propósito de Bug Jargal; e [www.abmusica.org.br/patr24.htm](http://www.abmusica.org.br/patr24.htm)

sinfônica e lá foi apreciado professor. Autor das óperas *Burg Jargal* (1890) e *Iara* (1895), que foram encenadas com algum sucesso em Belém, São Paulo e Rio de Janeiro. Escreveu também obras orquestrais, canções, música de câmara e peças para piano solo, como o hino republicano do Pará, cantado na abertura da estação lírica de 1890 e vendido a 2\$000 todas as noites de espetáculos na bilheteria do Teatro da Paz<sup>214</sup>.

E agora, depois de muito perguntar, finalmente, os cozinheiros começam a aparecer nessa conjuntura inicial da República. A princípio se pode destacar uma possibilidade acerca dessa sofisticação na culinária paraense. Estava sendo introduzida por cozinheiros franceses, que no século XIX, espalharam-se pelo mundo não só servindo às classes dirigentes ou trabalhando em hotéis dos mais simples aos mais luxuosos, como também abrindo restaurantes e pensões, a ponto da exportação de cozinheiros vir, talvez, logo em seguida à dos livros franceses<sup>215</sup> (também de outras localidades européias), ambos responsáveis pelo refinamento gastronômico, no que tocava tanto as receitas, o *menu*, à qualidade dos pratos e sua seqüência, quanto à apresentação, colocação e decoração da mesa e do ambiente em que eram servidos.

Assim, ampliando seus horizontes e fronteiras, alguns chefes de cozinha aventuraram-se para a Amazônia, onde começaram a prestar seus serviços nas capitais Belém e Manaus. Chegando nessas capitais, não conseguiram encontrar todos os ingredientes que costumavam utilizar nas receitas da culinária francesa. Sua alternativa foi adequar alguns produtos regionais frescos e de estação para criar uma culinária franco-amazônica.

Não fugindo à tradição da época, elaboravam o cardápio, ou melhor, o *menu*, seguindo passo a passo as regras de etiqueta e do serviço da culinária francesa, não só nas receitas, como no estilo da cozinha, na preocupação com o refinamento da alimentação, na recomendação dos melhores vinhos e champanhes, na decoração da mesa e do ambiente em que eram servidos, na estrutura e apresentação das refeições à mesa e no próprio idioma que era escrito o cardápio, ou seja, o código francês é por assim dizer seguido por quem se julgava elegante, mesmo que do cardápio fizesse parte uma paca, animal considerado do mato, muito conhecido na mesa dos caboclos da região.

---

<sup>214</sup> Anúncio da venda da peça para piano no jornal *O Democrata* de 29 de julho de 1890.

<sup>215</sup> ZELDIN, Theotor. *Histoire des passions françaises* (1848-1945), tomo I. Paris, Payot, 1994. Apud EL-KAREH, Almir Chabaim; BRUIT, Héctor Hernán. *Cozinhar e comer, em casa e na rua: culinária e gastronomia na Corte do Império do Brasil. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n°33, 2004. (p.9)

Em relação aos livros de receitas, pode-se ressaltar o *Cozinheiro Imperial*<sup>216</sup>, considerado o primeiro livro de cozinha brasileiro, publicado pela primeira vez em 1840, que recebeu edições sucessivas até o final do século XIX, indicativo do sucesso que atingiu na época. Apesar de ser brasileiro, o autor deixa claro que realizou uma cuidadosa consulta em livros de receitas estrangeiros antigos.

Nos anos iniciais do século XX, o *Álbum do Pará*<sup>217</sup> apresenta alguns dados acerca do regime de contrato de alguns trabalhadores, entre eles os cozinheiros, copeiros, cocheiros, destacando que um outro qualquer criado se aluga a tanto por mês, sem que exista nenhum compromisso quer por parte do patrão, quer por parte do empregado. Esse regime de liberdade só tem vantagens, e a prova é que em matéria de criadagem declara que o Pará está muito mais servido do que em muitas das grandes capitais da Europa, sobretudo Paris, que conforme o texto sofria uma verdadeira crise na domesticidade.

À primeira vista, estas lacunas ou ínfimas informações podem ser entendidas da seguinte forma: pelo fato dos documentos pesquisados, dentre eles as minutas e relatórios serem oficiais, e no caso dos jornais, terem por base uma tendência oficiosa, a exemplo do *A República*, portanto, sem dúvida falar sobre essa “gente comum” não era assunto tão importante para quem os escrevia.

André Burguière analisa que a arte da mesa torna-se um lugar de investimento privilegiado da cultura burguesa. No caso dos banquetes paraenses isso é perceptível na ostentação do lugar onde é realizado (palácio, teatro); quem participa, a elite da época; dos pratos servidos, geralmente à moda européia, inclusive com o cardápio, o melhor, o *menu*, todo escrito em francês, destinado a uma freguesia mais refinada e atenta aos prazeres gastronômicos, capaz de apreciar a qualidade dos pratos e o conforto que lhe eram oferecidos<sup>218</sup>.

Com base nessas interpretações e questionamentos, pode-se analisar que nesse contexto aparecem cruzadas a influência da economia da borracha, a segregação social, a aspiração aos padrões europeus, ou como o autor comenta “na evolução dos comportamentos

---

<sup>216</sup> R. C. M. **O cozinheiro imperial**. Rio de Janeiro: editora Eduardo & Henrique Laemmert, 1840. Esta obra foi comentada no artigo de BRUIT, Hector H. As páginas do Sabor. Nos tempos do Império, dois manuais de culinária mostravam os lados cosmopolita e nacionalista da cozinha brasileira. IN: *Revista Nossa História*. Ano 3, n° 29. Março, 2006.

<sup>217</sup> *Álbum do Estado do Pará – 1908*. Mandado organizar por s.ex. o sr. Dr. Augusto Montenegro (Governador do Estado). Oito anos do governo (1901 a 1909). Paris: Imprimerie CHAPONET (Jean Cussac).

<sup>218</sup> KAREH, Almir Chabaim; BRUIT, Héctor Hernán. Op. cit. (p. 10)

alimentares cruzam-se, portanto, a história econômica, a história social e a história dos sistemas culturais. A antropologia histórica tem por tarefa precisar esses cruzamentos”.<sup>219</sup>

Enfim, esses sujeitos trabalhados aqui como os bastidores dos banquetes foram personagens importantes, afinal, sem eles a festa nem começaria, mas suas atuações foram deixadas à margem da história, já que para quem escrevia nos jornais ou para os registros dos documentos do governo, não era necessário deixar para a posteridade suas vivências e experiências, o que importava era registrar as questões político-econômico-cultural, através da divulgação da lista de convidados; na publicação dos longos discursos proferidos durante os brindes; ou apresentar o *menu* variado em iguarias e bebidas, como forma de demonstrar que a elite paraense andava de acordo com a etiqueta européia. Portanto, apresentando uma cidade com pessoas modernas e civilizadas.

### 3.5- OS BANQUETES GERANDO O COMÉRCIO

Os banquetes também movimentavam o comércio e os prestadores de alguns serviços, tanto que a propaganda de algumas casas comerciais se fazia presente em anúncios dos classificados, nas matérias que tratavam sobre os banquetes, assim como durante os próprios almoços e jantares, através da exposição de peças, objetos, roupas, acessórios e serviços como no caso da impressão do *menu*. .

Nos jornais que circulavam em Belém é possível observar a forte vinculação entre Belém e as principais cidades européias como Paris. As páginas das gazetas são significativas no que ofereciam os importadores àquela sociedade ansiosa pelo refinamento tão característico do gosto burguês, tais como, o biscoito e o champanhe franceses, as fazendas ricas e modernas da última moda de Paris, Londres, Roma e Viena que eram expostas na loja *Petit Paris*, os chapéus, perfumes, relógios e até mesmo colocavam à disposição dos endinheirados de uma região tropical as famosas e cobiçadas botas inglesas.

Ao traçar um panorama da movimentação às vésperas do banquete oferecido ao Cruzador Português Adamastor, *O Pará*<sup>220</sup> destaca que apesar da impertinente chuva que pela tarde caía incessantemente sobre a cidade, era enorme nas principais casas de modas, atelier de costura, alfaiatarias, lojas de perfumarias, etc – a afluência de cavalheiros, senhoras e

<sup>219</sup> BURGUIÈRE, André. Op. Cit (p.137)

<sup>220</sup> Jornal *O Pará*. 06/02/1899. p.1- col.5-6 – *O Cruzador Português Adamastor*

senhoritas da nossa primeira sociedade que se reuniam, dando grande trabalho aos empregados.

Em se tratando de anúncio de lojas comerciais, cujo conteúdo está relacionado diretamente à utilidade para ir aos banquetes e bailes, está no classificado do jornal *O Pará* sobre o Salão Cunha, que expressa o seguinte:

#### **SALÃO CUNHA**

Só agora chegou e acha-se a venda n'este elegante Salão, a rua Conselheiro João Alfredo, a primorosa collecção de essenciais e pós de arroz encomendada especialmente para o grandioso baile *Paes de Carvalho*.

É deslumbrante pela excelência e graça dos perfumes e seus envoltórios o grande sortimento que o SALÃO CUNHA tem em exposição, desafiando a visita da alta sociedade, da roda elegante de Belém, que dá o tom da moda nos salões paraenses.

Ao SALÃO CUNHA!

A perfumaria selecta!<sup>221</sup>

Além da propaganda de objetos relacionados à moda e ao luxo, identificou-se também o anúncio da venda do jornal *A moda elegante* publicado em Paris quatro vezes ao mês, encarregado de apresentar uma série de dicas, vejamos o texto com detalhes a seguir:

#### **A MODA ELEGANTE**

É o melhor e mais barato de todos os jornaes de modas, em português.

*A Moda Elegante*, além da variada e maravilhosa collecção de esplendidos desenhos de figurinos e bordados escolhidos entre os modelos que obtenham maior successo em Paris, contém ainda o seguinte:

Correio da moda e elegância feminina genuinamente parisiense; descripção de trabalhos de agulhas; conselhos importantes sobre as perfumarias, pós de arroz, etc; receitas da arte culinária e de pastelaria; conselhos práticos e úteis baseados especialmente na arte de fazer convites para um jantar ou banquete de cerimônia; de receber os convidados; cumprimentos de visita e outras regras indispensáveis da civilidade e da etiqueta.

Assignatura por um ano .... 28\$000

**Só na Livraria Clássica**

de

M.F. da Silva & Comp.

Rua conselheiro João Alfredo - 59<sup>222</sup>

Sem contar na propaganda que se faz aos serviços de *buffet* destacando inúmeras expressões adjetivas como o “excellente serviço”, “o mais cabal desempenho ao *menu*”, o “bom gosto” dos proprietários na escolha das iguarias e dos finíssimos vinhos e champanhes.

<sup>221</sup> Jornal *O Pará*. N° 421. 25/02/1897. p.2 – col.6 – *Salão Cunha*

<sup>222</sup> Jornal *Folha do Norte*. N° 748. 21/01/1898. p.3/ col.6 – *A Moda Elegante*

Nos jornais pesquisados apareceram referências aos serviços de *buffet* de Brito do Santo & Cia (proprietários do Café Central), Casa Ferrari, Restaurante Coelho (propriedade do Sr. Magalhães), sendo este último o mais requisitado e elogiado.

No banquete oferecido a Canhoneira “Wilmington”, *O Pará* destaca que mais uma vez vai o Restaurante Coelho provar não ter competidor na confecção de iguarias para festas como a de que se trata, pois assim o demonstra o *menu*. Em outro momento tanto *A República* como *O Pará*, ao tratarem do banquete em homenagem ao senador Justo Chermont afirmam que o serviço confiado ao Restaurante Coelho foi completo e profuso e podendo se “asseverar ainda que não vimos igual em festas congêneres”<sup>223</sup>. Em seguida, o proprietário, o sr. Magalhães, foi alvo dos maiores elogios.

Além de ser mencionado nos artigos sobre os banquetes, o proprietário lançava nos jornais suas próprias propagandas. Sob o título *Restaurante Coelho* informa *A República*<sup>224</sup> que este importante estabelecimento, o primeiro naquele momento neste gênero, não se tem poupado a esforços nem a sacrifícios para que sua filial, inaugurada no bairro Nazaré, apresenta o que de melhor se tem introduzido na culinária moderna. Além disso, expõem-se vinhos especiais de todas as qualidades, licores super finos e cervejas das mais acreditadas marcas, que são servidas com toda a prontidão e por preços módicos.

E a propaganda se estende também às Papelarias que cuidam da impressão dos *menus*, como a Papelaria Pinto citada pelo *O Pará*<sup>225</sup>, que adjetiva seu trabalho afirmando que o cardápio estava delicado, artisticamente impresso com “o bom gosto que caracteriza a conceituada papelaria”. No artigo sobre outro banquete, a anunciada da vez foi a Fotografia e Tipografia Oliveira, mencionada dos trabalhos artísticos da reunião em homenagem a Canhoneira Wilmington, tanto do programa para a orquestra, como do *menu*, com espaço no artigo inclusive para o seu endereço à rua Conselheiro João Alfredo, finalizando com elogios sobre o trabalho que revela bom gosto não só na escolha como na sua delicada confecção.

Nesse sentido, o estudo dos banquetes além de propiciar uma análise política de uma determinada época, apontando os diversos discursos, a postura e o perfil dos sujeitos que interagem nesses ambientes, as hierarquias de poder expressas à mesa, a segregação social

<sup>223</sup> Jornal *O Pará*. N° 292. 20/11/1898. p.2 – col.5-6 – *O Banquete político*

<sup>224</sup> Jornal *A República*. N° 216. 09/11/1890. p.1. col.3 - *Restaurante Coelho*. Com o mesmo título anúncio também no n° 204 de 26/10/1890 deste mesmo jornal.

<sup>225</sup> Jornal *O Pará*. N° 388. 15/03/1899. p.2 – col.3-4 – *O Banquete oficial*

observada na lista de convidados; também revela elementos econômico-cultural, uma vez que apresenta alguns traços marcantes da experiência da *belle époque*, apresentada nas mesas através das iguarias finas regadas a excelentes vinhos e champanhes franceses; no momento das festas, através da roupa e acessórios utilizados; e na movimentação intensa do comércio na capital do Pará que ganhava com esta euforia, investindo na aquisição de objetos, bebidas, receitas culinárias, roupas, jornais e revistas, enfim, elementos que representavam a moda parisiense.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os acontecimentos e idéias abordados que interagiram nesta discussão sobre os momentos iniciais da República, um dos elementos em comum é o estudo das representações e simbologias, uma vez que, para divulgar o novo regime e tentando se aproximar da maioria da sociedade formada por iletrados, utilizou-se não só do recurso da escrita, mas, principalmente, das imagens, símbolos e rituais, seja através de iconografias publicadas nos jornais, da construção de monumentos em ambiente público ou pela organização de grandes festejos cívicos ou de opulentos banquetes, nos quais eram exaltados a República, os grandes homens e feitos. Isso demonstra um evidente direcionamento positivista, relatando mínimos detalhes como a decoração das casas, comércios, barcos, prédios públicos com as bandeiras nacional e do Pará, a iluminação das ruas exclusivamente para evidenciar as comemorações republicanas, entre outros.

Vale ressaltar que a partir das documentações da época, observou-se que toda essa propaganda republicana não ficou restrita à capital, mas buscou a sua interiorização, chegando aos diversos municípios paraenses, por meio de circulares do governo, que recomendavam e incentivavam a organização de festas patrióticas locais em comemoração aos dias 15 e 16 de novembro, objetivando marcar e comemorar o dia da transformação política, assinalando um novo tempo, num claro desejo de fazer com que essas datas tivessem o papel de manter a memória desses fatos e das pessoas ligadas a eles, evidenciando seu início e fim, uma vez que transformada em comemoração, passam a ter poder e ser um referencial.

A partir dessa conjuntura que envolve as representações, simbologias e relações de poder, autores como Pierre Bourdieu, Gramsci, José Murilo de Carvalho, contribuíram para pensar a importância de tornar acessível certos valores republicanos, principalmente, o amor à pátria, por meio de discursos e festas, como uma forma de assegurar os vínculos simbólicos de pertencimento a uma nação, já que as alegorias são instrumentos por excelência da integração social. Todavia, esses pensamentos são controversos, pressupondo uma comunhão difícil de ser viabilizada em uma sociedade tão profundamente marcada pela exclusão social.

É importante evidenciar que esta pesquisa averiguou que a historiografia que trata das festas está intimamente ligada à interpretação política, pois “quantos sejam os propósitos políticos, tanto são as festas”<sup>226</sup>. Então, as festas republicanas não eram nenhuma novidade, haja vista que durante o período monárquico brasileiro também ocorreram grandes comemorações tanto para envolver a população em geral quanto para atingir um determinado tipo de grupo social. O interessante a mencionar é que, apesar de serem tempos e regimes políticos distintos, essas diferenças geram curiosamente um mesmo cerimonial, paradoxalmente idêntico, apesar das intenções antagonistas dos organizadores. Sem dúvida, foi possível relacionar essa uniformidade com a vontade de acentuar o homogêneo à custa da variedade festiva e da tentativa de alcançar um público amplo. Desse modo, é pertinente a afirmação dos historiadores que pesquisam sobre as festas e a criação, manutenção ou invenção de tradições, que há um vínculo que os organizadores das mesmas pensam estabelecer entre festa e a história, com o intuito de manter viva essa memória no tempo, sem cair no esquecimento.

O mecanismo de propagação dessas idéias e recursos foi a imprensa, já que esta no século XIX foi o *locus* da produção intelectual que reuniu políticos e representou o meio dos partidos políticos de divulgar suas idéias. Nesse sentido, os jornais da época, como *A República*, *O Democrata*, *Folha do Norte*, *A Província do Pará* foram fundamentais para observar os diferentes discursos e suas intenções atreladas ao tipo de posicionamento político de cada jornalista. O entendimento da imprensa como campo constante de luta política e divulgação de ideologias, foi fundamentado a partir da análise de Marialva Barbosa, Carla Siqueira, entre outros, e também pelas leituras dos jornais da época, que fortaleceram a idéia da importância da imprensa como articuladora de convicções.

---

<sup>226</sup> OZOUF, Mona. A Festa sob a Revolução Francesa. IN: LE GOFF, Jacques. **História**: Novos objetos. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. p.222

Ao tratar de simbologias e da imprensa como divulgadora de determinada visão de mundo, entramos no campo do discurso e do que está subjacente a ele. Nesse sentido, Marc Bloch, Foucault, André Burguiere, proporcionaram a reflexão de que cada sociedade mostra apenas o que quer apresentar, mas que há intenções de ocultar certas coisas, sendo papel do historiador analisar os porquês de tais ocultamentos. Desse modo, ao entrar em contato com documentos oficiais, como os ofícios, minutas, relatórios ou jornais tendenciosos para determinado grupo, buscou-se examinar e enxergar o que estava nas entrelinhas, pesquisando não só os grandes homens, mas aqueles sujeitos que desapareceram total ou parcialmente das notícias, como os cozinheiros dos grandes banquetes e as mulheres.

Assim, esta pesquisa procurou estudar os momentos iniciais da República, especialmente no Pará, destacando as primeiras ações do governo, como a mudança dos nomes das ruas, praças e prédios públicos, além da formulação do calendário oficial, como mecanismos de eliminação de valores do Antigo Regime e a construção de outras marcas, agora republicanas. A partir disso, a investida sobre os festejos republicanos demonstra a valorização desse novo calendário, já que o 15 de novembro, torna-se marcante para o incipiente governo, que organiza os cortejos cívicos com bandas de música, cavalarias, fogos de artifícios, exposição de bandeiras, inauguração de monumentos, ao som de hinos, cujo trajeto percorre ruas como a 15 de novembro, avenida da República, entre outras, nomenclaturas atreladas à Proclamação e que até pouco tempo designavam aspectos do período imperial.

Ao discorrer tanto sobre os festejos patrióticos como os banquetes, os jornais da época foram primordiais, pois publicavam artigos que revelavam minúcias desses acontecimentos, diferentes discursos que possibilitaram perceber as críticas e as apologias ao governo. Em relação às festas da República, uns escreviam que tinham ocorrido de forma harmônica e que todos participaram; outros destacavam a mínima participação do povo, e que a maioria dos presentes demonstrava insatisfação. Em toda essa linha de raciocínio, este trabalho evidenciou esses discursos contraditórios, não com o objetivo de assegurar que este ou aquele era verdadeiro, mas com o intuito de apresentar a diversidade de posicionamentos e perceber a luta intensa pelo poder, num jogo constante que envolve discursos, rituais, simbologias, reuniões, todos utilizados como mecanismo de ratificação do poder seja pelo meio oral e visual.

No centro, reunindo todos esses elementos, considerou-se que as festas congregam essa diversidade, conflito e impasses vivenciados pelo novo regime, representando simultaneamente, o agrupamento de todos os segmentos sociais (conforme os escritos da

imprensa situacionista), durante as procissões cívicas; e também a segregação social, quando se promoviam os banquetes, uma vez que, apenas a elite era convidada, cabendo ao povo assistir ao espetáculo de longe. Não deixando de perceber que o grupo que participava dos banquetes, era aparentemente coeso apenas para quem observava de fora, sendo esse um dos objetivos dessas reuniões – apresentar a união dos convivas a fim de fortalecer a imagem da República. No entanto, examinando atentamente a organização dos banquetes, concluiu-se que ficou perceptível as hierarquias, materializadas, por exemplo, ao sentar ao redor da mesa, já que os lugares eram pré-determinados e designados em listas que indicavam o posicionamento de cada um, onde os mais próximos do anfitrião eram mais importantes daqueles que sentavam mais distante.

A investida na pesquisa do período inicial da República paraense a partir das festas (cortejos cívicos e os banquetes) e dos acontecimentos que se relacionam com tal temática, entre eles, o calendário oficial, a utilização de simbologias e a nomenclatura republicana de ruas e prédios públicos, demonstrou ser uma possibilidade de análise das mudanças ocorridas no final do século XIX e início do XX, principalmente o jogo político travado entre os partidos e os jornais, que manipulavam ou distorciam informações de acordo com seus interesses, objetivando ganhar novos simpatizantes e derrubar seus adversários.

Creio ter contribuído com a historiografia que trata deste assunto, ao lançar outras perspectivas, já mencionadas em outros trabalhos, mas de forma superficial por não ter sido o foco de análise, na medida em que as festas republicanas proporcionam um novo olhar, destacando a importância e a riqueza das fontes da época, que revelam o que uma sociedade apresenta e/ou oculta sobre a sua história, estimulando e desafiando a perceber o que está por trás desses discursos, visando instigar outros a descobrir e interpretar diferentes possibilidades de apreciação histórica.

## REFERÊNCIAS

### ***Fontes Impressas:***

#### **Biblioteca Pública Arthur Vianna – Seção de microfilmagem**

Jornal *A República*. - Período: 1890-1900

Jornal *O Democrata*. - Período: 1890-1895

Jornal *A Província do Pará* - Período: 1892

Jornal *Folha do Norte* – Período: 1896-1912

Jornal *O Pará* - Período: 1897-1900

Jornal *A Arena* – Período: 1887-1891

Jornal *O Gládio* – Período: 1890

#### **Biblioteca Pública Arthur Vianna – Seção de Obras Raras**

ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ, 1908 (p.45) . Mandado organizar por S. Ex. o Sr. Dr. Augusto Montenegro governador do Estado. Oito anos do Governo (1901 a 1903). PARIS, Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 7, Rue Bleue, 7.

BELLIDO, Remijo de. **Catalogo dos jornaes paraense: 1822-1908**. Pará: Imprensa Official, 1908, 163p.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais PARAoaras**: Catálogo. Belém: Secretaria do Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985. 366p.

CARVALHO, Antônio de. **O Congresso Político de 1903**. Belém: Secção de Obras d'A província do Pará, 1904. 157p.

CARVALHO, José Paes de. **Discurso proferido pelo... no banquete político offerecido pelo Partido Republicano Paraense ao Dr. Lauro Sodré**. Belém: [s.n] [19--]

LEMONS, Antônio José de. **Discurso pronunciado no bosque Rodrigues Alves na 1ª reunião em 15 de agosto de 1903**. Belém, 1903.

MONOGRAPHIA de Antônio Lemos (o homem, o político, o jornalista, o administrador, escoço biographico). PARÁ: Estab. Graphico C. Wiegandat, 1904.

MOURA, Ignácio. **A Exposição artística e industrial do Lyceu Benjamin Constant e os expositores em 1895**. Belém: Typ. do Direito Official, 1895

PARÁ. Governo. **Mensagem dirigida aos exms. Srs. Senador Antônio José de Lemos e Dr. Augusto Montenegro pelos intendentes municipaes do Estado e chefes do Partido Republicano Paraense em commemoração ao Congresso político realizado em Belém a 15, 17 e 18 de agosto de 1903**. Belém: 1903.

**Um festival republicano**: segunda reunião do congresso política. Belém: Secção de Obras d'A Província do Pará, 1905.

TAVARES, Luiz Demétrio Juvenal. **Musa Republicana**: homenagem à pátria brasileira no seu dia mais glorioso. PARÁ: Typographia. Encadernação do livro de Ouro, 1892.

Revista Militar. **Periódicos do Pará**, 1909. Nº 35174 (811) (05)

### **Biblioteca Pública Arthur Vianna - Acervo Haroldo Maranhão**

NEOFITO. **Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará**. Trabalho realizado para concorrer ao concurso de monografia referente ao tema – Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará – Instituído pelo Conselho Estadual de Cultura, para comemorar o aniversário de nascimento de Oswaldo Cruz. Belém, 1972

OCTAVIO, Rodrigo. **Festas Nacionais**. (Educação Cívica). Introdução de Raul Pompéia. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1893.

### **Arquivo Público do Pará - Documentação do Governo**

Ofícios a tesouraria da Fazenda Nº 1992/ 2022 – Ano 1890

Ofícios às autoridades judiciárias Nº 1993 – Ano 1890

Ofício ao Ministério da Justiça – N° 1994-a – Ano 1890  
 Ofícios ao tesouro do Estado N° 1997 – Ano 1890  
 Ofícios a Diversos N° 2001 / 2105 – Ano 1890 / 1895  
 Ofícios aos conselhos de Intendência Municipal N° 2007 – Ano 1890  
 Ofícios ao comando das armas N° 2008 – Ano 1890  
 Avisos do Ministério do Interior N° 2011 – Ano 1890  
 Minutas de ofícios ao Arsenal de Guerra N° 2013/2014 – Ano 1890  
 Títulos e apostilas N° 2017 – Ano 1890  
 Ofícios as autoridades militares N° 2018 – Ano 1890  
 Ofícios do Arsenal de Marinha N° 2021 – Ano 1890  
 Diversos N° 2030 – Ano 2030  
 Minutas de ofícios à Intendência Municipal N° 2043 – Ano 1891  
 Minutas de ofícios à diretoria da repartição N° 2057 – Ano 1892  
 Minutas de ofícios ao Inspetor do Arsenal de Marinha N° 2061 – Ano 1892  
 Minutas de ofícios à diversas autoridades N° 2063 – Ano 1892  
 Minutas de ofícios ao inspetor do tesouro N° 2090 – Ano 1893  
 Ofícios de diversas repartições N° 2110-a – Ano 1894  
 Ofícios aos comandantes dos corpos estaduais e inspetoria do regimento militar N° 2106 – Ano 1895  
 Minutas de portarias – N° 2119 – Ano 1897  
 Secretaria do Governo – Minutas de ofícios N° 2130 – Ano 1897  
 Ofícios aos comandantes dos regimentos militares N° 2136 – Ano 1898  
 Secretaria do Governo – Minutas de ofícios ao Inspetor do tesouro N° 2140 – Ano 1898  
 Minutas de Ofícios à diretoria geral de instrução da pública N° 2142 – Ano 1898

### **Arquivo Público do Pará - Documentação da Intendência Municipal de Belém**

Ofícios recebidos N° 30 – Ano 1901  
 Ofícios recebidos de diversas autoridades N° 6 – Ano 1890  
 Minutas de ofícios aos Conselhos de Intendências municipais N° 7 – Ano 1890  
 Ofícios recebidos – Intendência Municipal de Cametá N° 12 – Ano 1891  
 Minutas de ofícios diversos – Intendência Municipal do Acará N° 14 – 1892  
 Conselho Municipal de Belém – Leis e Resoluções Municipais N° 18 – Ano 1895  
 Ofícios recebidos de diversas autoridades N° 19 – Ano 1896

Ofícios de diversas autoridades N° 23 – Ano 1898

Ofícios de diversos ao Intendente Municipal N° 39 – Ano 1905

Ofícios recebidos de diversas autoridades N° 42 – Ano 1907

### **Arquivo Público do Pará - Relatórios Municipais**

BELÉM, Intendente, 1897-1911 (Antônio Lemos). *O Município de Belém: 1897-1902*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1902. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1902. V1, 459p.

\_\_\_\_\_, O Município de Belém: 1903. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1904. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1904, v.2, 510p.

\_\_\_\_\_, O Município de Belém: 1904. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1905. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1905, v.3, 386p.

\_\_\_\_\_, O Município de Belém: 1905. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 24 de março de 1906. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906, v.4, 327p.

\_\_\_\_\_, O Município de Belém: 1906. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 25 de março de 1907. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907, v.5, 364p.

\_\_\_\_\_, O Município de Belém: 1907. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 25 de janeiro de 1908. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908, v.6, 291p.

\_\_\_\_\_, O Município de Belém: 1908. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 1909. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909, v.7. (paginação irregular).

\_\_\_\_\_, O Município de Belém: 1909. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 10 de março de 1909. Belém: Secção de Obras d'A Província do Pará.

\_\_\_\_\_, O Município de Belém: 1909. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 1 de dezembro de 1909. Belém: Secção de Obras d'A Província do Pará.

### **Arquivo Público do Pará - Relatórios Estaduais**

Relatório apresentado ao exmo. Governador do Estado do Pará Sr. Dr. José Paes de Carvalho... Instrução Pública, 1899. n° 37 (811.5) (047)

### **Arquivo Público do Pará - Coleção de Leis e Atos**

*Atos do Governo Provisório do Pará, 1890*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1890.

*Atos e decisões de 1890, 1891, 1892 e 1893*. Belém: Imp. na Typ. do Diário Oficial, 1895.

*Coleção das leis estaduais do Pará precedida na Constituição Política do Estado, 1891-1900.*

Belém: Imprensa Oficial, 1900.

*Leis e Resoluções do Conselho e Atos do Executivo – 1902, codificados na administração do*

*Senador Antônio Lemos.* Belém: Secção de obras a vapor d’A Província do Pará, 1903.

*Coleção das leis estaduais do Pará dos anos 1901-1905, precedida da reforma da*

*Constituição Política do Estado.* Belém: Imprensa Oficial, 1906.

### **Arquivo Câmara Municipal de Belém**

Leis Municipais de 6257 a 6478. Livro n° 1. Ano: 1967.

Leis e Resoluções Municipais. Belém: 1953.

Leis Municipais de 2500 a 2840. Belém: 1953.

Leis Municipais de 1224 a 1270. Livro n° 6. Belém: 1951

Leis Municipais de 3332 a 3647. Livro n° 1. Belém: 1956.

### **Artigos**

BRUIT, Hector H. As páginas do Sabor. Nos tempos do Império, dois manuais de culinária mostravam os lados cosmopolita e nacionalista da cozinha brasileira. IN: **Revista Nossa História**. Ano 3, n° 29. Março, 2006.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Páginas antigas: Uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922. IN: VIEIRA JUNIOR, Otaviano; OLIVEIRA, Damião Bezerra & ABREU, Waldir Ferreira de. (orgs). **Margens**. Revista multidisciplinar ao núcleo de pesquisa. Abaetetuba-PA: CUBT/UFPA: Belém: Pakatatu, 2005.

LAFER, Celso. O Significado de República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Este Mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 30, 2002/2.

SALGUEIRO, Valéria. A arte de construir a nação – pintura de história e a Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 30, 2002/2.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Drama cívico entre bolachas e cafezinhos. IN: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 1. N° 5. Novembro, 2005. (pp. 18-19)

SILVA, Igor Vitorino da. **Banquetes e o Poder: Um análise obliqua da prática política**. Mestrado em Planejamento da UFRJ. Artigo disponibilizado no site Klepsidra.

SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a República: Memórias em luta no 15 de novembro de 1890. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, volume 7, n.14, 1994, p.161-181.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Comê, morá? Descobrimento, comemoração e nacionalidade nas Revistas Humorísticas Ilustradas. IN: **Projeto História**, São Paulo, (20), abr. 2000. (pp.129-151)

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea da história. IN: **Revista de História**. Campinas: Unicamp, vol.2, nº3, setembro, 1991. pp.47-89.

ZELDIN, Theodor. Histoire dês passions françaises (1848-1945), tomo I. Paris, Payot, 1994. Apud EL-KAREH, Almir Chabaím; BRUIT, Héctor Hernán. Cozinhar e comer, em casa e na rua: culinária e gastronomia na Corte do Império do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 33, 2004.

#### **Livros:**

BACKTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas: CMU – Editora da Unicamp, 1999.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público (1880-1920)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

**Belém da Saudade: A memória da Belém do início do século em cartões-postais**. Belém: SECULT, 1996.

BITTENCOURT, Circe. (org). **Dicionário de datas da história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Tradução Fernando Thomaz. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. IN: LE GOFF, Jacques (org). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História - Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_, **Testemunha Ocular: História e Imagem**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade**. Uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_, **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASALECCHI, José Enio. **A proclamação da República**. Coleção Tudo é História. 5ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Antologia da Alimentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977.

\_\_\_\_\_, **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. (2º vol).

COELHO, Geraldo Mártires. **No coração do povo: O monumento à República em Belém - 1891-1897**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

COMTE, Auguste. “Curso de Filosofia positiva: primeira lição”. **COMTE**. Coleção Os PENSADORES. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_, **Discurso sobre o espírito positivo**. Coleção grandes obras do pensamento universal – 30. São Paulo: Editora Escala.

COUTINHO, Carlos Nelson. **GRAMSCI** – Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CRUZ, Ernesto. **As ruas de Belém**: Significado histórico de suas denominações. Ilustrações de Rudoff Richl – 2. ed. – Belém: CEJUP, 1992.

DAOU, Ana Maria. **A Belle époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 2000.

DEL PRIORE, Mary. **Revisa do paraíso**: 500 anos continuamos os mesmos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica**: Memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FLANDRIN, Jean-Louis e Montanare, Massimo (org). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FOUCALT, Michel. **Arqueologia do saber**. RJ: Forense Universitária, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_, A Formação dos Intelectuais. IN: **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1985.

GEERTZ, Clifford. A situação atual. IN: **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e suas implicações. IN: **A microhistória e outros ensaios**. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, Trabalho e Cotidiano. IN: JANCÓS, István, KANTOR, Íris.(orgs) **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: HUCITEC: ed.da USP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, vol. 2, p. 969-979

HEINZ, Flávio M. (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. IN: **Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_, **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KLADSTRUP, Don. **Champanhe**: Como o mais sofisticado dos vinhos venceu a guerra e os tempos difíceis. Tradução Marina Slade Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_, **História**: novos problemas, novas abordagens e novos objetos. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, 3 v.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1998.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. IN: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e sociedade**: a Consolidação da República Oligárquica. In: Maria Yedda Linhares. (Org.). História Geral do Brasil. 6a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996, v. 1, p. 252-266.

NEEDELL, Jeffrey. D. **Belle époque tropical**: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ONFRAY, Michel. **A razão gulosa**: filosofia do gosto. Rio de Janeiro, 1999.

R. C. M. **O cozinheiro imperial**. Rio de Janeiro: editora Eduardo & Henrique Laemmert, 1840.

OZOUF, Mona. A Festa sob a Revolução Francesa. IN: LE GOFF, Jacques. **História**: Novos objetos. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

RETCHER, Casson I. A. **Comida e Civilização**. De como a história foi influenciada pelos gostos humanos. Lisboa: Assírio & Alvim, 1981.

REVEL, Jean-François. **Banquete de palavras**: Uma história da sensibilidade gastronômica. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época**: história política do Pará. 2. ed. Revista e ampliada – Belém: Cejup, 1996.

\_\_\_\_\_, **História de a Província do Pará**. Ed. Mitograph. Belém, 1976.

SALLES, Vicente. **Maestro Gama Malcher**, a figura humana e artística do compositor paraense, Belém, UFPA/Secult, 2005

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: Riquezas produzindo a belle époque – 1870-1912. Belém: Paka-Tatu, 2000.

\_\_\_\_\_, **Memórias do “Velho Intendente” Antônio Lemos (1969-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHWARCZ, Lilia. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau (org). **História da Vida Privada no Brasil 3**. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Iara Lis Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada**: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STRONG, Roy C. **Banquete**: Uma história ilustrada da culinária dos costumes e da fartura à mesa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

VAINFAS, Ronaldo. A micro-história nos bastidores. IN: **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

\_\_\_\_\_, O berço da micro-história. IN: **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VALENTE, José Duarte. **A história nas ruas de Belém**: Cidade Velha. Belém: CEJUP, 1993.

\_\_\_\_\_, **A história nas ruas de Belém**: Umarizal. vol.2. Belém: CEJUP, 1993.

VEILLON, Dominique. **Moda & Guerra**: Um retrato da França ocupada. Tradução e glossário, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das oligarquias**: uma revisão da política do “café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WITTER, José Sebastião. **República, política e partido**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

#### **Teses, Dissertações e Monografias:**

ALMEIDA, Joaquim José de Souza. **A implantação da República no Pará**: Da adesão a promulgação da 1º constituição republicana do Estado. Monografia de Conclusão de Curso. Laboratório de História / UFPA: 1989. Caixa 25. Nº 26ª.

AMARAL, Alexandre Souza. **Vamos à vacina?** Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911). Orientadora, Maria de Nazaré Sarges. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

ARAGÃO, Luis Carlos do Nascimento. **100 Anos de República**. Monografia de Conclusão de Curso. Laboratório de História/ UFPA: 1990. Caixa 31. Nº 342.

BARBOSA, Carlos Eduardo Costa. **Governo Justo Chermont**: Uma República provisória no Pará (1889-1891). Monografia de Conclusão de Curso. Laboratório de História / UFPA: 2005. Caixa 97. Nº 87.

COELHO, Alan Watrin. **Ciência do governar**: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese de Doutorado. Niterói, agosto/2005.

\_\_\_\_\_, **Os intelectuais e a República no Pará (1886-1891)**. Dissertação de Mestrado. Belém: Núcleos de Altos Estudos Amazônicos, 2000.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos modernos: Uma história social da arte e da literatura na Amazônia (1908-1929)**. Tese de doutorado. Campinas, 2001.

MORAES, Cleodir da Conceição. **O Pará em festa: política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da “Adesão” (1973)**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

MOURA, Daniella de Almeida. **Banquetes paraenses: Representações de uma República em construção (1889-1903)**. Monografia de Conclusão de Curso. Laboratório de História/ UFPA: 2005.

PEREIRA, Cláudia Cerqueira. **Paisagens Urbanas: Fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Efemérides Paraenses: O Tricentenário de Belém e a nova história da Amazônia, 1915 – 1918**. Monografia de Conclusão de Curso. Laboratório de História / UFPA: 2005.